

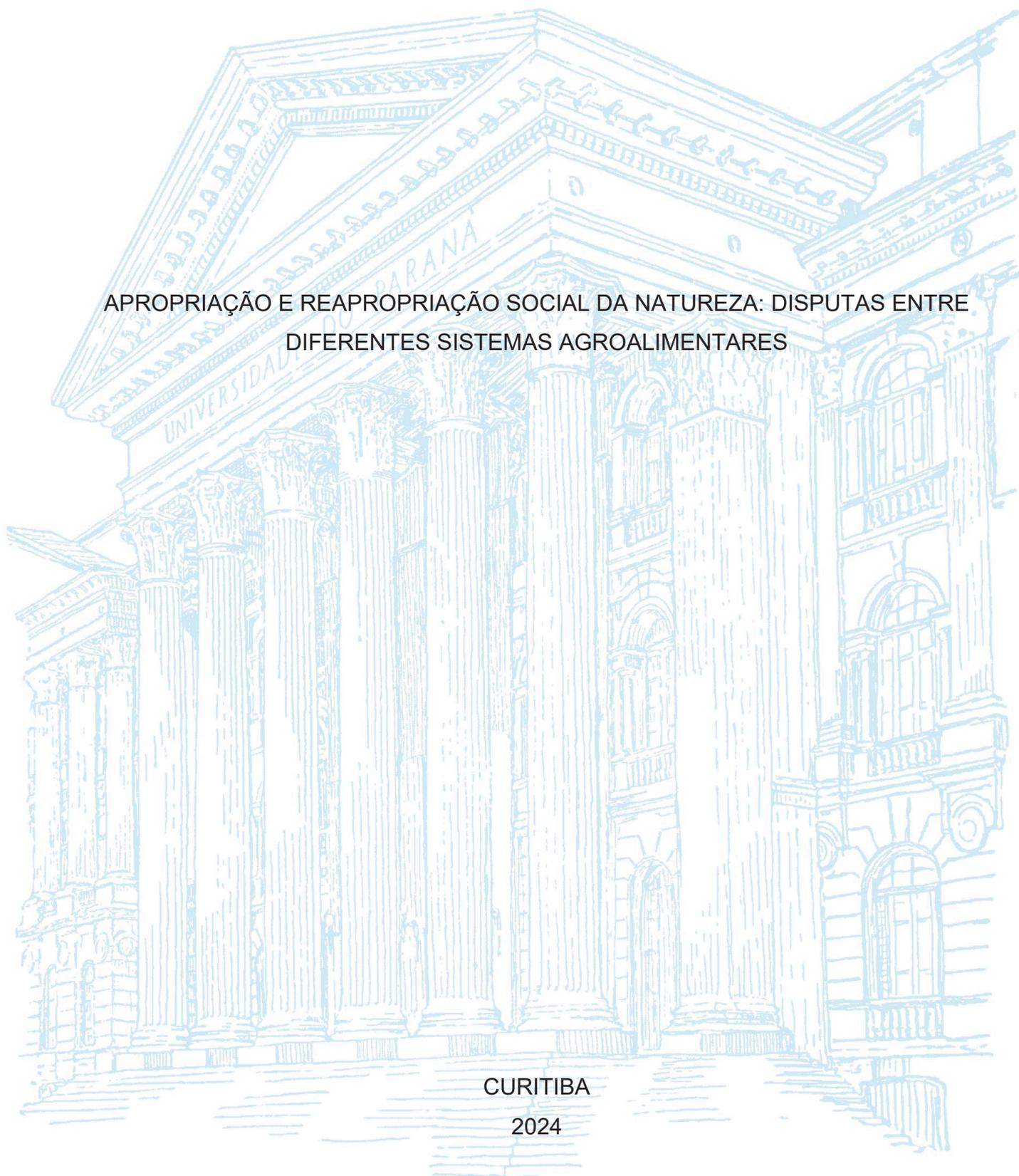
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EMILIO ROMANINI NETTO

APROPRIAÇÃO E REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA: DISPUTAS ENTRE  
DIFERENTES SISTEMAS AGROALIMENTARES

CURITIBA

2024



EMILIO ROMANINI NETTO

APROPRIAÇÃO E REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA: DISPUTAS ENTRE  
DIFERENTES SISTEMAS AGROALIMENTARES

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Setor de Ciências Agrárias, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Epistemologia Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Dimas Floriani

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Romanini Netto, Emilio

Apropriação e reapropriação social da natureza: disputas entre diferentes sistemas agroalimentares / Emilio Romanini Netto. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Dimas Floriani

1. Ecologia agrícola. 2. Agricultura – História. 3. Agricultura - Aspectos sociais. 4. Agronegócio. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. III. Floriani, Dimas. IV. Título.



## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **EMILIO ROMANINI NETTO** intitulada: **Apropriação e reapropriação social da natureza: disputas entre diferentes sistemas agroalimentares.**, sob orientação do Prof. Dr. DIMAS FLORIANI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 08 de Julho de 2024.

Assinatura Eletrônica  
23/07/2024 12:44:38.0  
DIMAS FLORIANI  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
10/10/2024 06:52:45.0  
VALTER ROBERTO SCHAFFRATH  
Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DE EDUC., CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
23/07/2024 16:32:56.0  
NICOLAS FLORIANI  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA )

Assinatura Eletrônica  
30/07/2024 09:20:57.0  
ALFIO BRANDENBURG  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

## **DEDICO**

À Lindolfo Kosmaski, à Luciano Romanini, à Helena Neves Wanderley e José Wanderley, e tantas outras vidas perdidas como consequência direta e indireta da pandemia do Covid-19

À Nega Pataxó, à Mãe Bernadete, à Bruno Pereira, Dom Phillips, e à todas e todos os lutadores assassinados no país que mais mata lideranças socioambientais no mundo

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir aprender e trabalhar com algo tão gratificante

Agradeço à minha companheira, meu amor Renata, por me apoiar, me acudir e partilhar a vida, os sonhos e esperanças. Te amo mais ainda pela mãe que você se tornou!!

Agradeço ao Caíque, meu filhão, por me ensinar a ser pai, por ajustar minha bússola, minhas prioridades e pela benção de ser humano que você é

Agradeço à minha mãe Carmem e meu pai Henrique pela herança cultural, genética e pelas experiências proporcionadas as quais me trouxeram até este momento

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento e seus docentes por, mais uma vez, acreditar no meu trabalho e proporcionar o ambiente necessário e oportuno à formação de mestres e doutores enfrentando a condição de isolamento social

Agradeço ao Prof. Dimas Floriani por além de ser um intelectual de proeminência internacional, ainda ser afetivo, generoso e atencioso como orientador

Agradeço particularmente aos professores José Edmilson, Yanina e Carina, da linha de pesquisa Epistemologia Ambiental, à professora Carolina da linha de pesquisa Ruralidades e às professoras Cristina Teixeira, Thiago e Naína da linha de pesquisa Costeiro, fizeram grande influência na minha construção intelectual.

Aos discentes da Turma XIV de doutorado, pela parceria e pela partilha durante trabalho interdisciplinar. Fica um especial agradecimento às colegas Juliana, Karini e Luciana por me oportunizarem criar vínculos afetivos mesmo em situação de isolamento social

Ao secretário do Programa, querido Lucas, sempre prestativo e disponível

À CAPES e ao CNPq que financiaram esta pesquisa

*(...) em última análise, o que está em jogo na ecologia política são os conflitos por territórios; não apenas o embate de partes interessadas pela apropriação da terra e dos recursos naturais, mas o confronto de modos alternativos de produção e padrões de construção do espaço, de formas de territorializar e habitar o mundo, de “viver de forma sustentável num mundo sustentável” (...). Os agentes sociais desta transformação histórica não são o proletariado industrial ou os cidadãos urbanos, mas os habitantes dos territórios rurais: os nativos dos ecossistemas; os camponeses e os povos indígenas da Terra. (...). Esta afirmação leva-nos a questionar onde e como se situam estas pessoas na Terra, quais as suas ligações aos seus territórios, quais os seus imaginários de sustentabilidade e qual o seu potencial para se tornarem atores sociais na construção de um mundo sustentável. (LEFF, 2021, p. 159, tradução própria)*

*A palavra é som é poder*  
(Ponto de Equilíbrio, “Poder da Palavra”)

*Caboclo não tem caminho para caminhar*  
*Caminha por cima da folha, por baixo da folha, por todo lugar*  
*Okê Caboclo*  
(Ponto de Caboclo, Domínio Público)

## RESUMO

A presente tese se inicia como um trabalho de pesquisa interdisciplinar e é parte integrante do Projeto Coletivo de Pesquisa da Turma XIV de doutorado do PPGMADE. Possui como objetivo geral desvelar, refletir e discutir sobre as relações de poder desiguais oriundas das práticas de atores antagônicos atuantes em sistemas agroalimentares brasileiros. O Capítulo 2 objetiva construir o cerne teórico-metodológico desta tese. Por meio de uma revisão bibliográfica foi possível apresentar o Sistema de Interação Societal como marco analítico capaz de visibilizar práticas, significados e conhecimentos de sistemas agroalimentares subalternizados pelas estruturas em dominância. Em diante a tese se divide em duas partes. A Parte I objetiva investigar a dimensão simbólica discursiva contida nas disputas por apropriação e reapropriação social da natureza. No capítulo 3, baseado em uma revisão bibliográfica, se constrói o método de abordagem para analisar as distintas formações discursivas enunciadas por atores coletivos em uma condição antagônica. Já no capítulo 4, é realizado uma análise empírica a partir de documentos publicados por atores coletivos representantes de duas formações discursivas em disputa, o Agronegócio e a Agroecologia. Como síntese da Parte I é possível considerar que os atores coletivos operam lutas ideológicas por apropriação e reapropriação social da natureza. A formação discursiva do Agronegócio, se coloca como universalizante e homogeneizadora, omitindo as diferenças constitutivas dos sistemas agroalimentares e a violência simbólica e material que subordinam atores com outras culturas e racionalidades. De outra maneira a Agroecologia realiza a denúncia dos conflitos de acesso e domínio à natureza ao mesmo tempo em que propõe a reorganização dos sistemas agroalimentares com base no diálogo com povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses. A Parte II objetiva realizar uma análise sobre o papel das agriculturas ancestrais, oriunda de povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses, nas lutas por reapropriação social da natureza. Por meio da revisão bibliográfica, no capítulo 5 consta o desenvolvimento de um método analítico capaz de aprender com e compreender a pertinência das formas de agriculturas ancestrais. Já no capítulo 6 é feito uma revisão bibliográfica em livros, resultado de pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Interconexões e seus interlocutores, as comunidades tradicionais faxinalenses e quilombolas. Em síntese, foi possível aprender que as formas de agricultura ancestral são sistemas agroalimentares marginalizados e preferizados e, uma vez que enfrentam conflitos por acesso e domínio ao território comunitário e à natureza, encontram risco em sua existência material e simbólica, fazendo com que os processos de resistência das comunidades emergjam *como re-existências*. As comunidades criam processos de re-existência a partir da hibridação de práticas, conhecimentos e significados que fortalecem seus modos de vida de maneira dinâmica no tempo e no espaço. O diálogo das comunidades com a Agroecologia expressa a pertinência das formas de agricultura ancestral no mundo contemporâneo e um ensinamento de que a coexistência e a coevolução entre cultura e natureza é um proeminente projeto político na construção de sistemas agroalimentares mais justos e sustentáveis capazes de conviver com a diferença.

Palavras-chave: agroecologia; estruturas de dominação; formações discursivas e sistemas agroalimentares; agricultura ancestral e sistemas de borda

## ABSTRACT

This thesis begins as an interdisciplinary research work and is part of the Collective Research Project of the XIV PhD Class of PPGMADE. Its general objective is to uncover, reflect and discuss unequal power relations arising from the practices of antagonistic actors in Brazilian agri-food systems. Starting from the analysis that peripheral social systems are best analyzed based on the notion of structural heterogeneity, the theoretical-methodological core of this thesis is consolidated in Chapter 2, the Societal Interaction System, capable of making practices, meanings and knowledge of subalternized agri-food systems visible. From there, the thesis is divided into two parts. Part I aims to investigate the symbolic and semiotic dimension contained in disputes over the social appropriation and reappropriation of nature. In chapter 3, the approach method is constructed to analyze the different discursive formations enunciated by collective actors in an antagonistic condition. In chapter 4, an empirical analysis is carried out based on documents published by collective actors representing two discursive formations in dispute, Agribusiness and Agroecology. As a summary of Part I, it is possible to consider that collective actors carry out ideological struggles for the social appropriation and reappropriation of nature. The discursive formation of Agribusiness positions itself as universalizing and homogenizing, omitting the constitutive differences of agri-food systems and the symbolic and material violence that subordinate actors with other cultures and rationalities. In another way, Agroecology denounces conflicts over access and control over nature while proposing the reorganization of agri-food systems based on dialogue with indigenous peoples, traditional communities and peasants. Part II aims to analyze the role of ancestral agriculture, practiced by indigenous peoples, traditional communities and peasants, in the struggles for the social reappropriation of nature. Chapter 5 includes the development of an analytical method capable of learning and understanding the relevance of ancestral agricultural forms. In chapter 6, an empirical analysis is carried out in books, the product of research carried out by the Interconexões Research and Extension Group and its interlocutors, the traditional faxinalense and quilombola communities. In summary, it was possible to learn that forms of ancestral agriculture are marginalized and peripheralized agri-food systems and, since they face conflicts over access and dominance over communal territory and nature, they encounter risks in their material and symbolic existence, making the processes of community resistance emerge as re-existences. Communities create processes of re-existence based on the hybridization of practices, knowledge and meanings that strengthen their ways of life in a dynamic way in time and space. The communities' dialogue with Agroecology expresses the relevance of forms of ancestral agriculture in the contemporary world, also expressing a learning that the coexistence and co-evolution between culture and nature is a prominent political project in the construction of fairer and more sustainable agri-food systems capable of living with the difference.

Keywords: agroecology; structures of domination; discursive formations and agri-food systems; ancestral agriculture and peripheral systems

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Sistema de Interação Societal .....	39
FIGURA 2 Comparação entre o SIS a as tipologias propostas por Escher (2020) ...	40
FIGURA 3 - Nuvens de palavras a partir do documento CBA (2021).....	92
FIGURA 4 - Nuvem de palavras a partir do documento ENA (2018) .....	96

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Quadro síntese do Valor Bruto da Produção e de Estabelecimentos Agropecuários (%) de acordo com a tipologia.....	32
TABELA 2 Quatro dimensões do SIS.....	56

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABAG	– Associação Brasileira do Agronegócio
AFCamp	– Agricultura Familiar Camponesa
AFCom	– Agricultura Familiar Comercial
AFE	– Agricultura Familiar Empresarial
ANA	– Articulação Nacional de Agroecologia
APC	– Agricultura Patronal Capitalista
APF	– Articulação Povos Faxinalenses
APL	– Agricultura Patronal Latifundiária
ARESUR	– Área Especial de Uso Regulamentado
AS-PTA	– Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas
BNDES	– Banco Nacional do Desenvolvimento
CBA	– Congresso Nacional do Agronegócio
CCC	– Circuitos Curtos de Comercialização
CEO	– Chief Executive Officer
CNA	– Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNPq	– Conselho Nacional de Pesquisa
CONAQ	– Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
EBAA	– Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
ENA	– Encontro Nacional de Agroecologia
ESG	– Environmental Social Governance
FAO	– Food and Agriculture Organization
FECOQUI	– Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná
FPA	– Frente Parlamentar da Agropecuária
LVC	– La Via Campesina
MAPA	– Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
OCS	– Organização de Controle Social
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
ONG	– Organização não Governamental
PAA	– Programa de Aquisição de Alimentos
PMO	– Plano de Manejo Orgânico
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCS – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia  
PPGMADE – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Rede PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança  
Alimentar e Nutricional  
SIS – Sistema de Interação Societal  
UDR – União Democrática Ruralista  
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
VPB – Valor Bruto da Produção

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>2 VISIBILIZANDO PRÁTICAS NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES .....</b>	<b>22</b>
2.1 INTRODUÇÃO .....	22
2.2 QUESTÃO AGRÁRIA, ALIMENTAR E AMBIENTAL: A ABORDAGEM DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES .....	24
2.3 A CRÍTICA DA ECOLOGIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA .....	34
2.4 O SISTEMA DE INTERAÇÃO SOCIETAL (SIS) COMO ABORDAGEM AOS SISTEMAS AGROALIMENTARES .....	37
2.4.1 Trabalho e relação com a natureza, a terra e o território.....	41
2.4.2 Integração mercantil e uso de ciência e tecnologia.....	45
2.4.3 Lugar na modernidade .....	47
2.4.4 Valores, culturas e significações .....	51
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
<b>PARTE I .....</b>	<b>58</b>
<b>3 SISTEMAS AGROALIMENTARES COMO PRÁTICAS SIGNIFICANTES.....</b>	<b>59</b>
3.1 INTRODUÇÃO .....	59
3.2 DÍADE ENTRE PRÁTICA E SIGNIFICADO NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES .....	63
3.3 DISCURSO E IDEOLOGIA NA ANÁLISE DO DISCURSO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES .....	67
3.3.1 Ideologia.....	68
3.3.2 Análise do Discurso.....	71
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	74
<b>4 LUTAS IDEOLÓGICAS POR APROPRIAÇÃO E REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA. UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES.....</b>	<b>76</b>
4.1 INTRODUÇÃO .....	76
4.2 LUTAS IDEOLÓGICAS EM SISTEMAS AGROALIMENTARES .....	78
4.2.1 Formações discursivas hegemônicas. O Agronegócio como ideologia.....	81
4.2.2 O movimento agroecológico como formação discursiva contra-hegemônica...	84
4.3 ANÁLISE DO DISCURSO: METODOLOGIA .....	86
4.3.1 Dos documentos .....	87

4.3.2 Nuvem de palavras (wordcloud) como ferramenta de análise do discurso .....	89
4.3.3 Tematização do antagonismo .....	90
4.4 ANÁLISE DO DISCURSO: EXECUÇÃO .....	91
4.4.1 Nuvem de palavras em debate .....	91
4.4.2 Antagonismo em temas: Questão ambiental e a relação com mercado(s) .....	99
4.4.3 Antagonismo em temas: Segurança alimentar em disputa .....	101
4.4.4 Antagonismo em temas: Narrativas de representatividade e (in)visibilidade de sistemas agroalimentares .....	103
4.4.5 Antagonismo em temas: Energia, natureza e conflito territorial e ambiental entre sistemas agroalimentares .....	104
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	107
<b>PARTE II .....</b>	<b>112</b>
<b>5 AGRICULTURA ANCESTRAL, AGRICULTURA DO AMANHÃ: MODOS DE REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA .....</b>	<b>113</b>
5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS À PARTE II .....	113
5.2 DISPUTA NARRATIVA SOBRE O PAPEL DA AGRICULTURA NA HISTÓRIA HUMANA: TEMPORALIDADES, COEVOLUÇÃO E COEXISTÊNCIA.....	114
5.3 UMA MINGA PARA AS FORMAS DE AGRICULTURA ANCESTRAL LATINO-AMERICANA: DA ECOLOGIA POLÍTICA À ETNOECOLOGIA .....	120
5.4 INTERPRETANDO OS ATORES DE BORDA E ADAPTANDO O SISTEMA K-C-P PARA COM ELES APRENDER.....	124
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	131
<b>6 REINVENTANDO MUNDOS DESDE AS AGRICULTURAS ANCESTRAIS: REEXISTÊNCIA DOS ATORES DE BORDA COMO REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA.....</b>	<b>133</b>
6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	133
6.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ATORES E TERRITÓRIOS.....	134
6.3 CARACTERIZANDO A AGRICULTURA ANCESTRAL A PARTIR DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO CENTRO-SUL PARANAENSE .....	138
6.3.1 Conhecimento ancestral na relação com a natureza e na gestão do território	
138	
6.3.2 Celebração da cultura, inovação e geração de renda .....	143
6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	147
<b>7 ONDE O FIM TAMBÉM É O COMEÇO .....</b>	<b>151</b>

REFERÊNCIAS.....	160
------------------	-----

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Prezada leitora, prezado leitor, gostaria de lhe dirigir a palavra em primeira pessoa, o que será feito somente nestas considerações iniciais. Faço esta escolha por crer que um trabalho de pesquisa se materializa em palavras, dados e documentos, mas é, em verdade, a síntese de múltiplos encontros que inter cruzam e influenciam o rumo do texto. Entretanto, cabe aqui nestas considerações iniciais uma comunicação pessoal entre o autor e o leitor, com intuito de expressar o contexto da pesquisa.

Pois bem, é justamente sobre o rumo do texto que quero tratar aqui. Esta trajetória eu devo muito às influências do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE), mas ela não se inicia ali. Se inicia no fim de minha Especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária, findo no ano de 2015. A grande porta que se abre ao fim desta experiência foi escrever uma monografia, pois em minha graduação não me foi exigido Trabalho de Conclusão de Curso, e, portanto, minha iniciação à ciência estava prejudicada. Por outro lado, minha graduação me orientou para a Extensão Rural, atividade que realizei como bolsista por três anos consecutivos.

Então, foi ao fim da monografia de Especialização, quando senti o gosto pela pesquisa e soube que eu deveria continuar a trilhar este caminho. Gosto de pensar que não fui eu que escolhi o PPGMADE, foi ele que me escolheu. Foi este Programa de Pós-Graduação quem valorizou meu conhecimento, minha experiência e me oportunizou ser bolsista por seis anos. O trabalho mais duradouro em minha carreira. Digo trabalho porque se me remunera, por minha produtividade, paga minhas contas, então é trabalho, sempre encarei como tal. E foi sim, com dificuldades, mas sempre com prazer e orgulho. Orgulho de (ainda) ser estudante (ou trabalhador?) de Pós-Graduação, orgulho da Universidade Pública e orgulho por continuar a pesquisar e debater as Questões (Sócio)Ambientais.

O PPGMADE me ofereceu generosamente uma surpresa. Quando me aceita como seu estudante de mestrado descobri que, na sua particular posição de interdisciplinaridade o Programa estimula que seus estudantes perpetuem sua área de graduação, como parte central para o trabalho coletivo interdisciplinar. Desta maneira, eu me reencontro com a Agronomia, minha área de graduação. Meu desencontro se inicia após ter sido interpelado pela Agroecologia, quando eu abro

minha mente pra tantos outros campos do conhecimento científico, em específico as ciências humanas, e, por consequência abandono o corporativismo da profissão de Agrônomo, muito persistente entre os colegas de profissão.

No entanto, o reencontro foi, e está sendo, muito saudável, depois de uma longa caminhada, agora como docente de disciplinas do curso de Agronomia, vejo que me mantenho apaixonado pela Ciência Agrária porque também sou apaixonado pela agricultura. Vejo que o PPGMADE, a interdisciplinaridade, a Agroecologia, o pensar complexo, crítico e decolonial, tangenciam minha análise de Ciência Agrária tornando muito oportuno poder conversar com estudantes de ensino superior.

Antes de dar ênfase à interdisciplinaridade em mim e nesta pesquisa, quero escrever um pouquinho mais sobre o PPGMADE. Tomei uma postura a mim muito valorosa pois entrei no PPGMADE muito aberto, ainda que crítico, à influência dos pesquisadores e docentes que tive a oportunidade de ouvir e conversar. Procurei me apropriar desta casa (literalmente), desde Magda Zanoni e Claude Raynaut até Andriquetto e Ângela Damasceno. Cito estes nomes pois, os que ainda estão entre nós, as chances de escutá-los são raríssimas. Entre tantos docentes permanentes e colaboradores ainda no programa, é preciso destacar que os participantes da linha de Epistemologia Ambiental sempre me fizeram mais influência. Não que eu tenha aprendido menos com as outras linhas, mas seria a linha de Epistemologia Ambiental a abrir novos caminhos teórico-metodológicos.

Já sobre o encontro com a interdisciplinaridade, eu particularmente estava ansioso. Me foi apresentado o projeto de interdisciplinaridade do PPGMADE ainda no mestrado, porém seu método de execução é exclusivo ao doutorado. Naquele período, então, eu sentia que me candidataria ao doutorado do programa em sequência a defesa da dissertação. Dito e feito. Com uma grande diferença. O método de interdisciplinaridade executado pelo PPGMADE, o trabalho coletivo entre doutorandos, se chocou, no meu ano de ingresso, 2020, com a pandemia da COVID-19. O isolamento social e o andamento do doutorado à distância fizeram do trabalho coletivo um desafio à parte. Com apoio dos professores e de colegas com domínio em ferramentas participativas virtuais, produzimos o que tenho certeza ter sido o máximo de nossas capacidades. Somamos onze doutorandos, de quatro linhas de pesquisa, que trabalharam para construir um *tema-problema* que fosse coletivo e que pudesse gerar um *objetivo geral* e comum de pesquisa, do qual desdobrariam as pesquisas individuais.

Com isto, foi possível apresentar, ao fim do ano de 2021, o Projeto Coletivo de Pesquisa intitulado: *Re-existências desde o Sul frente a conflitos e injustiças socioambientais, destruição da natureza e desmonte de políticas públicas*. Neste projeto está destacado a preocupação central dos doutorandos na análise da conjuntura recente do espaço brasileiro, o contexto pandêmico, de neoliberalização da economia, de ataque aos direitos historicamente conquistados, aos ataques ao ambiente e aos povos indígenas e comunidades tradicionais.

O Projeto expressa no título, nos objetivos e no corpo do texto, a influência epistemológica, metodológica e analítica do pensamento pós-colonial, da decolonialidade e das epistemologias do sul. É interessante esta colocação. Pois, independente das trajetórias individuais, profissionais, e teóricas, as correntes do pensamento citadas acima tiveram, em seus mais animados interlocutores, receptividade pelo coletivo. Eu mesmo posso dizer que me abri e me permiti afetar pelas referidas correntes e que, em linhas gerais, tangenciam o arcabouço teórico exposto no trabalho que segue.

Pessoalmente, mantive os interesses de pesquisa que me levaram ao doutorado. Durante o processo de finalizar a dissertação e preparar os artigos produtos da pesquisa, constatei que o sujeito interlocutor daquela pesquisa, agricultores familiares da Região Metropolitana de Curitiba, ainda que subalternos, desenvolviam práticas que os colocavam em situação de disputa e reivindicação de poder, ainda que não explícitas e sobretudo na esfera da produção agrícola, permitiam sua perpetuação no campo e na atividade agrícola por meio de práticas de autonomia. Entretanto, como bolsista de extensão no período da graduação tive a oportunidade de trabalhar e conviver com comunidades tradicionais e sabia que os conflitos que estes atores enfrentavam eram qualitativamente mais severos que os da agricultura familiar. O que me fez questionar que a abordagem proposta em minha dissertação não se generalizava a todos os atores subalternos do meio rural deste país. Outros elementos acompanhavam esta questão, por exemplo, o grau de modernização, mercantilização e o papel que a relação com a natureza cumpre nas práticas agrícolas e culturais entre os atores subalternos também é diferente.

Então o encontro com o campo da Ecologia Política foi inevitável. Este encontro, é preciso assumir, já vinha sendo estabelecido a partir de um interesse e curiosidade pessoal em apreender o dominar tais recursos teóricos. Em grande medida, isto se deve ao meu prévio aprofundamento nos campos da Economia

Política Agrária e da Questão Agrária, por um lado, e a Teoria da Ação e a Perspectiva Orientada aos Atores (abordagem majoritariamente socioantropológica), por outro, realizado durante o mestrado. O mesmo pode ser dito sobre a Etnoecologia. Uma vez tido contato com a socioantropologia do desenvolvimento, avançar para a Etnoecologia era um caminho lógico. Ainda assim, não consigo desvincular minha inclinação à Ecologia Política e à Etnoecologia da minha experiência com agricultores familiares e comunidades tradicionais. Mais recentemente, estas escolhas fizeram mais sentido ainda, agora que sinto a maturidade para trabalhar e pensar junto aos povos indígenas e compreender e aprender com sua agricultura ancestral. Quem dera pudesse essa tese ser fruto de um trabalho de campo, não é.

Esperancei ter as condições para realizar um trabalho de campo até o ano de 2022, quando defendo o projeto de tese e começo sua execução. Eu já sabia que dois impedimentos dificultariam este processo. Um primeiro impedimento se refere à uma relação consolidada com comunidades. No mestrado eu havia realizado um trabalho de campo a partir da interlocução com a agência de extensão rural do Estado do Paraná, a antiga Emater-PR, hoje IDR. Porém, muito me incomodou a incapacidade de consolidar uma relação sólida, de confiança, entre o pesquisador, (eu) e os agricultores. Gentilmente, todos a quem me foram apresentados foram solícitos e generosos em falar de suas práticas, lógicas e estratégias de produção agrícola. Por outro lado, foram diversos os empecilhos para dar continuidade à esta relação, sobretudo o retorno da pesquisa. O maior deles foi a pandemia. A pandemia é o segundo fator que adiantava minha impossibilidade de fazer um trabalho de campo responsável e honesto. Sobretudo porque, sem uma ponte de confiança não seria possível colocar as comunidades isoladas em risco de transmissão viral.

Já ciente da conjuntura pandêmica, os docentes do PPGMADE iluminaram nossas mentes com o valor profundo de documentos, textos, imagens, como material empírico de pesquisa. Para mim, se consolidou essa ideia quando me aprofundo nos Estudos Subalternos indianos e da importância desta tradição teórica para as correntes que me influenciavam, foi importante compreender como os documentos e relatos históricos tinham tomado centralidade nas suas análises empíricas. O mesmo pode ser dito da literatura para os Estudos Subalternos latino-americanos. Então, é com empolgação que adianto o material empírico desta tese serem documentos, textos, palavras e imagens.

Mas quais são as questões fundamentais que orientaram a escolha do material empírico? Vamos primeiro ao contexto. Se para mim se evidenciava o fato de os atores subalternos terem diferentes margens de poder produzir e se reproduzir por meio da agricultura, todos assistíamos durante o período pandêmico a reação reacionária (perdoem-me a redundância oportuna) do governo de extrema-direita que havia se instalado desde o ano de 2018. Para os atores subalternos, para a Questão Ambiental, foi catastrófico. De alguma maneira, eu sabia que se eu não pudesse fazer trabalho de campo, deveria investigar os atores hegemônicos da agricultura. Porque o que estava ocorrendo e, curiosamente, televisionado, digo, às vistas, durante aquele período, era a mais pura luta desenfreada por apropriação privada da natureza realizada pelas mais sórdidas alianças entre os atores hegemônicos. Assassinato e violência nas fronteiras agrícolas e ante aos povos que moram e coexistem com os fragmentos florestais.

Neste sentido, no desenvolver do projeto de tese, consolidei como questões de pesquisa a disputa de poder por domínio e acesso da natureza, focando especialmente o mundo da produção e circulação de alimentos no Brasil, o que será chamado de sistemas agroalimentares, e procurando distinguir os atores envolvidos, e em quais condições, e por quais meios os atores disputam poder. Assim, sintetizo as questões de pesquisa em: Quais são os mecanismos de disputa de poder no que poderia ser chamado de arenas de lutas por apropriação e reapropriação social da natureza? Quem são os atores atuantes nestas arenas? Como os atores subalternizados reagem e/ou ganham poder nas arenas de luta? E o que o conhecimento científico e a humanidade podem aprender e atuar para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis e justos?

Destas questões delinee o objetivo geral, a saber: desvelar, refletir e discutir sobre as relações de poder desiguais oriundas das práticas de atores antagônicos atuantes em sistemas agroalimentares brasileiros. Para cumprir com estes objetivos os capítulos desta tese contam, cada um deles, com objetivos específicos e metodologias apropriadas.

O texto que segue é formado inicialmente pelo Capítulo 2. Seu papel é estabelecer um método analítico geral, ainda que flexível e temporário, para análise de sistemas agroalimentares. Após o Capítulo 2 este trabalho se divide em duas partes. A PARTE I é responsável por abordar a relação antagônica entre as mais relevantes formações discursivas no âmbito dos sistemas agroalimentares. Está

destinado a esta tarefa os capítulos 3 e 4. O Capítulo 3 é responsável por consolidar um método de abordagem às práticas discursivas e o Capítulo 4 é responsável por realizar uma análise empírica.

Já a PARTE II destina-se a melhor compreender quais os elementos constituintes de reapropriação social da natureza por atores subalternos responsáveis pela agricultura ancestral. O capítulo 5 se destina a refletir e localizar a agricultura ancestral como participante dos sistemas agroalimentares e propor um método analítico apropriado. O Capítulo 6 consta uma análise empírica a partir de estudos realizados com comunidades tradicionais.

Enfim, no Capítulo 7, convencionalmente o capítulo das considerações finais, chamo-o de “onde o fim é também o começo”. Digo isto porque o fim da pesquisa marca o fim desta fase de vida, o doutorado, mas também marca o começo de outras fases. Marca a busca pela consolidação na carreira de pesquisador e docente. Marca também meu reencontro com a Agronomia, com a Ciência Agrária e com a Agroecologia. Marca, enfim, a maturidade analítica para o trabalho responsável com povos indígenas e comunidades tradicionais no necessário encontro de saberes para a disputa e construção de sistemas agroalimentares mais justos e sustentáveis.

Espero que a leitora ou o leitor tenha uma agradável, porém não muito confortável, jornada!

## 2 VISIBILIZANDO PRÁTICAS NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

### 2.1 INTRODUÇÃO

A pandemia do vírus covid-19 clama por profundas reflexões sobre as condições de existência humana. O recente falecimento de James Lovelock faz lembrar quando, juntamente com Lynn Margulis, trouxeram a público a Teoria (ou hipótese) de Gaia, fundamental nos anos 1970 para compreensão do planeta como um grande sistema vivo, abordagem aludida didaticamente pela recente pandemia. A Teoria de Gaia, quando lançada, foi recebida com desconforto pela comunidade científica, estes, os detentores do *status quo* da hierarquização e dominação dos saberes. Gaia, por sua vez, a deusa que representa a Terra na cosmologia politeísta grega, lembra também a herança ocidental não somente da comunidade científica (do *status quo* e seus opositores) como das sociedades modernas, que narram a história universal aos primórdios das culturas greco-romanas.

De outra maneira, desde as fronteiras da modernidade, é preciso lembrar de Pachamama, a deusa máxima da cultura politeísta andina, quéchua e aymara, representante da Terra, da fertilidade, do feminino, a Mãe Terra. Ainda que Pachamama oportunize um profícuo diálogo intercultural com (a Teoria de) Gaia sobre o grande organismo vivo que chamamos de Terra, representa negatividade, crítica e/ou oposição ao curso da coevolução de grupos humanos (portanto sociais) com seu meio, marcado por características inegavelmente desiguais as quais culminam em crises humanitárias como a que foi possível experimentar com a pandemia e mais recentemente com a guerra no Leste Europeu<sup>1</sup>.

A pandemia do covid-19 exacerbou problemas sociais, alguns latentes, outros explícitos. Entre tantos, destaca-se a fome. A fome, de acordo com Josué de Castro (1975) é um fenômeno multidimensional e interdisciplinar. Segundo o autor, a fome, descrita como a carência de nutrição adequada ao funcionamento metabólico do corpo humano, não pode ser explicada sem o relacioná-la às questões culturais, sociais e políticas que caracterizam a alimentação e a produção de alimentos em um determinado local. A fome é um fenômeno persistente na história da humanidade, entretanto o cenário (pós)pandêmico revela a agudização de processos opressivos e discriminatórios com recorte à território, raça, gênero e geração. E ainda, a fome, em

---

<sup>1</sup> No período em que este capítulo é escrito, eclode a guerra entre Rússia e Ucrânia

última instância, se caracteriza pelo estágio mais grave ao que está estabelecido no debate acadêmico e institucional como *insegurança alimentar*.

Alguns dados podem ilustrar. Em relatório elaborado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), estima-se que no Brasil, em 2022 (!), 125,2 milhões de pessoas residam em domicílios com insegurança alimentar e mais de 33 milhões em situação de fome (insegurança alimentar grave). Ademais, a desigualdade de acesso aos alimentos predomina em domicílios rurais, sendo que 18,6% enfrentam a fome em seu cotidiano. Em termos de desigualdade regional, 25,7% das famílias em insegurança alimentar grave residem na região Norte, e 21,0%, no Nordeste. A insegurança alimentar se apresenta também com desigualdades de gênero, raça e classe. O relatório destaca que a fome ocorre em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário-mínimo, e aflige mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência se identifica de cor preta ou parda (REDE PENSSAN, 2022).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, em sua sigla em inglês), o Brasil segue a tendência global de aumento da insegurança alimentar em taxas até mesmo menores que outras regiões da América Latina, como o Caribe, e muito menores comparado a continentes com Ásia e África. De acordo com a FAO (2022), mais de 150 milhões de pessoas passaram a ser afetadas pela fome no globo de 2019 a 2022, isto é, ao longo da pandemia. Na América Latina e Caribe, a FAO (2022) estima que, hoje, aproximadamente 40,6% da população vive em insegurança alimentar moderada e 14,6% da população vive em insegurança alimentar grave. Este cenário é produto não somente da pandemia, mas também da guerra no Leste Europeu associado ao aumento da inflação no preço dos alimentos ocorrido ao longo de 2022 (FAO, 2022, LIZARRAGA; PEREIRA FILHO, 2022).

Se já em 1945, o ano de publicação da primeira edição de *Geografia da fome*, Josué de Castro (1975) propunha de maneira muito avançada a necessidade de se abordar o problema da alimentação e da falta desta desde uma perspectiva integrada entre os fatores geocológicos e formações sócio-históricas, será de aqui em diante também a preocupação central.

Inspirando-se neste preâmbulo as próximas linhas se ocuparão em colocar em questão a produção de alimentos (soma-se aqui as *commodities* alimentícias) no

Brasil. Um país periférico, tal qual se constata em toda América Latina, grande exportador de *commodities* alimentícias e ainda assim marcado pela insegurança alimentar e pela violência física e simbólica contra os povos do campo, das águas e da floresta.

O primeiro passo, objetivo deste texto, consiste em desenhar um quadro analítico que apresente os principais sistemas e atores envolvidos na produção de alimentos, em especial aqueles envolvidos nas lutas por apropriação e reapropriação social da natureza e por reprodução social.

A espinha dorsal desta análise se apoia nas distintas formulações que tem por base os debates oriundos da questão agrária e alimentar dos quais culminaram na abordagem do *sistema agroalimentar*. Servirão como inspiração os debates que preconizam a pluralidade de atores, ou seja, a existência de distintos *sistemas agroalimentares* interagindo de maneira dinâmica, conflituosa e coexistente. Então será possível realizar uma reflexão crítica a partir da Ecologia Política latino-americana (LEFF, 2015), apoiando-se em noções como a modernidade periférica (FLORIANI, 2016, DUSSEL, 2015), a política e territórios da diferença (ESCOBAR, 2015), a sociologia das emergências e sociologias das ausências (SANTOS, 2019) e o giro decolonial (MIGNOLO, 2006, CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007, QUIJANO, 2005). Enfim, tais características permitirão propor uma aproximação à abordagem do Sistema de Interação Societal (SIS) (FLORIANI, 2016, 2022) à análise dos *sistemas agroalimentares*. Como será argumentado, este processo expositivo, argumentativo e crítico fornecerá as condições para estabelecer um quadro analítico (portanto parcial, limitado e sobretudo politicamente posicionado) da realidade socioambiental em que os protagonistas da produção de alimentos estão inseridos.

## 2.2 QUESTÃO AGRÁRIA, ALIMENTAR E AMBIENTAL: A ABORDAGEM DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

O sistema agroalimentar (*agri-food system*) como objeto de investigação deriva da preocupação de intelectuais, norte-americanos e europeus anglófonos em sua maioria, em fornecer saídas para a crise da sociologia rural dos anos 1970. A crise constitui-se, em linhas gerais, nos limites apontados às perspectivas “difusionistas” da sociologia rural norte-americana, de cunho psicológico-

behaviorista, que sem conseguir esconder seu positivismo, dialogavam com as teorias da modernização em um período de expansão global dos processos de mercantilização e modernização da agricultura e da alimentação. A renovação teórica, que aparece no início dos anos 1980, será conhecida como a sociologia da agricultura (BUTTEL, 2001, SCHNEIDER, 1997). No Brasil, a sociologia da agricultura passaria a ser sistematicamente apreciada após a publicação de *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, de Ricardo Abramovay (1992).

A sociologia da agricultura emerge como oposição aos prognósticos de homogeneização da agricultura global mediante a força estruturante dos complexos agroindustriais de larga escala. Tal prognóstico é compartilhado tanto pela teoria da modernização quanto pela economia política leninista (BUTTEL, 2001), este último também podendo ser conhecido como marxismo ortodoxo agrário (SEVILLA GUZMÁN; GONZALEZ DE MOLINA, 2005). Esta importante virada na sociologia rural não somente oportunizou o surgimento da sociologia da agricultura, mas também influenciou os estudos de comunidades rurais e mercados de trabalho, desde uma preocupação central sobre o papel da agricultura nas sociedades capitalistas avançadas, o que Buttel (2001) chama de “nova sociologia rural”.

As principais influências foram o encontro da sociologia do desenvolvimento com a teoria do campesinato, em especial a reinterpretação dos estudos da questão agrária clássica (Lênin e Kautsky) apoiados na redescoberta dos escritos de Alexander Chayanov e do Marx “tardio” (das cartas trocadas com Vera Zaslulich) fundando o que seria conhecido como marxismo chayanoviano (Theodor Shanin entre outros). Há também um diálogo crítico com o neomarxismo presente na teoria da dependência e na teoria regulacionista, com a abordagem do sistema-mundo de Wallerstein, assim como com neoweberianismo da sociologia e antropologia econômica (BUTTEL, 2001, SEVILLA GUZMÁN; GONZALEZ DE MOLINA, 2005).

Para além dos debates travados entre as distintas correntes, interessa aqui destacar que na gênese da sociologia da agricultura houve uma importante releitura no papel das pequenas unidades de produção no capitalismo, sejam elas tratadas analiticamente como camponeses, agricultores familiares ou produção mercantil simples. Foi evidenciado que em sociedades avançadas tais formas de produção não somente se perpetuaram ao longo das distintas fases do capitalismo, como também foram (e ainda são) fundamentais para a produção de alimentos baratos para as massas urbanas (BUTTEL, 2001, ABRAMOVAY, 1992).

Ademais, a crítica à sociologia rural “difusionista” levou à uma abordagem mais crítica sobre as técnicas da modernização, a somar pela crescente onda da questão ambiental dos anos 1970. Não é de espantar que grandes nomes que participaram da construção da “nova sociologia rural” também contribuiriam com a sociologia ambiental, como o próprio Frederick Buttel, David Goodmann e Michael Redclift (SEVILLA GUZMÁN; GONZALEZ DE MOLINA, 2005).

Segundo Buttel (2001), entre o final década de 1980 e início de 1990 a sociologia da agricultura é chocada pelo que o autor chama de explosão e fragmentação de sua tradição teórica (majoritariamente a economia política marxista). Isto se daria, conjuntamente, pela crise do neomarxismo, o fim da Guerra Fria com a queda do muro de Berlin, a deslegitimação do Estado socialista e a mudança da era do fordismo para a era da desregulação do mercado financeiro. É neste cenário que Harriet Friedmann e Phillip McMichael publicam artigo com seminal contribuição na consolidação do sistema agroalimentar como unidade analítica com o estabelecimento da noção de *regimes alimentares*.

A noção de regimes alimentares é influenciada em grande medida pelas teorias do sistema-mundo e a teoria regulacionista sem perder sua influência chayanoviana (BUTTEL, 2001). McMichael (2009) defende que:

The ‘food regime’ concept historicized the global food system: problematizing linear representations of agricultural modernization, underlining the pivotal role of food in global political-economy, and conceptualizing key historical contradictions in particular food regimes that produce crisis, transformation and transition. In this sense, food regime analysis brings a structured perspective to the understanding of agriculture and food’s role in capital accumulation across time and space. (McMICHEAL, 2009, p.140)

Então, a tarefa primordial dos regimes alimentares é destacar os processos estruturantes do capitalismo global que coordenam a agricultura e o consumo de alimentos. O contexto central que os autores estão escrevendo é considerado como uma mudança de regime, isto é, após os anos 1980 o regime mercantil-industrial (tipo fordista) entra em crise e é sistematicamente substituído pelo regime neoliberal-corporativo (FRIEDMANN, 2000, 2005, McMICHAEL, 2009, 2016).

Não é a intenção aqui esgotar o papel dos regimes alimentares na compreensão do sistema agroalimentar, entretanto importa destacar alguns pontos

centrais que irão colaborar para a concepção particular de sistemas agroalimentares apresentada posteriormente.

Primeiro, cabe destacar o papel que a noção cumpriu na “nova sociologia rural”. A noção de regimes alimentares cumpre um importante papel em opor (ou complementar?) o “localismo” característico das abordagens orientadas aos atores, seja esta oriundas da Escola de Wageningen, sustentada por Norman Long, J. D. van der Ploeg e colaboradores, seja a teoria do ator-rede de Michel Callon e Bruno Latour. Tão importantes neste período e distantes da abordagem dos regimes alimentares, estão a perspectiva de pós-desenvolvimento e ecologia política, representadas por Arturo Escobar e Wolfgang Sachs (BUTTEL, 2001), que serão destaque no próximo tópico.

Em segundo lugar, diferente da economia política marxista ortodoxa (ou leninista) de Henry Bernstein, é evidente a influência chayanoviana nos escritos de Friedmann (2000, 2005) e McMichael (2009, 2016). Isto é, para os autores o campesinato não só tem lugar no capitalismo contemporâneo como se apresenta como grande força alternativa à dominação do regime alimentar contemporâneo, sendo o movimento transnacional La Via Campesina (LVC) e seu debate sobre soberania alimentar o melhor exemplo disto. Ademais, os autores colocam a questão agrária e alimentar no cerne da questão ambiental, trazendo importantes correlações entre a economia política, a geopolítica e a ecologia política. Ao analisar o movimento das corporações alimentares na apropriação de pautas ambientais, segurança alimentar, proteína vegetal, certificação e comércio justo, os autores fazem a prospecção da possibilidade de emergência de um novo regime alimentar (FRIEDMANN, 2000, 2005, McMICHAEL, 2016).

Ao sobrepor a análise dos regimes alimentares ao caso brasileiro é possível encontrar elementos de encaixe. O primeiro regime alimentar global categorizado por Friedmann (2005) como colonial-diaspórico, ou imperial-colonial (McMICHAEL, 2016), que durou entre 1870-1920, reflete o consenso da historiografia brasileira majoritária, em que o modelo de agricultura *plantation* serviu para atender à demanda expansionista britânica (considerada como centro de poder deste período) enquanto aqui a política do *laissez-faire*, baseado exclusivamente em exportação-importação, era aplicada à risca pelos governos da República Velha (1889-1930). A crise de 1929 que se estabelece como um marco transicional para o segundo regime alimentar – mercantil-industrial (1940-1970) - também é ilustrativa

no caso brasileiro. A famosa queima dos estoques de café simbolizava o fim de um período que iria ser reestabelecido com massivos aportes financeiros advindos dos Estados Unidos (o novo centro de poder), vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, culminando no Brasil na criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Técnica, em 1956, o Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, os quais seriam os grandes motores do que Graziano da Silva (1981) chamou de *A modernização dolorosa*. Já o terceiro regime alimentar – neoliberal-corporativo (1980, ainda em vigor) - é mais bem representado no Brasil pela *sojicização* da agricultura coordenado pelo capital financeiro e pelas corporações transnacionais, fruto da crise do desenvolvimentismo e o recuo do Estado como protagonista da ordem econômica abrindo espaço para a doutrina neoliberal (McMICHAEL, 2016).

Em que pese a validade da abordagem histórico-estrutural das sucessões de regimes alimentares no caso brasileiro, os autores vêm recebendo uma série de críticas que são consideradas aqui fundamentais. Segundo Niederle e Wesz Jr (2017) as principais críticas centram-se na supervalorização das rupturas institucionais, o excessivo ocidentalismo da periodização dos regimes e o efeito homogeneizante dos regimes e das estratégias hegemônicas. Ainda, os autores discorrem que, com o intuito de propor uma alternativa para o excesso de localismo da nova sociologia rural, a abordagem de regimes alimentares perde de vista a heterogeneidade em detrimento a uma versão unitária do sistema agroalimentar, e conseqüentemente dos mercados como estrutura de dominação, perdendo, enfim, importantes nuances políticos que serão destacadas mais adiante.

De outra maneira, o argumento central deste trabalho se propõe a destacar a característica heterogênea dos atores, processos e instituições envolvidas na produção e circulação de alimentos e, com isto, conservando de maneira crítica a noção de sistema agroalimentar, retomá-la a partir de uma abordagem mais plural, isto é, desde a conformação de diferentes sistemas agroalimentares.

Para isto, a recuperação do trabalho de uma das mais renomadas historiadoras dos sistemas agrários do Brasil colonial, Maria Yedda Linhares (1995, 1996), é fundamental. A autora menciona a omissão do estudo sistemático dos processos de produção e circulação interna de alimentos na historiografia brasileira a qual enfatiza o caráter monocultor da colônia como, ora um destino, ora uma imposição da classe dominante colonial. Linhares destaca:

É errôneo pensar que o Brasil viveu de açúcar, nada mais do que açúcar, nos primeiros séculos, e, depois, no século XIX, até a ruptura de 1930, de um segundo “produto-rei”, o café. Estatísticas recentes revelam a predominância extraordinária, ainda hoje, da mandioca, velho e tradicional cultivo das primeiras populações indígenas, da bacia amazônica, o milho pré-colombiano, que correspondia às regiões em contacto com as vertentes pré-andinas, e, finalmente, a batata-doce, cujo grande núcleo de dispersão parece ter sido a região do Brasil central. São todos produtos majoritariamente produzidos no Brasil, de forma recorrente, parte fundamental da agricultura indígena pré-colombiana, incorporada aos hábitos alimentares dos novos habitantes europeus e africanos. (LINHARES, 1996, p.140)

A pesquisa centrada no estudo dos mercados internos, segundo a autora, dificulta inclusive generalizações na aproximação com o território nacional. Linhares (1995, 1996) demonstra que as diferentes características de colonização de norte a sul do país geraram não somente especificidades na produção agrícola como também no exercício de poder, impedindo que as sesmarias fossem a explicação exclusiva para o domínio da terra e do trabalho. A autora (1995) também destaca o papel do negro escravizado na produção local de alimentos, argumento já amplamente aceito sobre o trabalho imigrante europeu na produção cafeeira, e a hipótese de existência de um protocampesinato negro, que não teve acesso à terra após a abolição. A mesma noção pode ser exemplificada no premiado romance de Itamar Vieira Junior, publicado em 2019, *Torto arado*, onde é narrado a relação do povo negro remanescente de quilombo com a terra, com a produção de alimentos, com a roça do patrão e a relação com o comércio em vias de urbanização.

Sobre este último, Belik (2015), ao apresentar com riqueza de dados a heterogeneidade interna dos sistemas agrários nacionais, destaca o importante papel que cumpriram os inúmeros armazéns de secos e molhados, as feiras e quitandas que retinham ali não somente os gêneros alimentícios mais comumente produzidos, como o milho, feijão, arroz e charque, mas também formavam um reduto da cultura alimentícia regional, produzidos majoritariamente pelo trabalho familiar e comunal.

É importante mencionar que duas décadas após a intervenção estatal em direção à modernização, mercantilização e industrialização da agricultura o artigo seminal assinado por Kageyama e Bergamasco (1989) é um marco na categorização do que passaria a ser conhecido como a agricultura familiar, contabilizando nos anos 1980 aproximadamente 71,6% dos estabelecimentos

agrícolas responsáveis por 49,6 % do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária nacional da época.

Neste sentido, esta abordagem sobre a história da agricultura brasileira não pretende contradizer as importantes fases dos regimes de produção, controle da terra e utilização da força de trabalho. Mas sim, ao revelar as características da produção e circulação interna de alimentos, é possível melhor compreender os fatores geradores da heterogeneidade que empiricamente refutam as narrativas unilineares e ocidentalistas da transformação dos sistemas agroalimentares no Brasil.

Mais recentemente, o trabalho de Fabiano Escher (2020), condecorado com o prêmio “The Samir Amin Young Scholars’ Prize in Political Economy of Development”, inspirado pela Escola de Wageningen em especial a abordagem neochayanoviana de van der Ploeg, oferece uma relevante tipologia buscando interpretar a heterogeneidade de atores interagindo no rural brasileiro contemporâneo. A proposta centra-se em demonstrar empiricamente os caminhos pelos quais diferentes atores coevoluíram ao longo da modernização e mercantilização da agricultura.

Seguindo Ploeg (2009, 2016), Escher, primeiramente propõe uma importante diferenciação nas formas de fazer agricultura, a origem do trabalho. A origem do trabalho permite separar as formas de fazer agricultura em dois grandes polos: a) a utilização de trabalho assalariado (*wage labor commodity producers*), isto é, a agricultura patronal; b) a utilização do trabalho familiar (*family farming*), a agricultura familiar. Com base nesta polaridade, e opondo Grasmci à Poulantzas, Escher interpreta que não somente as diferenças concernentes à força de trabalho são empiricamente evidentes como se estabelecem como correlação de forças opostas onde a agricultura patronal se estabelece como classe dominante e a agricultura familiar como classe subalterna.

Ao analisar dados dos Censos Agropecuários de 2006 e outros dados secundários presentes em sua revisão bibliográfica Escher propõe uma tipologia que leve em consideração o que chama de heterogeneidade estrutural. O autor começa diferenciando a agricultura patronal em dois setores majoritários. De um lado a agricultura patronal capitalista (APC), que corresponde a imagem do “agro é tech”, são empresas altamente produtivas, de aporte intensivo de capital, são especialistas em produção de *commodities* integrados aos complexos agroindustriais voltados à

exportação. O autor destaca que, apesar de somarem menos de 1% dos estabelecimentos agrícolas, são responsáveis por mais da metade do Valor Bruto da Produção (VBP) anual no Brasil.

De maneira diferente encontra-se a agricultura patronal latifundiária (APL). Estes atores são os herdeiros das oligarquias agrárias remanescentes do período colonial, usam a terra como estoque de valor e instrumento de dominação, se reproduzem perpetuando formas espúrias de competitividade por meio de trabalho precário, acumulação por despossessão e perdão de dívidas. Ambas as formas de agricultura, APC e APL, formariam a classe dominante na agricultura brasileira.

Por outro lado, a classe subalterna seria formada pela agricultura familiar, assim como, por trabalhadores agrícolas, sejam estes permanentes, temporários ou sazonais. A agricultura familiar, segundo apresentada por Escher (2020) também é formada por diferenças internas. O primeiro segmento de relevância é a agricultura familiar empresarial (AFE). Sua característica é um alto grau de integração mercantil, é intensiva em capital e tecnologia, acessa constantemente crédito e se orienta à especialização e à monoculturas. Possui mais terra que a média dos agricultores familiares e possuem empregados temporários e/ou permanentes (aqueles permitidos por lei e ainda serem beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento do Agricultura Familiar). A renda média destas unidades de produção alcança os R\$ 6.000,00 por mês, o que somado à produção para autoconsumo, os benefícios de impostos sobre imóvel rural e a ausência de custos com moradia (aluguel), é comparável às classes médias urbanas. Seguindo a metodologia FAO/INCRA (GUANZIROLI et al, 2013 *apud* ESCHER, 2020) a AFE corresponde a 8,7% do total de estabelecimentos agropecuários (9,9% dos estabelecimentos classificados como agricultura familiar) mas produz 25,1% do VBP nacional (49,4% da agricultura familiar).

Um segundo segmento sugerido pelo autor é o de agricultura familiar comercial (AFCom). Com grau moderado de integração mercantil, possui extensão de terras dentro da média, acessa crédito, mas não se encontra na vanguarda tecnológica como a AFE. Ocasionalmente contrata trabalho e tende a uma maior diversificação produtiva e a pluriatividade, isto é, a renda pode ser composta por trabalhos fora da agricultura. Seria aqui adequado abarcar também os beneficiários da reforma agrária. Tal segmento seria variado internamente, podendo a renda distar de R\$3.000,00 e R\$900,00. De acordo com a metodologia FAO/INCRA, a

AFCCom soma 29,7% de todos os estabelecimentos (33,8% da agricultura familiar) e 8,7% do VBP nacional (24% da agricultura familiar).

Um terceiro seguimento é denominado de agricultura familiar camponesa (AFCamp). Com baixo grau de integração mercantil (conectando-se majoritariamente a circuitos curtos), possuem áreas abaixo da média, raramente acessam crédito e possuem tecnologia defasada em relação à vanguarda tecnológica. Devido as baixas rendas a produção para autoconsumo é central. Segundo a metodologia FAO/INCRA, representam 49,5 % de todos os estabelecimentos agropecuários (56,2% da agricultura familiar) mas somente 3,6% do VBP (10% da agricultura familiar). Escher ainda destaca que o segmento da AFCamp pode abarcar as comunidades rurais “dormitório”, os trabalhadores rurais sem terra e estabelecimentos rurais sem renda agrícola, isto é, com produção exclusiva para autoconsumo, a maioria destes dependendo vitalmente dos programas sociais, pensões e transferência de renda.

TABELA 1 - Quadro síntese do Valor Bruto da Produção e de Estabelecimentos Agropecuários (%) de acordo com a tipologia

		Valor Bruto da Produção	Estabelecimentos Agropecuários
Classe Dominante	Agricultura Patronal Capitalista	51,00%	0,60%
	Agricultura Patronal Latifundiária	12,00%	11,50%
Classe Subalterna	Agricultura Familiar Empresarial	25,10%	8,70%
	Agricultura Familiar Comercial	8,70%	29,70%
	Agricultura Familiar Camponesa	3,60%	49,50%

FONTE: Adaptado de Escher (2020)

Com base na tipologia apresentada por Escher (2020) pode-se destacar alguns pontos centrais. Primeiramente, retomando o argumento inicial deste tópico, a diversidade de formas de se fazer agricultura, segmentados acima com base na força de trabalho, na integração mercantil, na extensão e intensividade tecnoproductiva da agricultura, coloca os atores protagonistas da produção e circulação de

alimentos em diferentes sistemas de interrelação com instituições, práticas, normas e sobretudo com a natureza. A mesma heterogeneidade pode ser aplicada ao mundo do consumo de gêneros alimentícios (NIEDERLE; WEZS Jr, 2017). É com base nesta revisão que daqui em diante a produção e circulação de alimentos no Brasil será abordada com base na existência múltipla de sistemas agroalimentares, protagonizada por diferentes atores, como será possível melhor argumentar ao final deste capítulo.

Em que pese a importância política entre os polos dominantes e subalternos, e será dado o devido tratamento à tal importância em tópicos posteriores, é importante destacar a heterogeneidade interna de tais grupos. Desta maneira, os recentes estudos publicados pelo antropólogo Caio Pompeia e associados (2021, 2022) revelam que a identidade coletiva formada em torno da formação política do *agronegócio* passa longe de representar uma unidade entre os setores patronais da agricultura, ao passo que frente a virada conservadora das políticas públicas no Brasil entre outras práticas atozes que se reestabeleceram desde o início do governo Bolsonaro, dificulta associar *a priori* o agronegócio como uma unidade política representante da agricultura patronal. Neste mesmo sentido, as abordagens de ecologia política latino-americanas que fazem o uso do conceito de neoextrativismo e neocolonialismo (Gudynas, Svampa, Aráoz, entre outros) para tratar do que seria o correlato ao regime alimentar neoliberal-corporativo, também carecem de uma análise pormenorizada de tais atores, seus respectivos sistemas agroalimentares, suas práticas e representações.

Deste debate, deriva-se outra questão. Se por um lado, o agronegócio não representa uma unidade dos diferentes seguimentos da agricultura patronal, por outro, seu modelo técnico-corporativo é adaptado e vendido aos segmentos da agricultura familiar. Tais atores, como destaca o próprio Escher (2020), são fundamentais na produção de *commodities* para exportação, como a soja, frango e suínos, especialmente no sul do Brasil. Cada vez mais as terras da agricultura familiar com alto grau de mercantilização tornam-se objetos de integração aos complexos agroindustriais. O mesmo vem ocorrendo no norte do país com a produção de palma oleífera e nas regiões serranas do Sudeste com o plantio de reflorestamento. Neste sentido, a oposição entre agronegócio e agricultura familiar, largamente utilizada na política e na academia, perde evidência analítica podendo

ser esclarecido, outra vez, na conexão entre os atores, seus sistemas agroalimentares, suas práticas e representações.

Enfim, um olhar mais apurado sob influência da ecologia política latino-americana irá permitir desvelar que, a propósito da questão ambiental, os sistemas agroalimentares também tratam de distintas formas de relação com a natureza, com o ambiente e com o território. Tais diferenças estão marcadas por traços políticos que fogem à abordagem dos sistemas agroalimentares herdeira da “nova sociologia rural”. Neste sentido, é fundamental retomar a crítica da ecologia política latino-americana, sua gênese e seus argumentos mais maduros, para que então possamos propor a abordagem de sistemas agroalimentares que constitui a espinha dorsal deste trabalho.

### 2.3 A CRÍTICA DA ECOLOGIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA

Segundo Enrique Leff (2015) a ecologia política latino-americana é herdeira do pensamento crítico gestado neste território, em especial naqueles intelectuais que puderam se desvencilhar das amarras do universalismo do pensamento ocidental.

Destacar-se-iam então José Carlos Mariátegui e José Martí, distintos revolucionários precursores de um marxismo latino-americano. Também é precursora a disseminação da educação popular, a pedagogia e a teologia da libertação desde Paulo Freire, Enrique Dussel e a ecopedagogia com Leonardo Boff. Desde a teoria do subdesenvolvimento são influentes os textos de Josué de Castro e Celso Furtado que assim como a teoria da dependência com André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos, estabeleceram um marco na compreensão das relações globais disseminando a noção de centro-periferia. Fundamentais à luta anticolonial Leff (2015) cita Frantz Fanon e Aimé Césaire, assim como o marco estabelecido pela publicação de *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano. Mais recentemente o autor destaca a importância do giro decolonial e as propostas de descolonização do poder, dos seres e dos saberes.

Como campo de pesquisa estabelecido a ecologia política latino-americana tem como marco institucional a formação de um grupo de trabalho, nos anos 2000, no Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), liderado por Hector

Alimonda, que após seu precoce falecimento prossegue sua produção do pensamento crítico atualmente intitulando-se *Grupo de Trabajo Ecología(s) política(s) desde el Sur/Abya-Yala*, destacando nomes como Gabriela Merlinsky, Horácio Machado Araújo, Carlos Walter Porto-Gonçalves (*in memriam*), Giancarlo Delgado Ramos, Arturo Escobar entre outros.

A ecologia política latino-americana possui certas vantagens como ponto de vista crítico. A posição do pensamento libertador que parte de onde os pés pisam procura destacar as relações de poder na apropriação da natureza levando em consideração a diferença marcada pela herança moderna/colonial e pela produção e reprodução desigual do capitalismo nas relações do sistema-mundo. Deste ponto de vista, as múltiplas epistemes insubordináveis configuradas no seio de sociedades modernas periféricas (FLORIANI, 2016) se tornam o substrato primordial à construção do pensamento crítico às estratégias de apropriação violenta de corpos e territórios, de crescimento material ilimitado e do discurso de desenvolvimento sustentável (LEFF, 2015) reunindo a resistência localizada dos povos e comunidades marginalizados como *epistemologias do sul* (SOUSA SANTOS, 2019).

Dessa maneira, emergem os conhecimentos tradicionais, as sabedorias populares, as experiências vividas, os costumes comuns, as culturas híbridas, como lugar de destaque de incorporação do ambiente, de relação inseparável com a natureza não-humana. A estigmatização e marginalização de tais culturas, corpos e saberes produz uma crítica potente que se dá a partir da resistência de povos e comunidades, ou como diz Porto-Gonçalves (2015), em Defesa da Vida, da Dignidade e do Território, ou ainda pelo neologismo, *re-existir*.

Os modos de vida dos povos das florestas das águas e dos campos formam o substrato questionador de outras possibilidades de ser, saber, mas também de poder existir no mundo. Em situações de conflito frente à projetos de desenvolvimento, mecanismos de espoliação e retirada de direitos, são articulados movimentos sociais, mobilizações, entre tantas outras ações coletivas orientadas a defender o direito à vida, ao território e à autoidentificação. Tais lutas passaram, desde Chico Mendes, a serem reconhecidas como convergentes às lutas ambientalistas e assim alcançaram uma utopia mais profunda, a luta pela transformação social (LEFF, 2015, PORTO-GONÇALVES, 2008, 2015, ESCOBAR, 2006, 2015).

Assim, a ecologia política está encravada na vida rural e, portanto, na questão agrária e nos estudos rurais. Especialmente no contexto das economias latino-americanas, relegadas ao papel de exportadoras de *commodities* na divisão internacional do trabalho, o espaço rural é visto pelos atores dominantes como como fronteira de expansão exatamente nos territórios em que, não por coincidência, coexistem reservas minerais, reservas da biodiversidade e povos e comunidades tradicionais. Assim:

La ecología política viene así a revolucionar los estudios tradicionales de la cuestión agraria (Chayanov, Kautsky) replanteando la reconstrucción del medio rural desde nuevas bases ontológicas. Las luchas agroecológicas por la autonomía cultural y los derechos territoriales ocupan un lugar preponderante en la ecología política latinoamericana. (LEFF, 2017, p. 245)

A maldição latino-americana que aparece como crítica privilegiada repousa no seu papel cumprido na formação do sistema-mundo globalizado. Os processos de dominação associados ao colonialismo, isto é, a racialização (FANON, 2008) e o patriarcado (SEGATO, 2010, LUGONES, 2008) são, em verdade, concomitantes à acumulação por espoliação (ARÃOZ, 2016) e à formação da classe trabalhadora interna na constituição de um capitalismo periférico, que ecoam mesmo após a independência dos colonizadores como *colonialidade* (QUIJANO, 2005).

Ocorre que, desta perspectiva, pode-se evidenciar na sociologização do mundo rural, mesmo que se procure evitar o linearismo histórico e o eurocentrismo cultural, faltam categorias e conceitos que permitam ascenderem à protagonistas os interlocutores imersos nas referidas dimensões de dominação. É insuficiente dizer que povos indígenas e comunidades tradicionais, a respeito da origem da força de trabalho, da integração mercantil, do valor da produção bruta, compõem parte da agricultura familiar camponesa, como tratado no tópico anterior.

Não é por acaso. Boaventura de Sousa Santos (2019) fala sobre uma linha abissal que invisibiliza seres. Esta linha abissal corresponde a diferentes exclusões. Sua diferença crucial reside em que a exclusão abissal é uma opressão ontológica, uma vez que os indivíduos e grupos que sofrem tal exclusão são considerados menos ou não totalmente humanos. Para Maldonado-Torres (2016) o mundo moderno-colonial cria esta diferença como uma linha ontológica que divide em zonas do ser e do não ser onde a colonialidade produz um processo de desumanização de qualquer ser que considere diferente.

Neste sentido, Sousa Santos (2004, 2019) propõe as sociologias das ausências e as sociologias das emergências. Estes dois instrumentos são baseados nas exclusões abissais e não-abissais e os diferentes modos em que o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado se articulam na opressão de grupos sociais. A sociologia das ausências é por excelência uma cartografia da linha abissal, uma pesquisa comprometida (e por isso também ausente, nos termos de Boaventura), radicalmente crítica e dialógica, imersa nas lutas travadas contra a invisibilidade e a opressão. A sociologia das emergências, ainda que se prescreva o mesmo posicionamento epistemológico das sociologias das ausências, trata da positividade dessas exclusões, concentra-se na produção de possibilidades e potencialidades de superação dos mecanismos de opressão e de transformação social.

Assim, nas lutas por defesa do território, por dignidade e pela vida, os povos indígenas, comunidades tradicionais, movimentos de mulheres e feministas, movimentos identitários e anti-racistas produzem uma crítica radical desde sua condição de invisibilizados, desde o lugar, a partir do seu modo de vida negado, desde seus saberes subjugados, politizando a epistemologia e a ontologia (ESCOBAR, 2015, PORTO-GOLÇALVES, 2008, LEFF, 2015, SOUSA SANTOS, 2019).

No que se refere aos sistemas agroalimentares, a tarefa então é de visibilização de tais atores como protagonistas na produção e circulação de alimentos. Suas lutas são a evidência empírica de agência (*agency*) nas relações sociais da produção agrária. Como se não fosse o suficiente o fato de lutarem por sua reprodução, ainda sofrem violências físicas simbólicas e estão atualmente sob constante ameaça de perderem os poucos direitos adquiridos. Neste contexto, será proposto a seguir um quadro analítico que leve em consideração os referidos elementos na abordagem dos atores envolvidos na produção e circulação de alimentos no Brasil.

#### 2.4 O SISTEMA DE INTERAÇÃO SOCIETAL (SIS) COMO ABORDAGEM AOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

O Sistema de Interação Societal (SIS) é formado pela interrelação de diferentes subsistemas diferenciados entre si por suas condições histórico-estruturais, ambientais, culturais e subjetivas, as quais derivam do agenciamento de

seus respectivos atores, isto é, das práticas individuais e coletivas em cada dimensão mencionada conferindo uma noção de grupo coerente, ainda que dinâmica no tempo e no espaço.

Sua inspiração advém dos trabalhos de Dimas Floriani (2016, 2022) e associados (2020, 2021) e aqui é proposto uma releitura com objetivo de abordar os sistemas agroalimentares. O SIS tem como base a interpretação de sistemas sociais heterogêneos típicos de sociedades consideradas historicamente periféricas, como são as latino-americanas. Desta interpretação resulta a análise de que, apesar da insistente “ocidentalização” das relações socioambientais latino-americanas, persistem formações que produzem e se reproduzem através de outras bases materiais e simbólicas, se hibridizando de maneira resistente e subalterna ao poder homogeneizador do sistema-mundo capitalista moderno colonial e patriarcal. A coexistência dinâmica de distintas formações socioambientais produz zonas de convergência, conflito e exclusões que caracterizam os sistemas sociais periféricos do sistema-mundo global (FLORIANI, 2016).

A proposta contida na FIGURA 1 se baseia no diagrama de Venn com intuito de representar três subsistemas majoritários: a) Sistemas Dominantes; b) Sistemas Híbridos; c) Sistemas de Borda. Os três subsistemas possuem zonas mútuas de transição, diferenciação e/ou conflito (realçadas pelo diagrama de Venn) e fruto da heterogeneidade e da coexistência de diferentes sistemas. Contudo, são também nas zonas de convergências onde ocorrem os conflitos e exclusões, lutas materiais ou simbólicas, de acordo com as práticas materiais e simbólicas coordenadas pelos atores. Também possuem em comum o fato de estarem tangenciados pelo ambiente, isto é, o mundo extra-humano ou não-humano, e por partilharem, de maneira heterogênea e desigual, típica dos sistemas periféricos, dos fluxos de matéria e energia, também determinados pelas distintas práticas de relação com a natureza.

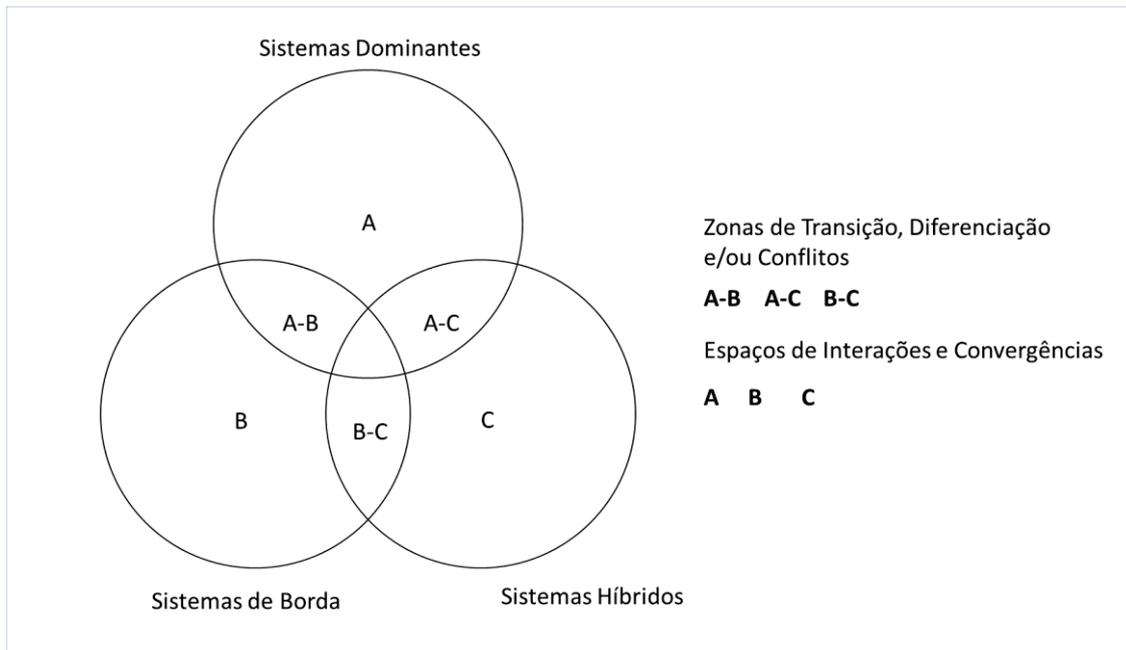
É importante destacar que, por se tratar de sistemas<sup>2</sup>, os processos e fluxos são recursivos, isto é, se influenciam mutuamente mediados pelas zonas de convergência, conflito e coexistência. Outra característica dos modelos sistêmicos,

---

<sup>2</sup> Sobre a influência da Teoria de Sistemas e do Pensamento Complexo na epistemologia socioambiental ver cap. 3 em Floriani (2004)

e, portanto, complexos, é conter uma versão limitada da realidade que servem a propósito analítico-dedutivos. Ademais, destaca-se o caráter aberto dos sistemas em interação em sua dinâmica relacional, impedindo que possam ser explicados isoladamente, apesar de possuírem uma coerência própria (FLORIANI, 2022).

FIGURA 1 - Sistema de Interação Societal



FONTE: O Autor (2024)

Agora, de maneira indutiva, será proposto uma analogia de tipos ideais de sistemas agroalimentares desde os subsistemas do SIS. Como apresentado nos dois tópicos anteriores, as principais motivações desta analogia repousam: a) em abordar analiticamente os sistemas agroalimentares a partir de sua heterogeneidade, e o SIS permite fazer esta tarefa por meio da interrelação de seus três subsistemas; b) mas também da necessidade de visibilizar sujeitos e grupos excluídos historicamente (ou relegados a acessórios) nas análises de sistemas agroalimentares.

Procurando seguir tais critérios é possível propor uma comparação com a tipologia de Escher (2020). Como é possível notar com a FIGURA 2, as classes tipológicas são reduzidas e menos rígidas, compreendendo as zonas de interação e o movimento dinâmico da própria construção tipológica e o posicionamento individual e coletivo dos atores em sistemas. Entretanto, acumulando a experiência

consolidada nas ciências sociais, por exemplo o trabalho empírico de Floriani (1991), linhas tendenciais e o efeito das estruturas em dominância permitem associações aproximadas em sistemas agroalimentares. como este trabalho procura propor.

FIGURA 2 Comparação entre o SIS a as tipologias propostas por Escher (2020)

		Valor Bruto da Produção	Estabelecimentos Agropecuários	
Classe Dominante	Agricultura Patronal Capitalista	51,00%	0,60%	Sistemas Dominantes
	Agricultura Patronal Latifundiária	12,00%	11,50%	
Classe Subalterna	Agricultura Familiar Empresarial	25,10%	8,70%	Sistemas Híbridos
	Agricultura Familiar Comercial	8,70%	29,70%	
	Agricultura Familiar Camponesa	3,60%	49,50%	Sistemas de Borda

FONTE: Adaptado de Escher (2020)

Neste sentido, o primeiro grupo coerente de sistema agroalimentar a ser apresentado é o Sistema Dominante. Analogamente, o Sistema Dominante pode ser equiparado, na tipologia de Escher (2020), à agricultura patronal em ambas as formas, a agricultura patronal capitalista e a agricultura patronal latifundiária. A estes atores somam-se suas respectivas relações com mercados, instituições, com a natureza, representações, dimensões estas que serão definidas a seguir. Ademais, no Brasil rural é possível encontrar também atores da “classe subalterna” com comportamentos e vantagens transicionando à Sistemas Dominantes, mesmo que estes não possuam capacidade de capital equivalente ou tradição familiar na política, por exemplo.

Já de modo análogo ao Sistema Híbrido propõe-se o que Escher (2020) compreende como agricultura familiar, mas não em toda sua extensão, mas sim a agricultura familiar empresarial e a agricultura familiar comercial, em suas respectivas dimensões.

Outra analogia proposta segue levando em conta a crítica da ecologia política latino-americana, isto é, a diferença colonial (ESCOBAR, 2008), a linha

abissal (SOUSA SANTOS, 2019), a linha ontológica do ser e do não ser (MALADONADO-TORRES, 2016).

Neste caso, propõe-se uma analogia entre o Sistema de Borda e ao que Escher (2020) intitula de agricultura familiar camponesa, mas não somente. Com a abordagem do Sistema de Borda como um sistema agroalimentar quer-se destacar as exclusões latentes do sistema-mundo capitalista, moderno-colonial e patriarcal. Este subsistema agrega os povos indígenas, comunidades tradicionais, mas também outras formas de racismo ambiental, de dominação de gênero e geração, os trabalhadores em situações análogas à escravidão, enfim a miséria e a fome que assolam os povos do campo, das águas e das florestas espalhados pelos rincões deste país e que, mesmo assim, conformam sistemas agroalimentares em lutas para reapropriação social da natureza.

A analogia entre sistemas agroalimentares e os subsistemas analisados pela abordagem SIS serão delimitados à esfera nacional, em específico o Brasil. É importante também considerar que entre os grupos de coerência existem peculiaridades regionais que não serão aqui alvo de detalhamento.

A construção dos grupos de coerência, isto é, a coesão socioambiental necessária para caracterizar um sistema agroalimentar, é uma análise parcial e politicamente posicionada dos sistemas agroalimentares e não uma descrição fiel dos fenômenos empíricos, dos atores e suas relações. Mais que isso, a abordagem sistêmica, baseada na interrelação e retroalimentação (zonas de contato, diferenciação, conflito e convergência) pressupõe um processo dinâmico tanto do ponto de vista econômico-ecológico (fluxo de matéria e energia entre os subsistemas) quanto sócio-histórico (fluxo de informações, isto é, a cultura, política, valores, subjetividades etc.).

Levando tais elementos em conta, será exposto a seguir um quadro analítico onde se procura melhor descrever os fatores de coerência que cada sistema agroalimentar produz, em uma releitura de Floriani e Floriani (2021), a partir de quatro dimensões interligadas: a) trabalho e relação com a natureza, com a terra e com o território; b) integração mercantil e uso de ciência e tecnologia; c) lugar na modernidade; d) valores, culturas e significações.

#### 2.4.1 Trabalho e relação com a natureza, a terra e o território

Dos estudos de economia política aos estudos de ecologia política convencionou-se a abordar o trabalho humano de maneira indissociável à relação com a natureza. Desde a teoria do valor de Smith, Ricardo e a crítica de Marx, o trabalho é o meio por excelência em que grupos sociais satisfazem as necessidades vitais de consumo, circulação e criação de artefatos. Por ser uma atividade de direta relação com a natureza a crítica marxista amadureceu tal concepção por meio da noção de metabolismo social, isto é, uma atividade de intercâmbio orgânico entre a natureza humana e não-humana em que a ecologia pôde complementar, posteriormente, através da lei da entropia em um movimento de *inputs* e *outputs* autorregulado por grupos sociais em relação dinâmica a outros grupos sociais (LEFF, 2021, MOLINA et al, 2019, TOLEDO, 2016, FOSTER, 2005, FOLADORI, 2001).

Esta definição é oportuna uma vez que estamos tratando de sistemas agroalimentares, e, portanto, de uma atividade econômico-ecológica de direta relação com a natureza não-humana. Mas também é insuficiente. A crítica de Leff (2021) à teoria do valor de Marx é central na medida em que demonstra o potencial do ambiente como força produtiva, elemento que escapa às leis tendenciais do valor, mas está incorporado às culturas camponesas nos saberes sobre os ciclos naturais e sazonalidades. Outra dimensão que escapa ao mundo do trabalho são as representações da natureza nas cosmologias e cosmogonias das culturas pré-colombianas, que resistem à dominação *logocêntrica* (ESCOBAR, 2006, LEFF, 2015, ARÁOZ, 2016).

Neste sentido, pode-se iniciar com a caracterização do Sistema de Borda. Os atores agrupados neste subsistema são dotados, por excelência, das características descritas no parágrafo acima. Tanto na interação direta com a natureza, por meio do trabalho pela necessidade vital de alimentação da família e da comunidade, quanto por suas cosmogonias e cosmovisões distarem, para mais ou para menos, da cultura judaico-cristã. É importante mencionar que, para os atores de borda, a fonte do trabalho é majoritariamente comunitária e/ou familiar, mas também tais atores compõem as alas de trabalhadores agrícolas volantes ou sazonais sem terra.

O agenciamento dos saberes historicamente acumulados sobre a natureza com objetivos de produção e reprodução vital da família e da comunidade implica, sobretudo entre os povos originários e comunidades tradicionais, em um alto grau de

complexidade ecológica. Neste contexto, complexidade ecológica significa a frequência de *inputs* que dinamizam os fluxos de matéria e energia entre um grupo social e o ambiente. No caso de povos originários e comunidades tradicionais, dado sua condição e sua cultura, tendem a ter alta complexidade ecológica em função do conjunto de conhecimentos, práticas e símbolos que partilham entre si, adquiridos ancestralmente, para o manejo do ambiente natural com objetivo de satisfação de necessidades básicas. Há casos em que a relação humano-natureza é mutuamente benéficos, no sentido dos possíveis saltos de qualidade energética, permitindo até mesmo considerar que as comunidades podem se encontrar em um nível ótimo de interação e retroalimentação com o ambiente (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Por outro lado, nas zonas de interrelação com outros atores, os conflitos (o cercamento de terras comunitárias, por exemplo), favorece à queda de complexidade ecológica, devido à pressão de demanda e trabalho que uma comunidade pode tensionar em um agroecossistema historicamente reduzido frente a manutenção de práticas ancestrais (o uso do fogo, por exemplo, sem a devida rotação para recuperação das roças leva ao empobrecimento das relações ecossistêmicas, e, enfim, ao empobrecimento da comunidade).

Outra característica é referente à terra. Para povos e comunidades tradicionais a terra reflete a dimensão de território, quase sempre comunitário. Este é um conflito característico no Sistema de Borda, onde a segurança jurídica da terra está sempre ameaçada. Uma vez que as formas de acesso e domínio do território não possuem equivalente à propriedade privada surge um abismo entre o domínio ancestral do território e o registro em cartório. Ainda, no caso dos povos indígenas, o território é uma concessão do Estado e sua segurança depende do funcionamento adequado das instituições ligadas ao assunto. A insegurança ao domínio e acesso a territórios têm sido grandes zonas de conflitos com atores do Sistema Dominante, caracterizando o argumento aqui estabelecido do processo de invisibilização e exclusão destes atores.

Já os Sistemas Híbridos se diferenciam, pela especialização e profissionalização na produção de alimentos, característicos da formação de uma agricultura familiar moderna (ABRAMOVAY, 1992). Neste processo, os saberes ancestrais sobre os ciclos naturais e a sazonalidade (por exemplo) vão se erodindo frente à pressão do mercado e a influência dos *experts* em ciência e tecnologia. Mas

não completamente. Caracteristicamente híbridos, tais atores conservam práticas como a produção para autoconsumo, a reprodução de insumos agrícolas (mudas, sementes, ração etc.) e instrumentos de trabalho. Estes fatores colaboram para que haja uma maior agrobiodiversidade interna às unidades produtivas, mesmo frente à especialização, o que favorece ao incremento de complexidade ecológica na relação humano-natureza (TOLEDO, 1993).

Para os atores híbridos a terra é uma propriedade privada, um meio de produção, mas também é um meio de pertença ao território. Se por um lado este é um fator preponderante para a atividade agrícola, por outro, o risco torna-se outro fator determinante nas estratégias produtivas, uma vez que frente a adversidades os agricultores podem perder seu principal bem que é a terra. O fato de comporem uma ou mais famílias nucleares, e menos um domínio comunitário do território, aumenta-se a segurança jurídica da terra mesmo quando há imbróglis no registro de cartório (nestes casos a própria comunidade legitima a pertença de uma terra à uma família). Este fator é de suma importância para a perpetuação da atividade agrícola, refletindo, enfim, em um ganho de poder nas zonas de convergência.

Quando possuem alto grau de especialização e profissionalização na atividade agrícola os atores híbridos são capazes de arrendar terras ociosas quando se encontram aquém da capacidade total de trabalho e/ou formação do máximo de renda. Nestes casos há uma crescente artificialização da natureza nos moldes da modernização e mercantilização da agricultura. Ainda, são capazes de contratar trabalho em atividades sazonais, como tratos culturais ou colheita, ou até mesmo manter dois ou três trabalhadores fixos (permitidos por lei para serem considerados agricultores familiares), próximo ao que Escher (2020) chama de *agricultura familiar empresarial*.

Este último ponto é a principal característica dos Sistemas Dominantes, ou seja, a contratação de trabalho. Independentemente do tamanho do empreendimento, a coerência entre os atores dominantes é a alta complexidade da divisão do trabalho, e, portanto, a necessidade de ter um rol de funcionários à disposição de tal empreendimento. Como a economia política já desvendou há muito tempo, e depois as teorias da racionalização complementaram, a complexidade financeira e administrativa de um empreendimento deste porte leva a um predomínio da racionalidade econômica, que procurará sempre aumentar a mais-valia através da diminuição de custos. Isto ocorre não só a despeito dos trabalhadores, mas

também a despeito da complexidade ecológica das unidades produtivas. Em outras palavras, são empreendimentos que, ao procurar a maximização de seus lucros, estão dispostos a perder complexidade ecológica ao optarem por grandes extensões de monoculturas, larga utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos.

A terra, para tais atores, é uma propriedade privada, um meio de produção, mas, sobretudo, uma mercadoria. A natureza não possui valores intrínsecos, nem mesmo os ciclos naturais e a sazonalidade são determinantes (ou cada vez menos determinantes). Ao contrário, áreas de preservação ambiental podem ser vistas como um entrave às capacidades produtivas. As zonas de contato com outros atores, no que se refere à concepção de natureza, geralmente produzem conflitos. Ainda, é digno de nota, existe um processo de tomada de decisão dos atores dominantes em direção à complexificação ecológica de seus agroecossistemas por meio de bioinsumos, estratégia está coordenada por atores do mercado de produção de insumos com objetivos de baixar custos dos produtores e acessar nichos de mercado.

#### 2.4.2 Integração mercantil e uso de ciência e tecnologia

Totalmente interligado e já mencionado superficialmente, integração mercantil e o uso de ciência e tecnologia complementam o tópico anterior, no que, em um quadro habermasiano, constituiriam as ações teleológicas na conformação de sistemas agroalimentares. Integração mercantil e o uso de ciência e tecnologia merecem um tópico particular pois dialoga, primeiramente, com o argumento formulado ao fim do tópico 2, quando foi mencionado o papel dos distintos sistemas agroalimentares, quando não na exportação, na circulação interna de alimentos que perdura desde a expansão colonial. Em segundo, porque após a metade do séc. XX a expansão do *regime alimentar mercantil-industrial* (McMICHAEL, 2016) intensificou não somente a mercantilização da agricultura, mas também a industrialização da agricultura com base em tecnologias advindas da ciência moderna, mas que, apesar de sua força estruturante, produziu respostas desiguais e diferenciais (PLOEG, 2016).

Neste sentido, pode-se caracterizar os atores tipicamente congregados nos Sistemas Dominantes como de elevada integração mercantil. Isto significa dizer que para estes atores a máxima quantidade de elementos envolvidos no processo

produtivo é uma mercadoria. Insumos, terra, trabalho e o destino da produção são trocados em seus respectivos mercados com base em seus preços. Neste caso, ciência e tecnologia também são uma mercadoria, das quais seus atores estão tendencialmente na vanguarda. Segundo Ploeg (2016), diferentemente das múltiplas formas de agricultura, para a agricultura capitalista a intensificação da produção por meio do trabalho é uma contradição frente a intensificação da produção por meio da tecnologia, sendo esta última a principal tendência após a modernização e mercantilização da agricultura, uma vez que a quantidade gasta de salário é um obstáculo à maximização de mais-valia.

Já os atores possíveis de se aglutinar nos Sistemas Híbridos realizam o que alguns autores (LONG; PLOEG, 2011, NIEDERLE et al, 2014) consideram como mercantilização diferencial. Para tais atores o trabalho é raramente uma mercadoria, isto é, a mão de obra é majoritariamente familiar. Entretanto, ao longo das zonas de transição, estes atores podem se encontrar em alto grau de inserção mercantil e até mesmo na vanguarda tecnológica mesmo que represente um alto risco. Este fenômeno pode ser relacionado ao que Escher (2020) considera como agricultura familiar empresarial. De outro modo, há os atores que restringem sua integração mercantil através de estratégias de autonomia que se configuram, na verdade, como formas de resistência à pressão estruturante da integração mercantil (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2014, FLORIANI; FLORIANI, 2022, MALUF, 2004). Estes atores, que podem se comparar com o que Escher (2020) considera como agricultura familiar comercial, acessam também de maneira diferencial ciência e tecnologia, ainda que defasadas. E mais, hibridizam o uso de tecnologias com os saberes ancestrais, se apropriam do conhecimento científico e ressignificam a seus modos.

Assim como no Sistema Híbrido, os atores aglutinados nos Sistemas de Borda realizam uma mercantilização diferencial e o uso de tecnologias defasadas, quando nas zonas de transição. Contudo, estes atores são tipicamente marginalizados dos processos de mercantilização e modernização da agricultura. Como comentado no tópico 4.1, a falta de segurança jurídica da terra traz diversos empecilhos que se expandem à integração mercantil. Outro elemento importante a se destacar é o racismo implícito ao processo de mercantilização, o que poderia ser ilustrado com a imagem de uma família indígena procurando financiamento em um banco. A produção do espaço, a urbanização, a estética, as normas, isto é, a multidimensionalidade do sistema capitalista moderno patriarcal e colonial implica

em um racismo estrutural provocando uma diferenciação entre os atores subalternos, argumento central que está sendo desenvolvido neste texto.

Apesar do baixo grau de integração mercantil, é importante destacar que os atores de borda, mesmo marginalizados, hibridizam seus saberes com a ciência e tecnologia moderna, seja no consumo e produção de alimentos, na cultura ou na saúde. O acesso pode se dar por meio de políticas sociais, por meios de comunicação, pelos jovens da comunidade que estudam fora ou mesmo como objetivo estratégico. Neste processo de hibridação típico de sociedades periféricas, os atores de borda nem perdem sua identidade cultural, por um lado, nem desaparece a linha abissal, por outro, como pretendem as teorias da modernização e os desenvolvimentistas.

#### 2.4.3 Lugar na modernidade

Seguindo a inspiração em Floriani e Floriani (2021), o lugar na modernidade é uma relevante dimensão de correspondência de cada subsistema no que se refere a ações normativas, com seus desdobramentos culturais e sociopolíticos. O lugar na modernidade é uma dimensão decisiva de retroalimentação e recursividade junto as ações teleológicas e comunicativas/subjetivas que em grande medida fornece o contexto social e institucional com o qual os atores agem frente a outros atores.

Mas primeiramente é preciso definir de que modernidade se está falando. A modernidade aqui referida é aquela que se inicia com a invasão ibérica dos territórios costeados pelo oceano Atlântico que funda o primeiro “sistema-mundo” coeso, hoje dito global, e cria as condições para o surgimento do modo de produção (global) capitalista, originalmente colonial e mais recentemente contratual, tendo, portanto, a mesma “idade”, o sistema-mundo, a modernidade e o capitalismo (DUSSEL, 2015). Como já tinham destacado André Gunder Frank e Samir Amin, extrapolando a dualidade centro-periferia de Prebisch, os territórios colonizados, especialmente os continentes americanos e africanos, “nascem” simultaneamente modernos, porém, periféricos. Os últimos dois séculos, enfim, consolidam a ascensão, primeiramente da Europa Ocidental e posteriormente (e de maneira coordenada) dos Estados Unidos, ao centro do sistema-mundo moderno e capitalista, quando, com a progressiva independência dos, agora, Estados-nação, antes colônias, passa-se a imperar o fenômeno da colonialidade, e a determinar

uma modernidade tipicamente periférica (MIGNOLO, 2011, DUSSEL, 2015, QUIJANO, 2005). É justamente o caráter tipicamente periférico que permite a interpretação analítica aqui proposta, com base na coexistência de distintos subsistemas sociais (FLORIANI, 2016, 2022)

Mas quais são estas características? Sem a pretensão de esgotar o significado de modernidade periférica, aqui importa destacar que sob os resquícios do colonialismo, impele sobre a periferia um padrão universalizante de poder, caracteristicamente ocidental e eurocêntrico, judaico-cristão, patriarcal e racializante que se apropria dos espaços públicos, das instituições e dos imaginários por meio de distintos processos de racionalização. Entretanto, os processos de racionalização em sociedades periféricas produzem espaços de resistências, ou o que Floriani (2016) considera como *racionalidades híbridas*, isto é, processos ativos de ressignificação das normas e padrões modernos, capitalistas, coloniais e patriarcais, a partir dos distintos repertórios culturais e ideológicos que influenciam e representam cada conjunto de atores. É justamente o caráter e o grau de ressignificação da modernidade o que vai permitir propor uma coerência entre os distintos sistemas agroalimentares.

O alto grau de integração mercantil implica, necessariamente (não por vontade, mas por imposição normativa), em uma predominância da racionalidade econômica. Não somente as lógicas e estratégias de vantagens e desvantagens comerciais, mas também a alta divisão do trabalho multiplicam as relações sociais baseadas em compra e venda de serviços e produtos, ao ponto que as regras (somam aqui o direito e a burocracia) impostas à vida econômica passam a coordenar demais processos de relações sociais, remetendo ao que Habermas chama de colonização do mundo da vida, mas também ao que Bourdieu trata como economia das trocas simbólicas.

Mas a racionalização econômica não é exclusiva, como está estabelecido nas ciências sociais eurocêntricas. Em sociedades periféricas, a racionalidade econômica predomina simultaneamente (ou mesmo está associada) à cultura judaico-cristã, ao racismo e ao patriarcado. Neste sentido, ao analisar os distintos sistemas agroalimentares, o Sistema Dominante possui por excelência seu lugar na modernidade. Em uma menção a Quijano (2005), o lugar dos atores do sistema agroalimentar dominante foi, e ainda é, o de parceiros subalternos à burguesia e ao capital internacional (hoje multinacional).

Remetendo novamente ao autor, os atores dominantes são herdeiros das oligarquias agrárias que nunca foram capazes de se tornar uma burguesia industrial e mantiveram até quando puderam o trabalho escravo e depois o colonato imigrante em situações análogas à escravidão, hoje em dia conformam um tipo de elite nacional, reproduzindo as mesmas formas espúrias de dominação ou mais camufladas por tecnologias de vanguarda, lembrando as distinções feitas por Escher (2020). Pra citar um exemplo recente, vinícolas do Rio Grande do Sul, ligadas a cadeia agroindustrial da produção de sucos, vinhos e espumantes foram recentemente denunciadas por perpetuar condições de escravidão (PENNA; LOPES, 2023).

Neste sentido, os atores dominantes possuem habilidade de “jogar com as regras do jogo” ou até mesmo de tencionar as regras a seu favor, haja visto a influência da bancada ruralista no Congresso Nacional.

Por sua vez, os atores híbridos percorrem zonas de transição em direção aos sistemas dominantes. Uma parcela da agricultura familiar (AFE, 8,7% do total de estabelecimentos agropecuários) é capaz de produzir 25,1% do VBP nacional (49,4% da agricultura familiar) (ESCHER, 2020). Para alcançar estes índices é preciso que os atores compreendam as “regras do jogo”. Não somente estes atores têm maior habilidade frente a divisão do trabalho, isto é, consomem produtos e serviços em grande escala (mesmo que o trabalho seja predominantemente familiar), como também se beneficiam de políticas públicas. Neste último caso pode-se dizer que o Estado está presente para tais atores.

Em consequência, os atores recém mencionados são referidos por Sousa Santos (2019) quando afirma que o Norte também está no Sul, ou seja, as classes médias quando adentram à zona de consumo fetichista, somam-se aos sistemas agroalimentares dominantes como atores com lugar privilegiado na modernidade.

Entretanto, em unidades de produção menos mercantilizadas, outras racionalidades são possíveis. Víctor Toledo (1993) menciona a existência de uma *racionalidade ecológica* intrínseca às unidades familiares, onde, quanto menos mercantilizada for a unidade de produção mais importante são os ciclos e processos ecológicos do agroecossistema. Tais práticas podem estar associadas ao movimento de *desmercantilização* a favor da potencialização da relação família agricultora e natureza. Este movimento seria uma resposta às múltiplas pressões externas sentidas pela unidade de produção, em direção a modos mais autônomos

de produção e reprodução social (PLOEG, 2008, 2016). Somam-se a estes casos, uma série de valores simbólicos, tácitos, presentes nas distintas ruralidades, como a comunalidade, a confiança, reputação e reciprocidade (SABOURIN, 2008) que reforçam normatividades outras que aquelas predominantes na racionalidade econômica.

A racionalidade ecológica é um exemplo de convergência entre atores híbridos e atores de borda em sistemas agroalimentares. Isto ocorre quando, por um lado, agricultores familiares já mercantilizadas e se tornarem produtores orgânicos ou agroecológicos hibridizam racionalidades alternativas; por outro, comunidades camponesas, povos tradicionais e indígenas, atores tipicamente de borda, por serem pouco mercantilizadas, marginalizadas e racializadas, tendem a atuar de forma a que predominem racionalidades alternativas.

Assim, pode-se mencionar que os atores de borda, assim como, os atores híbridos em conflito com as racionalidades dominantes, encontram-se em um não-lugar na modernidade, ou em outras palavras, sua existência depende da construção de outras racionalidades e, portanto, de outras modernidades (ou pós-modernidades) no contexto da modernidade periférica. Com isto, quer-se dizer que as exclusões abissais (SOUSA SANTOS, 2019) e as zonas de não-ser (MALDONADO-TORRES, 2016) são constituintes da modernidade.

Do ponto de vista de uma sociologia das ausências (SOUSA SANTOS, 2019), os atores de borda não existem para o Estado de direito, ou no máximo, são público-alvo de assistência social. Assim, os atores de borda ou sofrem um racismo institucional caracterizado pela ausência do Estado, como quando há violência do aparato de segurança pública, ou sofrem da marginalização burocrática, quando o Estado está presente porém tais atores têm dificuldade de se enquadrar como sujeitos de direitos.

Para citar um exemplo entre tantos, Coradin e Souza (2015) retratam a realidade contraditória no acesso de uma comunidade Quilombola do Vale do Ribeira ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA é uma das mais importantes políticas públicas de compra direta de alimentos sem licitação, ligada ao Programa Fome Zero, com cotas específicas à agricultura familiar. Segundo os autores, a falta de documentação da terra, a burocracia envolvida na logística e no pagamento criaram tensões na comunidade. Conflitos com atores mediadores da política pública representam um empecilho à participação da comunidade, e

produzem assim uma zona de exclusão formal e normativa ao longo da execução de uma política pública criada especificamente para tais atores.

Enfim, as múltiplas formas de racionalidades que resistem e se hibridizam frente à racionalidade econômica dominante, à institucionalização e à burocracia, são centrais para a construção de outros sistemas agroalimentares que, por sua vez, são responsáveis pela produção de alimentos com distribuição local e/ou regional sob outras normas diferentes daquelas que regem a comercialização de *commodities*. Também são fundamentais no manejo ecológico de sistemas naturais e participam de lutas pela reapropriação social da natureza.

#### 2.4.4 Valores, culturas e significações

Presumindo que as dimensões de valorativas, os aspectos culturais e significações sobre os distintos sistemas agroalimentares assumem lugar de destaque, em especial nas várias formas de sua organização e são, portanto, desafiadoras para explicar as modalidades tipológicas aqui apresentada. Não por acaso, estas dimensões serão melhor exploradas no próximo capítulo. Por isto mesmo serão destacados aqui elementos incipientes de diferenciações entre atores que atuam nos sistemas agroalimentares.

Nas dimensões de valores, culturas e significações a hegemonia dos Sistemas Dominantes fornece largo poder de penetração em diversas camadas sociais, e, portanto, certos elementos, que podem ser facilmente destacado para defini-los, podem ser interpretados presentes, para mais ou para menos, em atores híbridos e de borda. O contrário deve também ser levado em consideração, isto é, valores, culturas e significações elaborados por atores híbridos e de borda retroalimentam sistemas dominantes, nem que sejam como meio de oposição e conservação.

A facilidade do destaque de certos elementos constituintes dos valores, culturas e significações dos Sistemas Dominantes refletem majoritariamente fenômenos já considerados em tópicos anteriores. Pode-se citar o fenômeno da colonialidade, herdeira do colonialismo, e o processo de racialização que lhe é subjacente. Portanto, como anteriormente comentado, o racismo é indissociável à origem da modernidade. Outro fenômeno oriundo do colonialismo é a disseminação da cultura judaico-cristã, que juntamente ao racismo, proporcionou a criação da

dualidade selvagem (o nativo latino-americano pagão) e civilizado (o branco europeu cristão) utilizado para justificar genocídios, epistemicídios e ontocídios. Ulterior aos mencionados também incide o patriarcalismo e a dominação do gênero feminino, associado à normalização (e institucionalização) da família nuclear monogâmica e heterossexual. Estes fenômenos ocorrem simultaneamente ao estabelecimento do modo de produção capitalista global e seus eventos subjacentes, a mercantilização e a preponderância da racionalidade econômica, sobretudo nas contradições de capital-trabalho materializada na luta de classes. Ademais, associado ao logocentrismo, processos de significação dominantes perpetuam a separação humano-natureza numa perspectiva clássica moderno-baconiana de dominação e controle da natureza humana e não-humana.

Pode-se exemplificar, brevemente, no caso da apropriação social da natureza pela institucionalização do desenvolvimento sustentável, onde Floriani (2016) destaca que os hegemonismos exercidos pelos Estados-nação, agências internacionais e atores privados dominantes são capazes de produzir imaginários discursivos, retóricas, sem margem para mediações e debates nas arenas políticas, o que indica uma capacidade excêntrica de exercer poder frente a outros atores. No contexto da modernização e mercantilização da agricultura Cabral, Pandey e Xu (2022) destacam que os atores dominantes na agricultura reproduzem narrativas de sucesso da ciência e tecnologia e do rendimento da produção coadunados aos interesses das corporações multinacionais do setor agropecuário em um quadro de poder desigual de produção de narrativas frente a outros atores.

Ainda que os elementos descritos acima descrevam características gerais dos sistemas dominantes, há enormes zonas de transição entre os sistemas dominantes, híbridos e de borda na referida dimensão de valores, culturas e significações. Mas que quanto mais os atores sociais se identifiquem com os elementos definidos acima, mais estão em zonas de convergência com os sistemas dominantes.

Por outro lado, nos interstícios do exercício de dominação emergem, resistem e reagem valores, culturas e significações produtos e produtoras de práticas de atores que, num ato inconsciente ou consciente, se insubordinam ao sistema dominante caracterizando assim as racionalidades híbridas como um fenômeno típico de modernidades periféricas (FLORIANI, 2016, 2022). E não o contrário. Isto é, não é o trabalho analítico que procura tipologizar atores híbridos,

mas sim o fenômeno concreto das racionalidades híbridas e a coexistência de atores diferentes que reclama um exercício lógico e político de encontrar laços de coerências nas práticas de tais atores.

A dificuldade deste exercício lógico e político é maior aqui na dimensão de valores, culturas e significações, pois, por um lado, já foi exposto nos tópicos anteriores os elementos centrais que permitem os atores híbridos e de borda se diferenciarem de atores dominantes, podendo ser retomados aqui como: a reprodução das cosmovisões e cosmologias ancestrais, das ruralidades, que se hibridizam aos movimentos de contra-cultura (anti-racistas, feministas, ambientalistas, pela paz etc.), anti-capitalistas, anti-colonialistas, por outro lado, e de maneira contraditória, também se hibridizam aos valores, culturas e significações dominantes constituindo a forma simbólica de um sujeito, um coletivo ou uma sociedade existir no mundo.

Assim sendo, nem sempre as práticas econômicas desses atores, sejam os dominantes ou subalternos, devem ser associadas automaticamente a determinados polos de valores. Neste sentido, é possível de afirmar que a variável política desempenha aqui um papel central, ou seja, se esses atores estão organizados em associações ou em entidades de classe. Isto explica, por exemplo, produtores agroecológicos familiares, acionarem racionalidades alternativas, tendendo a adotar assim uma posição diferente às dominantes em relação ao significado de natureza.

Portanto, valores, culturas e significações não são dimensões possíveis de serem compreendidas como uma escolha do sujeito, mas sim é socialmente condicionada por práticas coordenadas por atores, num movimento de retroalimentação, isto é, mutante no tempo e no espaço. Para tal fenômeno ocorrer é necessário que um conjunto de práticas transcenda a uma arena pública (aqui poderia ser comparada às zonas de transição de sistemas do SIS) onde um conjunto de práticas é socialmente confirmado, rejeitado e/ou alterado. Assim é possível que valores, culturas e significações encontrem zonas de conflitos produzindo a diferença que reclama este trabalho, existindo para além das contradições dos sujeitos.

A Agroecologia é um exemplo frutífero. Isto ocorre porque a Agroecologia é um movimento, uma ciência (pós-normal) e uma prática (WEZEL, et al, 2009). A Agroecologia é capaz de aglutinar diversos atores coletivos, institucionais e individuais que reproduzem, no âmbito dos sistemas agroalimentares, uma crítica

aos valores, culturas e significações dominantes ao mesmo tempo que se apresentam de maneira propositiva na arena pública como alternatividade. Pelo fato de a Agroecologia preconizar em sua epistemologia um diálogo de saberes integradores, seus valores, culturas e significações se perpetuando na construção subjetiva e prática de atores híbridos e de borda ao ponto de conquistar a institucionalidade do Estado como política pública.

Em outras palavras, é possível destacar que a Agroecologia vem sendo capaz de sintetizar uma retórica contra-hegemônica por meio da retroalimentação e da recursividade entre práticas e valores, culturas, e significações convergindo atores híbridos e de borda em conflito com os sistemas dominantes. Enfim cabe dizer que valores, culturas e significações, mais que dimensões simbólicas são dimensões eminentemente políticas, sendo este fenômeno o principal interesse do próximo capítulo.

## 2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrer este caminho é possível delinear as considerações finais que servirão para os capítulos que vêm a seguir. O objetivo principal deste capítulo, como exposto anteriormente, foi propor um quadro analítico que possibilitasse abordar a dinâmica de sistemas e atores que interagem na produção e circulação de alimentos no Brasil. Para isto, foi recuperado o conceito de sistema agroalimentar, sua gênese, sua importância e seus limites.

Recapitulando, o conceito de sistema agroalimentar ganha maturidade analítica a partir da noção de *regimes alimentares*, proposto por Friedmann e McMichael, como uma alternativa tanto ao marxismo ortodoxo quanto ao neoweberianismo da sociologia e antropologia econômica. Contudo, apesar da pertinência histórico-estrutural da abordagem dos regimes alimentares, esta não foi capaz de captar a heterogeneidade de sistemas e atores participantes da produção e circulação de alimentos, pois, como foi possível demonstrar, persistiu a invisibilidade de práticas fundamentais para a reprodução material e simbólica de diversos povos do campo, das águas e das florestas.

Neste sentido, a crítica da ecologia política latino-americana forneceu uma contribuição ímpar, uma vez que possibilitou refletir a luz dos processos de apropriação social da natureza desde o fenômeno comum a este território, o

colonialismo e a conformação do sistema-mundo moderno, capitalista, colonial e patriarcal. Foi então estabelecido que em sociedades em que o colonialismo se perpetua como colonialidade do saber e do poder, congregam-se os elementos sócio-históricos que as condicionam a um lugar periférico do sistema-mundo. Nesta conjuntura, há um processo de diferenciação colonial, acompanhado da racialização, do patriarcado e simultâneo à reconhecida luta de classes no cerne da contradição capital-trabalho. Por consequência, em sociedades periféricas repousa a necessidade de se analisar a heterogeneidade de atores desde tais ponderações, mas também como os atores se posicionam frente as estruturas em dominância.

E aqui o Sistema de Interações Societais (SIS) acumula pertinência e proeminência. Isto porque está proposto em sua abordagem uma interação recursiva de diferentes subsistemas que permitem levar em conta a heterogeneidade estrutural e a diferença colonial, típicas de sociedades periféricas. Partindo do SIS, foi proposto analogias entre os diferentes subsistemas onde participam de maneira contraditória e complementar diferentes atores e fenômenos envolvidos na produção e circulação de alimentos.

Foram, então, descritos três sistemas em interação, o Sistema Dominante, o Sistema Híbrido e o Sistema de Borda, a partir de quatro dimensões a) trabalho e relação com a natureza, com a terra e com o território; b) integração mercantil e uso de ciência e tecnologia; c) lugar na modernidade; d) valores, culturas e significações. As quatro dimensões estão sintetizadas na TABELA 2.

As quatro dimensões, inspiradas em Floriani e Floriani (2021), possibilitaram um exercício de correlacionar elementos de coerência de cada sistema, ainda que, é importante repetir, não seja uma aproximação que reclame uma verdade última dos fenômenos concretos e heterogêneos, nem das peculiaridades locais e regionais, as quais interpelam a conformação dos diferentes sistemas agroalimentares do país. No entanto, as quatro dimensões subsidiaram a construção de um quadro analítico que possibilite visibilizar sujeitos e práticas invisíveis ou subsumidas à polarização já clássica entre os atores dominantes e os atores subalternos.

Foi possível destacar também as zonas de transição e contato entre cada subsistema, onde ali surgem elementos de conflito, convergência ou coexistência. São as zonas de transição e contato as quais possibilitam uma análise sobre a capacidade de agência e contradição dos atores. São elas também as que tensionam a coerência do aspecto relacional entre atores e sistemas.

TABELA 2 Quatro dimensões do SIS

	<b>Sistemas Dominantes</b>	<b>Sistemas Híbridos</b>	<b>Sistemas de Borda</b>
Trabalho e relação a natureza, com a terra e o território	<ul style="list-style-type: none"> <li>Natureza, terra e território como mercadorias</li> <li>Trabalho como mercadoria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vínculo relativo com a natureza, terra e o território</li> <li>Trabalho majoritariamente familiar; contratações de trabalho esporádicas</li> <li>Fruto do trabalho majoritariamente com valor e troca</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vínculo com a natureza, terra e o território</li> <li>Trabalho majoritariamente familiar e comunitário</li> <li>Fruto do trabalho majoritariamente com valor de uso</li> </ul>
Integração mercantil e C&T	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alta integração mercantil</li> <li>C&amp;T preferencialmente de vanguarda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mercantilização diferencial</li> <li>C&amp;T majoritariamente defasados</li> <li>Saberes e técnicas ancestrais relevantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa integração mercantil</li> <li>Baixo acesso à C&amp;T</li> <li>Saberes e técnicas ancestrais predominantes</li> </ul>
Lugar na modernidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lugar privilegiado</li> <li>Domínio da racionalidade econômica e da burocracia estatal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lugar escasso</li> <li>Domínio relativo da racionalidade econômica e da burocracia estatal</li> <li>Presença de racionalidades alternativas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não-lugar</li> <li>Baixo domínio da racionalidade econômica e da burocracia estatal</li> <li>Predomínio de racionalidades alternativas</li> </ul>
Valores, culturas e significações	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elitismo e superioridade</li> <li>Racismo, machismo, homofobia</li> <li>Narrativas de sucesso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Presença de valores, culturas e significações alternativos</li> <li>Contradição entre conservar e alternar com o Sistemas Dominantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Presença preponderante de valores, culturas e significações alternativos</li> <li>Contradição entre conservar e alternar com o Sistemas Dominantes</li> </ul>

FONTE: O Autor (2024)

Quanto às dimensões valores, culturas e significações, foi exposto o caráter fluido e muitas vezes indefinido das coerências entre atores e sistemas. Como mencionado, isto ocorre porque esta dimensão se dá em substratos imateriais, simbólicos, que produzem e são produzidos nas práticas dos atores, nesta e nas outras dimensões, a ponto de tornar-se difícil o trabalho de interpretação dos valores, culturas e significações de cada sistema.

Nada impede, contudo, de identificar que esses valores, culturas e significações fazem parte de uma arena de disputas de sentidos, em que atuam jogos de linguagem para esses diferentes sistemas sociais, nos quais emergem diferentes concepções sobre natureza, desenvolvimento, sustentabilidade, racionalidade econômica de mercado versus produtividade ecotecnológica, o papel das tecnociências versus saberes ecológicos, usos de agrotóxicos versus produtividade natural dos solos, sementes geneticamente modificadas e sementes crioulas, alimentos naturais saudáveis e alimentos quimicamente contaminados, etc.

Seria fundamental a realização de um trabalho empírico, com uma amostra intencional, que pudesse corroborar as diferenças entre atores, individuais e coletivos, interconectados e retroalimentados a partir da abordagem analítica do SIS, proposta para um futuro trabalho. Por outro lado, a ênfase deste trabalho de pesquisa é analisar fenômenos específicos de luta por apropriação e reapropriação social da natureza que ocorrem a partir diferentes sistemas agroalimentares do país. A PARTE I irá se debruçar em investigar e discutir os artefatos simbólicos utilizados nas lutas por apropriação e reapropriação da natureza no âmbito dos sistemas agroalimentares. É disso que versará o próximo capítulo.

**PARTE I**

### 3 SISTEMAS AGROALIMENTARES COMO PRÁTICAS SIGNIFICANTES

#### 3.1 INTRODUÇÃO

No capítulo anterior foi possível delinear um método de aproximação analítica para a heterogeneidade de atores, saberes e práticas envolvidos na produção e circulação de alimentos, com o objetivo central de visibilizar atores, saberes e práticas situados numa zona do não-ser (MALDONADO-TORRES, 2016), diferenciados pela linha abissal (SOUSA SANTOS, 2019), sujeitos sujeitados à violência simbólica e material que resistem e coexistem com outros atores do sistema agroalimentar produzindo e reproduzindo outras formas de vida e de relação com o meio (FLORIANI; FLORIANI, 2021, ESCOBAR, 2015, LEFF, 2017).

Esta tarefa se fundamentou em fazer uma releitura do conceito de sistema agroalimentar a partir da crítica da ecologia política latino-americana, propondo, então, o Sistema de Interação Societal (SIS) (FLORIANI, 2016, 2022, FLORIANI; FLORIANI, 2021) como opção/posição analítica a qual, além de permitir uma análise heterogênea do sistema agroalimentar, isto é, a coexistência dinâmica entre distintos sistemas agroalimentares, ainda permitiu uma proposição de visibilização de atores, saberes e práticas. A partir do SIS, foi proposto um quadro analítico que possibilitasse a formação coerente de três subsistemas, o Sistema Dominante, o Sistema Híbrido e o Sistema de Borda. Seus laços de coerência foram delineados a partir de quatro dimensões: a) trabalho e relação com a natureza, com a terra e com o território; b) integração mercantil e uso de ciência e tecnologia; c) lugar na modernidade; d) valores, culturas e significações.

Neste percurso foi mencionado que a coexistência do Sistema de Borda, Híbrido e Dominante se dá em zonas de convergência, diferenciação e conflito, e por isso mesmo a coerência tipológica entre atores e sistemas não é algo rígido nem inequívoco, mas sim se explica pela sua dinâmica entrópica, recursiva, reflexiva (no sentido de A. Giddens) e política (no sentido de M. Foucault), e demais. Quando foi explanado sobre a dimensão dos valores, culturas e significações argumentou-se que esta dimensão é um desafio para construção de coerência entre atores e sistemas e nas linhas que seguem será dado a devida atenção a estes fatores por compreender que esta mesma dificuldade é acompanhada, por outro lado, pela

importância de se aprofundar o quadro geral de análise por onde se expliquem fenômenos ainda superficialmente compreendidos.

Quais são estes fenômenos? Na construção de sistemas agroalimentares, existem lutas materiais, mas também, e sobretudo contemporaneamente, lutas simbólicas por apropriação e reapropriação da natureza, isto é, a coexistência conflituosa no âmbito da produção de práticas e significados sobre a natureza humana, não-humana e o espaço (rural). No caso das lutas materiais existem já sofisticadas análises, métodos e produtos que colaboram no caminho de desvelar os conflitos por terra, território, acesso e partilha dos bens naturais. Menos sofisticados são as formas espúrias que atores dominantes vêm executando sumariamente as lideranças comunitárias elevando de maneira assustadora o número de mortes por conflitos na produção do espaço rural brasileiro, como mostra anualmente os *Cadernos de conflitos no campo* da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Não que estes fenômenos sejam menos importantes, mas, graças ao trabalho de inúmeros intelectuais, jornalistas, movimentos sociais, entre outros, a denúncia das atrocidades vem chegando à setores da sociedade civil, em especial àqueles que se importam e se afetam. Já, por outro lado, as lutas simbólicas, como o próprio nome sugere, ocorre na disputa por símbolos, por significados, por ideias. São também violentas, mas se revelam mais como figuras de linguagens, ora são eufemismos, ora são metáforas, se digladiam no campo da semântica, da estética e da cultura.

Como exemplo entre os sistemas agroalimentares, atrelado à consolidação política e identitária da categoria agricultura familiar no Brasil, nos anos 1990, está o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), política pública a qual teve como objetivo a inclusão socioeconômica das pequenas propriedades rurais. Tal inclusão desenvolveu-se de maneira ambígua. Se por um lado a política pública subsidiava o aumento da produtividade e a segurança alimentar das famílias produtoras, por outro o fazia por meio da inserção mercantil e adesão ao pacote tecnológico das multinacionais do Agronegócio. Este processo resultou em uma hibridização das práticas e saberes das famílias produtoras a ponto de se convencionar academicamente um termo de referência ao crescente empreendedorismo das pequenas propriedades, o *agronegocinho* (PICOLOTTO, 2014, CAZELLA et al, 2016, GAZOLLA; SCHNEIDER, 2005).

Retomando o argumento defendido no tópico 1.3, o *agronegocinho* é equivalente ao que Escher (2020) considera por agricultura familiar empresarial e grande parte da agricultura familiar comercial, o que em uma analogia pôde ser interpretado anteriormente como atores coerentes com o Sistema Híbrido operando no SIS. Neste caso, nas dimensões referentes ao modo de relação com a natureza, a inserção mercantil e uso de C&T os atores híbridos convergem nas zonas de transição com Sistemas Dominantes de maneira dinâmica, isto é, cada família define a medida entre conservar e transformar sua unidade de produção e consequentemente sua reprodução social mais ou menos como espelho do Sistema Dominante.

Contudo, na dimensão valores, culturas e significações cabe trazer uma das mais relevantes críticas à teoria clássica da ideologia, a qual será aprofundada adiante: não existe correspondência *obrigatória* entre ator social (sua agência e sua formação subjetiva) e grupo/classe social, ou, no caso, ao sistema agroalimentar de referência. Isto é, o fato de a família agricultora conjugar sua constelação de práticas aos moldes do sistema agroalimentar dominante não determina exclusivamente como a família elabora seus valores, culturas e significações. Por outro lado, o contrário não é totalmente verdadeiro. Dizer que não há qualquer correspondência entre ator e o sistema agroalimentar possui um relativismo que a própria forma e conteúdo das lutas sociais empiricamente refuta. Ou seja, somente uma pesquisa empírica<sup>3</sup> revelaria os laços causais entre a construção de significados de uma família produtora (ou de indivíduos) e o modo como os produtores operam nos sistemas agroalimentares. Por outro lado, o que se objetiva na PARTE I desta pesquisa é enfatizar os atores com a prática específica de produção de significados e dispô-los em uma arena de luta por apropriação e reapropriação social da natureza.

Uma vez que a produção e construção de significados opera de maneira dialógica, será proposto que a saída para o dilema da teoria clássica da ideologia repousa na díade entre prática e significado, onde a produção de sentidos constrói e é construída por práticas estruturadas e estruturantes de sistemas agroalimentares

---

<sup>3</sup> Um exemplo de pesquisa empírica sobre os laços causais entre a construção de significado de indivíduos e suas posições frente à formações discursivas pode ser visto em Floriani (1991).

em disputa. Neste contexto, as disputas entre Agroecologia e Agronegócio são ilustrativas.

A Agroecologia se manifesta como um sistema de práticas e saberes que se coloca como disputa na construção de sistemas agroalimentares diametralmente oposta aos Sistemas Dominantes e possui nos diferentes segmentos da agricultura familiar (sistemas agroalimentares híbridos e de borda) sujeitos privilegiados de diálogo. Em função de seu paradigma de reencontro entre sociedade e natureza, a Agroecologia atua como disputa por reapropriação social da natureza, mas também como ressignificação das práticas e saberes, uma vez que, como destaca Floriani (2019), a construção subjetiva de um ator social é relacional, não somente com a dimensão social, mas também com a dimensão natural. Entretanto, a Agroecologia não se configura como um ator social, esta é multidimensional e até mesmo polissêmica, como quando se considera a definição de Wezel et al (2009): uma ciência, uma prática e um movimento social. Ainda, ao considerar os sistemas agroalimentares, será possível identificar atores coletivos e individuais responsáveis pela construção retórica da Agroecologia.

O mesmo pode ser dito sobre o Agronegócio. Reúne-se em torno do símbolo do Agronegócio uma série de atores distintos entre os sistemas agroalimentares e em diversos ramos da cadeia produtiva. Nem sempre operam em consenso (POMPEIA, 2021), muito embora construam alianças em diversas arenas políticas. Sua unidade se constrói, consciente ou inconscientemente, no cerne de linhas gerais das estruturas dominantes e a partir de discursos dominantes que dirigem, ainda que com contradições (ex.: setores de vanguarda se distanciam de setores conservadores, como será visto no próximo capítulo). Neste sentido, não é um ator individual ou coletivo, mas sim reúne tipos ideais de práticas e significados que tendem a disputar sistemas agroalimentares.

Neste sentido, cabe perguntar: quem são os atores a quem são atribuídas as práticas específicas de produzir e circular significados (isto é, conformação de ideologias)? Como ocorre, então, esta disputa de poder em produzir significados, isto é, a luta ideológica?

Para responder a estas questões, primeiramente, será necessário definir uma abordagem das referidas lutas. Assim, os objetivos deste capítulo são: a) descrever a relação entre prática e significado nos sistemas agroalimentares; b) propor uma abordagem de análise do discurso de sistemas agroalimentares.

### 3.2 DÍADE ENTRE PRÁTICA E SIGNIFICADO NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

A díade entre prática e significado repousa em um dos grandes dilemas da produção do conhecimento ocidental, a distinção entre dimensão da matéria e a dimensão das ideias. A referida distinção está no cerne da produção reflexiva de conhecimento sobre a construção subjetiva de atores sociais e suas identidades.

Este trabalho de pesquisa enfrenta este dilema com base, primeiramente em duas afirmações. A primeira é a que toda prática repousa em um sistema de signos e são ressignificadas para si e para os outros por meio de práticas específicas, as práticas discursivas. A segunda é que práticas discursivas possuem relação de poder desiguais. Por exemplo, o *desenvolvimento sustentável*, como resposta à emergente questão ambiental, compõe o discurso oficial e faz parte de estratégias geopolíticas articuladoras de Estados-nações, atores econômicos e instituições multinacionais orientadas pelas lógicas de mercado (FLORIANI, 2016, LEFF, 2002).

Desta forma, a abordagem analítica proposta para os objetivos da PARTE I irá percorrer as fronteiras entre as correntes estruturalistas e o pós-estruturalistas. A virada linguística saussuriana inicia o processo de compreensão da produção de significado como práticas estruturantes entre o significante e o significado, não podendo mais, desta maneira, compreender quaisquer práticas fora da estrutura. O salto de qualidade pós-estruturalista é o caráter móvel e relacional entre significante e significado (GIBSON-GRAHAM, 2002). Ou seja, no caso do discurso do desenvolvimento sustentável, nem, por um lado é um discurso uníssono, nem por outro é detentor de um significado último. Sua reprodução é dada de maneira polissêmica a depender do ator emissor, mas também do receptor, permitindo, inclusive, a produção de uma retórica contestatória (FLORIANI, 2016).

De que maneira, então, a díade entre prática e significado defendida acima se emprega na análise dos sistemas agroalimentares? Cada ator social imerso na produção e circulação de alimentos conjuga distintos sistemas de práticas resultados de, como menciona Floriani (2016), processos pragmáticos do cotidiano, pelos quais buscam significar para si e para os outros as referidas ações. Neste sentido, a construção da identidade dos atores, seus valores, culturas e significações, sobretudo em sociedades periféricas, se caracteriza pela hibridação. Esta

característica foi mencionada superficialmente no Capítulo 1, sendo aqui o momento de aprofundá-la.

Tanto os Estudos Culturais (HALL, 2003a<sup>4</sup>, 2006, CANCLINI, 2001) quanto os Estudos Subalternos (BEVERLEY, 2004) recorrem ao híbrido para se referir a dimensão simbólica de sociedades periféricas colonizadas e diaspóricas. Um autor de referência no tema é Homi Bhabha. A noção de híbrido em Homi Bhabha teria o papel não de dissolver ou miscigenar os diferentes sistemas de práticas, mas sim de destacar a necessária negociação entre conservar e transformar os sistemas de práticas habituais, derivados da pertença social/comunitária dos atores, em sua relação com outros sistemas de práticas com que convergem, colidem e se confrontam. Esta negociação, ou tradução, produz novos sistemas de significado e significação, tornando-se o substrato para a *diferença cultural* (HALL, 2003a, BEVERLEY, 2004). Então, segundo Hall (2003a) a diferença emerge em um jogo de signos e cadeias de significados no e pelo qual se produz sentidos sobre si e sobre o outro, operando no que Homi Bhabha denomina como "tempo limiar", isto é, longe de qualquer linearismo, produzindo temporalidades distintas que não possuem posição (inclusive política) fixa.

Esta dinâmica permite estabelecer pontes com a definição de zonas de transição do SIS na abordagem de sistemas agroalimentares. O caráter híbrido das relações sociais e da construção subjetiva dos atores responsáveis pela produção e circulação de alimentos não é exclusivo ao Sistema Híbrido, mas sim é inerente a formações sociais periféricas colonizadas, como a sociedade brasileira. Então o que define os Sistemas Híbridos agroalimentares são as práticas e os processos de significação nos quais os atores constroem sua particularidade, sua diferença cultural em relação aos Sistemas Dominantes e de Borda.

Outra característica inerente a sociedades periféricas e colonizadas é a marca da linha abissal, a zona do não-ser, ao ponto que, quaisquer que sejam os atores envolvidos na produção e circulação de alimentos são tensionados a negociar seus valores, culturas e significações frente a práticas e signos de dominação (pós)colonial. Neste sentido, Beverley (2004) pondera a noção de híbrido em Bhabha. Na esteira de Gayatri Spivak, Beverley defende que, ainda que a noção de

---

<sup>4</sup> Publicado primeiramente em: HALL, S. The Multi-cultural Question. In: HESSE, Earner (Org.). **Un/settled Multiculturalisms**. London: Zed Books, 2000.

híbrido seja assertiva para compreender a produção de diferenças em sociedades periféricas, a construção subjetiva frente à processos de dominação produz sujeitos subalternos que não possuem o poder de se representar, tensionando a hibridez em uma arena política antagônica, binária.

Aqui retoma-se uma afirmação feita acima, de que práticas discursivas possuem uma relação de poder desigual. É necessário, portanto, dar a devida atenção analítica às relações desiguais de poder na produção de significados. Este fator é crucial para a produção de significado, pois o caráter *híbrido*, de negociação e coerência entre as práticas e os significados, base da *diferença cultural*, se torna *antagônico*. De acordo com Laclau e Mouffe (2015), o antagonismo significa a impossibilidade da diferença, quando a presença do Outro impede sua existência plena.

Nas disputas por apropriação e reapropriação social da natureza, das quais se referem Floriani (2016), Leff (2015, 2017), Escobar (2015), Porto-Gonçalves (2008), entre outros, o antagonismo produz movimentos contestatórios, retóricas alternativas, sendo estes movimentos interlocutores privilegiados da ecologia política latino-americana. A expressão dos movimentos contestatórios indica existir um processo em que a produção de significados se expande da construção subjetiva dos atores individuais para atores coletivos atuantes em arenas políticas. Sobre este fenômeno Laclau e Mouffe (2015) colocam:

O antagonismo só pode emergir na medida em que o caráter diferencial positivo da posição de sujeito subordinada é subvertido. (...); somente em termos de uma diferente formação discursiva, (...), é que a positividade diferencial dessas categorias pode ser subvertida e a subordinação construída como opressão. Isto significa que não existe relação de opressão sem a presença de um "exterior" discursivo a partir do qual o discurso da subordinação possa ser interrompido. (p. 237)

Neste sentido, pode-se dizer que, ante ao antagonismo, os movimentos contestatórios possuem o papel de construir discursos de "positividade diferencial" responsáveis por produzir articulações entre atores que, no processo de hibridação cultural, de negociação entre práticas e a construção de significados, os subalternos se encontrarão em uma posição de pertença, estarão *representados* na arena política.

Em formações sociais periféricas, coloniais e diaspóricas, as cadeias de significados são interpeladas por estruturas de dominação que produzem uma

relação de poder de significação desigual, onde certos atores são submetidos a processos de subordinação e opressão cruciais para sua construção relacional de significado. Neste contexto, tanto Stuart Hall (2003b<sup>5</sup>) quanto Laclau e Mouffe (2015) resgatam a noção althusseriana de sobredeterminação para explicar como funcionam as *estruturas em dominância*. Assim, pode-se interpretar que os sistemas agroalimentares são sobredeterminados pela diferença colonial, pela luta de classes, pelo racismo e pelo machismo, mas também antropocentrismo da modernização tecnológica e pela frieza lógica e competitividade desumana da racionalidade econômica.

A sobredeterminação das *estruturas em dominância* cria de maneira relacional a manifestação antagônica que desagua na positividade diferencial de sistemas de significação insubordinados (ou insubordináveis) exteriores à construção individual do sujeito. Neste caso, certo tipo de práticas específicas ganha maior proeminência, são práticas destinadas à produção de significado e à formação de articulações entre atores, com o objetivo de criar *sistemas de representações*, em outras palavras, o que Althusser denomina de *ideologia* (HALL, 2003b).

Segundo Hall (2003b), Althusser enfatiza a linguagem e o comportamento como meios pelos quais se dá o registro material da ideologia, reconhecendo o caráter essencialmente discursivo e semiótico da ideologia. Entretanto, as práticas possuem um lugar central na concepção althusseriana. Na esteira de Althusser, Hall (2003b) destaca que a força de determinação de uma estrutura é resultado de práticas anteriormente estruturadas, sendo o reino das práticas onde as estruturas são reproduzidas. Neste sentido, as tendências expressas pelas estruturas não devem impedir o reconhecimento da relativa autonomia das práticas. Assim, práticas e discursos capazes de aglutinar forças sociais, podem, não somente produzir uma identidade coletiva “em si mesmas”, como também são capazes de constituir uma coletividade capaz de interferir enquanto força histórica, uma “classe por si mesma”.

Desta maneira, o resgate da noção althusseriana de ideologia tem como vantagem analítica trazer consigo a abordagem sobredeterminada e relacional da construção dos sistemas de significados, não para encerrar a diferença cultural, mas para ponderar que a construção híbrida da diferença não existe fora da

---

<sup>5</sup> Publicado originalmente em: HALL, S. Signification, representation, ideology: Althusser and the post-structuralist debates. *Critical studies in media communication*, v. 2, n. 2, p. 91-114, 1985.

sobredeterminação das estruturas em dominância (HALL, 2003b, LACLAU; MOUFFE, 2015). Neste caso, o *locus* relevante da análise é aqui, como é para Stuart Hall (2003b), é a *luta ideológica*, isto é, quando grupos ou pessoas contestam, deslocam ou mesmo disputam os significados como base na construção ativa de sistemas de representação, se movem, se insubordinam e vão a luta.

A característica central que subjaz a luta ideológica nos sistemas agroalimentares impera hoje entre a apropriação e reapropriação social da natureza, fazendo com que a análise da construção ideológica seja fundamental para refletir as disputas na formação de sistemas agroalimentares mais sustentáveis. Este fator motiva a realização da análise do discurso de atores produtores de *sistemas de representação*, ou ideologias, nas relações entre sistemas agroalimentares. Portanto, o próximo passo é definir de que se trata ao abordar o discurso e a ideologia, em específico, para propor uma concepção de análise do discurso a ser realizada.

### 3.3 DISCURSO E IDEOLOGIA NA ANÁLISE DO DISCURSO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES

A aplicação do SIS na análise de sistemas agroalimentares prevê a relação desigual de poder entre atores. Isto ocorre pois em sua proposta está contido o Sistema Dominante como um *locus* de diferença. O Sistema Dominante se define por reunir atores e condições favoráveis nas arenas de disputa por produção de práticas e significados e, por consequência, possuir maior poder de reproduzir seus próprios projetos. Por próprios projetos quer-se dizer formações discursivas que dão relativa unidade aos atores enquanto grupo.

Neste contexto, pode-se avançar no dilema de analisar sistemas agroalimentares em tipologias exatamente coerentes, ou que encontrem correspondências, sobretudo onde foi considerado o maior desafio, as dimensões valores, culturas e significações. Ainda que seja plausível o trabalho de Escher (2020) em dividir as duas formas principais de fazer agricultura, a agricultura patronal e a familiar, e depois uma nova decomposição mais específica, o autor não explica como os “blocos históricos” formam sua unidade dentro de um processo de significação.

Ao demonstrar a díade entre prática e significado na conformação de sistemas agroalimentares procurou-se melhor compreender quais os mecanismos que permitem a construção simbólica de agentes. Neste processo se deu destaque a um “exterior” discursivo, cujo papel é, ao mesmo tempo, fazer disputas na arena política, mas também construir unidade em relação a um bloco histórico. A esse “exterior” discursivo, chamou-se de ideologia. Uma vez que o objetivo é analisar disputas políticas específicas, isto é, as disputas em torno de apropriação e reapropriação social da natureza, chamou-se então esta disputa de luta ideológica. Neste caso, a luta ideológica somente é possível pois existem formações discursivas antagônicas que revelam concentração de poder desigual entre sistemas agroalimentares. No entanto, como analisar as disputas simbólicas no âmbito dos sistemas agroalimentares? Um maior aprofundamento nas concepções de ideologia e Análise do Discurso ajudará em tais respostas.

### 3.3.1 Ideologia

Ao tratar da relação entre discurso e ideologia é necessário primeiro precisar o que aqui se entende por ideologia, já feito superficialmente acima, mas principalmente é necessário destacar o que aqui compreende-se como os maiores equívocos na formulação clássica da teoria da ideologia, com a vantagem de colaborar na construção do método de Análise do Discurso a ser aplicado. Neste percurso será fundamental, novamente, as leituras de Stuart Hall, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em um diálogo com autores referência da Análise do Discurso (AD), como Norman Fairclough, Michel Pêcheux e as brasileiras Eni Orlandi e Maria do Rosário Gregolin.

A teoria clássica da ideologia se refere aos desdobramentos dos textos de Marx e Engels, em específico, quando em *A ideologia alemã*, os autores se referem às “ideias dominantes de uma época serem as ideias da classe dominante”. Desde então o pensamento marxista encontrou uma série de labirintos que aqui será destacado.

Stuart Hall (2003c<sup>6</sup>), ao propor uma tarefa de “reconstrução” da questão da ideologia enumera três teses fundamentais da teoria da ideologia em sua forma clássica:

Primeiro, a premissa materialista: as ideias surgem das condições materiais e refletem as circunstâncias nas quais foram geradas. Elas expressam as relações sociais e suas contradições no pensamento. (...). Em segundo lugar, a tese do determinismo: as ideias são apenas efeitos dependentes de um nível determinante maior na formação social — o econômico, em última instância. Portanto, as transformações no nível econômico se expressam, mais cedo ou mais tarde, como modificações no nível das ideias. Em terceiro lugar, as correspondências fixas entre dominância na esfera socioeconômica e no ideológico; as ideias "dominantes" são aquelas da "classe dominante" — a posição de classe fornece a ligação e garante a correspondência com as ideias. (HALL, 2003c, p.270)

O saldo destas teses, segundo Hall (2003c) fizeram com que muitos intelectuais abandonassem o *problema da ideologia*, pois a teoria teria se resumido à metáfora base-superestrutura, “fundada em uma relação fixa e inalterável entre o econômico e como este é “expresso” ou representado nas ideias” (p. 279), onde a base, o terreno da economia, determina o fluxo das ideias, isto é, a dimensão superestrutural, e condiciona aos atores sociais a experimentar a vida como uma determinada classe social. Esta noção determinística de ideologia contribuiu para divisões absolutas entre “ciência” e “ideologia”, entre ideias “burguesas” e “não-burguesas”, e enfim para postulação do “verdadeiro” e do “falso” (HALL, 2003c).

Quem teria fornecido importantes saídas aos labirintos deterministas da teoria clássica da ideologia foi Louis Althusser. Hall (2003b) destaca três importantes críticas de Althusser à teoria clássica da ideologia. A primeira repousa na afirmação de Marx e Engels em *A ideologia alemã*. Para Althusser a concepção determinística de as ideias dominantes resultarem das classes dominantes não explica nem as disputas ideológicas internas à classe dominante, tampouco sua heterogeneidade constitutiva, nem mesmo consegue fixar com sucesso uma ideologia a uma classe. A segunda crítica importante de Althusser se refere à noção de “falsa consciência”, isto é, a existência de uma ideologia verdadeira representante de cada classe, como se a falsa consciência funcionasse como uma ilusão de representação do mundo material por onde as massas são enganadas. A terceira crítica de Althusser se

---

<sup>6</sup> Publicado primeiramente em: HALL, S. The Problem of Ideology: Marxism Without Guarantees. In: MATTHEWS, B. (Org.). **Marx: 100 Years on**. London: Lawrence & Wishart, 1983, p. 57-84.

refere a concepção essencialmente teleológica de ideologia. Para Althusser, os sistemas de representação (ideologias) não são meros reflexos do real, mas sim uma dimensão do real, composto por práticas significantes (HALL, 2003b). Vale a pena examinar esta proposição mais detalhadamente.

Stuart Hall (2003b) menciona que, antes de atingir a posição avançada de ideologia em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Althusser em *A favor de Marx* faz importantes afirmações conceituais sobre a conexão entre práticas, significados e ideologia. Na interpretação de Hall (2003b), Althusser ao compreender caráter essencialmente discursivo e semiótico da ideologia, considerou a *prática* de produzir significado a maneira como se constrói a subjetividade, ao se reconhecer no mundo. De tal maneira, que não há práticas sociais (interação entre atores) fora de uma dimensão simbólica, e, por consequência, fora de sistemas de representação. É neste sentido em que toma de empréstimo a noção lacaniana de *interpelação*.

Levando em consideração as relações sociais mediadas pela língua, Althusser propõe que o sujeito é interpelado por estruturas em sua constituição, e nem por isso é despojado de agência, mas sim produz práticas acionando cadeias de significados inscritos em sistemas de representação. Estruturas, no plural, refere-se ao caráter sobredeterminado das estruturas *em dominância*. Ou seja, frente a sobredeterminação de estruturas em dominância não há como aceitar uma concepção fixa da constituição subjetiva, o que não implica, por outro lado, em uma mobilidade indiscriminada (HALL, 2003b, 2003c).

Posteriormente, esta concepção plural e heterodoxa de ideologia de Althusser foi ofuscada pela aceitação de *Aparelhos Ideológicos de Estado* onde foram assumidas leituras funcionalistas do papel que a ideologia cumpre na reprodução das relações sociais dominantes, e, por consequência, da função dos aparelhos ideológicos de Estado. Por outro lado, a rejeição do estruturalismo althusseriano erodiu o debate sobre o papel da disputa entre sistemas de representação (lutas ideológicas) na constituição dos sujeitos, assim como o papel destas em fazer articulações ao ponto de acionarem os motores da mudança social (HALL, 2003c)

Quais seriam os desdobramentos para a análise aqui pretendida? A pertinência da ideologia como categoria de análise repousa em dar relevo a práticas específicas, as práticas onde o principal objetivo é produzir cadeias de significado ou sistemas de representação (ideologias). Isto é, dizer que toda prática é significativa

não é o mesmo que dizer que toda prática opera em uma arena política de disputa de significados. Por exemplo, a mídia possui um lugar privilegiado na disputa de significado, as pessoas que ali trabalham significam práticas para si e para o mundo com a característica de que estas mesmas práticas vão disputar a cadeia de significados dos receptores da mensagem. O mesmo pode-se dizer dos movimentos sociais. Como foi dito anteriormente, na esteira de Laclau e Mouffe (2015), as contradições sociais que resultam em antagonismos precisam de um exterior discursivo para se transformarem em positividade da diferença.

Uma característica inerente às práticas específicas com objetivo de produzir significado e disputar sistemas de representação é que elas são essencialmente discursivas e semióticas, o que torna profícuo um diálogo com a Análise do Discurso.

### 3.3.2 Análise do Discurso

A análise do discurso (AD) surge na França, na década de 1960, como uma disciplina de entremeio, bebendo na fonte da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise com o objetivo central de se pensar o discurso. Não tardou para que se espalhasse pela Europa e chegasse à América do Norte e à América do Sul, tendo grande receptividade e formulando distintas escolas. O discurso enquanto objeto de análise é fruto do abandono de dicotomias e a favor das conexões entre a língua e a dimensão social e seu papel na constituição subjetiva (ORLANDI, 2003).

A origem da AD, em especial a francesa, é creditada à Michel Pêcheux e associados. Entretanto sua teoria se constrói em um movimento tenso e complementar com Michael Bakhtin e Michel Foucault. Bakhtin teria uma peculiaridade por seus escritos estarem em outro tempo e espaço em relação a AD (GREGOLIN, 2006). Entretanto, a tradução das obras de Bakhtin, entre as décadas de 70 e 80 provocou grande interesse entre os intelectuais preocupados com a relação entre a língua e o social, e mesmo que não houvesse como creditar a Análise do Discurso à Bakhtin, a obra *Problemas da poética de Dostoiévski* (1929), em especial o capítulo “O discurso em Dostoiévski”, teria sido pioneiro no que se refere ao discurso como objeto de análise (BRAIT, 2006). Já Pêcheux, reunia uma série de ponderações à Bakhtin, desde interpretações diferentes de Saussure como

interpretações diferentes de Marx, em quem os dois se inspiravam (GREGOLIN, 2006)

Tão tenso e complementar era também a relação entre Pêcheux e Foucault. Se nas formulações iniciais da AD, Pêcheux erigia sua influência althusseriana contra as noções de poder em Foucault, em sua fase mais madura a AD pecheuxtiana reinterpreta a noção de *formação discursiva* foucaultiana à medida que se afasta das interpretações funcionalistas de Althusser (GREGOLIN, 2006).

Desde Pêcheux, a AD possui uma conexão indissociável com a ideologia. Em Pêcheux, inclusive, se entende o discurso como a *materialização* da ideologia. Contudo, como já destacado, não somente a AD pecheuxtiana se transformou no tempo, como também o conceito de ideologia “sofreu através dos usos abusivos e frequentes que explicavam tudo, perdendo assim sua capacidade compreensiva” (ORLANDI, 2003, p.10).

Neste cenário, a Análise Crítica do Discurso, em especial o trabalho de Norman Fairclough e associados, é pertinente à análise aqui pretendida. Para Fairclough (2012) a língua tem mesma importância da semiose. A semiose se define por todas as formas de construção de sentidos – não apenas a língua, mas também diferentes tipos de linguagem. A vida social é vista como uma rede interconectada de práticas sociais em que todas têm um elemento semiótico. O autor considera a língua como um elemento integrante do processo social material, e a semiose, por sua vez, como “parte irreduzível dos processos sociais materiais” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 308). Neste sentido, a proposta da Análise do Discurso de Fairclough é a de uma análise das relações dialéticas entre semioses e outros elementos das práticas sociais.

Segundo Fairclough (2012), um conjunto de práticas sociais inter-relacionadas constituem ordens sociais. Já o aspecto semiótico de uma ordem social seria a ordem de discurso por onde os diversos gêneros e discursos estão inter-relacionados:

Uma ordem de discurso é uma estruturação social da diferença semiótica, uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros. Um aspecto dessa ordenação é a dominância: algumas maneiras de construir sentido são dominantes ou estão em voga para certas ordens de discurso; outras são marginais, subversivas, alternativas. (FAIRCLOUGH, 2012, p. 310).

Neste contexto o autor adiciona

O conceito político de hegemonia pode ser útil quando aplicado à análise de ordens de discurso (FAIRCLOUGH, 1992; FORGACS, 1988; LACLAU & MOUFFE, 1985). Uma determinada estruturação social da diversidade semiótica pode ser hegemônica, tornar-se parte do senso comum legitimador que sustenta as relações de dominação. Mas a hegemonia, em seus períodos de crise, será sempre contestada em maior ou menor proporção. Uma ordem de discurso não é um sistema fechado ou rígido, é, na verdade, um sistema aberto posto em risco pelo que acontece em interações reais. (FAIRCLOUGH, 2012, p. 311).

Para Laclau e Mouffe (2015), é justamente quando se analisa as formações discursivas do ponto de vista do antagonismo em que ali está a *formação hegemônica*. Segundo os autores, a articulação hegemônica é instável em suas fronteiras sendo esta uma pré-condição que permite o antagonismo. Então, de maneira tipicamente antagônica, novas formações discursivas são elaboradas de maneira contestatória qualificando as relações de subordinação (no jogo de poder desigual) como relações de opressão e dominação. Aqui, Laclau e Mouffe (2015) fazem uma analogia com a noção gramsciana de bloco histórico, sendo estas formações discursivas que se articulam em um espaço social e político relativamente unificados. Entretanto, os autores superam a análise gramsciana da necessidade determinística de cristalização do *povo* como um bloco histórico produto do antagonismo às classes dominantes. Desta forma:

(...) nossa conclusão é que nenhuma identidade social jamais é totalmente adquirida (...). Todo bloco histórico - ou formação hegemônica - é construído por meio de regularidade em dispersão, e esta dispersão inclui uma proliferação de diversos elementos: sistemas de diferenças que definem parcialmente identidades relacionais; cadeias de equivalência que subvertem estas últimas, mas que podem ser transformisticamente recuperadas na medida em que o próprio lugar de oposição se torna regular e, desta forma, constitui uma nova diferença; formas de sobredeterminação que ou concentram poder, ou formas diferentes de resistências a ele, e assim por diante. (...). O problema do poder não pode ser, portanto, posto em termos da busca por a classe ou o setor dominante que constitua o centro de uma formação hegemônica, dado que, por definição, tal centro sempre nos escapará. Mas, é igualmente errado propor como uma alternativa ou o pluralismo ou a total difusão do poder no social, pois isto deixaria a análise cega à presença de pontos nodais e às concentrações parciais de poder existentes em toda formação social concreta (LACLAU; MOUFFE, 2015 p.222-223, grifos originais)

Neste contexto, o que se pretende investigar com a análise do discurso de sistemas agroalimentares não procura opor classes, grupos ou atores, tampouco se

ocupa de relacionar precisamente formações discursivas às classes, grupos ou atores. Mas sim, desvelar o antagonismo entre diferentes formações discursivas as quais se pretendem como sistemas de representação (ideologias) e desta maneira interpelam de maneira sobredeterminada classes, grupos e atores, pelos quais estes irão negociar a sua diferença cultural, a conjugação de práticas e significados, isto é, sua própria dimensão de valores, culturas e significações.

Em síntese, pode-se elencar que a Análise do Discurso aqui pretendida se guia, em linhas gerais, por: a) identificar os pontos nodais onde se consolidam de maneira articulada formações discursivas antagônicas; b) identificar as contradições da qual o antagonismo deriva e, por consequência, sob quais discursos repousam a positividade diferencial (formação ideológica) necessária para existência de tais formações discursivas; c) considerar as relações desiguais de poder na produção e reprodução discursiva e; d) construir o cenário de luta ideológica nos sistemas agroalimentares.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo foi possível aprofundar uma importante dimensão do SIS, a saber: valores, culturas e significações. Importante pois, como dito em outro momento, esta dimensão é um desafio na construção de coerência tipológica. Isto ocorre, pois, como se defende neste trabalho, não há correspondência necessária, ou mecânica, entre a formação subjetiva (os valores, culturas e significações) e a posição nas outras dimensões que compõem o SIS. Quando se refere aos sistemas agroalimentares, o *agronegocinho*, é um bom exemplo.

Entretanto, considera-se que as lutas que ocorrem na esfera simbólica, isto é, que afetam como sujeitos constroem seus valores, culturas e significações, são contemporaneamente lutas centrais, sobretudo na apropriação e reapropriação social da natureza, o que exige caminhos analíticos que possibilitem pôr em questão o papel da construção simbólica de atores envolvidos na produção e circulação de alimentos e como isso dialoga com suas práticas produtivas.

Neste contexto, foi proposto uma abordagem a partir da díade entre prática e significado. O entendimento de que não há práticas fora dos processos de significação e vice-versa, joga luz sobre o papel estruturante das práticas as quais, por sua vez, se inscrevem em estruturas antepostas, como um repertório de práticas

a ser acionado e transformado por atores sociais. Também foi dado destaque às práticas portadoras do papel de produzir e circular significados por excelência. Neste trajeto, se evidenciou que as práticas de construção de significado possuem poder desigual de produção e reprodução. O que pondera o papel da diferença na construção social. Se uma prática discursiva significa a impossibilidade da existência do outro, então a construção da diferença é interrompida pelo antagonismo.

O antagonismo, como denúncia de relações de dominação, encontra-se na estrutura como um repertório de práticas significantes. Neste caso, a insubordinação às relações de dominação necessita de um “exterior discursivo” que permitam pôr em evidência o antagonismo a fim de disputar o sentido das práticas sociais. Assim, foi defendido que este exterior discursivo são práticas discursivas específicas que atuam em arenas políticas de disputa de práticas e significado, atuando como *sistemas de representação*, ou ideologias. Então, as ideologias teriam o papel de disputar o repertório de práticas e significados ao longo da construção subjetiva dos atores, permitindo, desta maneira, associações entre a coerência e a contradição entre atores e sistemas agroalimentares, além de reforçarem a maneira de agir sobre a realidade, pelos diversos sistemas de práticas.

Entre as várias disputas que ocorrem nos sistemas agroalimentares, a disputa por apropriação e reapropriação social da natureza é central. Neste contexto, a Agroecologia reúne um exterior discursivo capaz de denunciar as relações de dominação no sistema agroalimentar principalmente no que se refere a apropriação contínua da natureza por atores dominantes, além de ser propositiva no para as formas de reapropriação social da natureza. Outro importante exterior discursivo responsável por conservar as relações de poder desiguais nos sistemas agroalimentares é o Agronegócio.

Os dois sistemas de representação, Agroecologia e Agronegócio, reúnem em si uma série de atores sociais e instituições governamentais e não-governamentais que de maneira articulada publicam documentos (discursos) como resultado de uma síntese de tais coletividades com vistas de disputarem os sistemas agroalimentares. E é sobre essa disputa que versará o próximo capítulo.

## **4 LUTAS IDEOLÓGICAS POR APROPRIAÇÃO E REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA. UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES**

### **4.1 INTRODUÇÃO**

Anteriormente foi estabelecido que a díade entre prática e significado é central para interpretar os condicionantes envolvidos na produção e reprodução de valores, culturas e significações de atores envolvidos na produção e circulação de alimentos. A díade entre prática e significado possibilitou compreender que o exercício proposto no Capítulo 2, de localizar atores em distintos sistemas agroalimentares a partir da abordagem SIS, não permite buscar com exatidão a maneira como os atores significam suas práticas para si em relação às tipologias propostas. Entretanto, em função da própria díade entre prática e significado, é possível identificar linhas tendenciais entre a construção simbólica do indivíduo frente aos sistemas agroalimentares em função da distribuição desigual de poder entre atores produtores de significados, mas também da capacidade dialógica que os discursos têm para agregar grupos.

Como exposto no Capítulo 3, isto se dá pela maneira sobredeterminada como práticas significantes conformam estruturas e como os atores negociam e constroem sentido para sua vida a partir de seu repertório de significados - sejam estes marginais, hegemônicos ou contra hegemônicos - interpelados pelas estruturas em dominância. Assim seria o processo de hibridização inerente à produção de diferenças culturais.

Também foi visto que em sociedades periféricas, (pós)coloniais e diaspóricas se produzem e reproduzem formas características de dominação como a zona do não-ser a que se refere Maldonado-Torres (2016) e a linha abissal a que se refere Sousa Santos (2019) e que tais formas ocorrem concomitantemente e sobrepostas – ou sobredeterminadas - às dominações de classe e gênero. Assim, o processo de negação estabelecido por tais formas de dominação produzem nos atores sociais variadas formas de reações frente a conjuntura desigual de relações de poder.

Isto posto, neste capítulo serão investigadas aquelas práticas específicas de produção de discursos conflitantes com a disposição para formar articulações entre

grupos a partir de uma *positivação diferencial*, isto é, práticas de construção de um *exterior* discursivo capaz de desvelar o *antagonismo* presente nas relações desiguais de poder. Uma vez construída a arena de disputa política entre formações discursivas, será possível analisar o confronto como *lutas ideológicas*.

Uma análise sobre os sistemas agroalimentares irá permitir um aprofundamento de tais questões. Isto se dá por, como argumentado no Capítulo 2, os sistemas agroalimentares serem heterogêneos em sua formação socioambiental. A diferença cultural e de relação com a natureza presente na heterogeneidade dos sistemas agroalimentares vem sendo permeada pela construção discursiva de grupos articulados expondo a disputa simbólica e material pelos rumos da produção e circulação de alimentos, mas também, e de maneira subjacente, pela apropriação e reapropriação social da natureza. Esta disputa será evidenciada pela análise das formações discursivas provenientes de dois sistemas de representação, o Agronegócio e a Agroecologia.

De maneira metodológica, será aplicado a Análise (Crítica) do Discurso, explicitada no Capítulo 3, com o objetivo geral de desvelar o antagonismo entre diferentes formações discursivas as quais se pretendem como sistemas de representação (ideologias). Neste sentido, a Análise do Discurso aqui pretendida se guia, de maneira específica por: a) identificar os pontos nodais onde se consolidam de maneira articulada formações discursivas antagônicas; b) identificar as contradições da qual o antagonismo deriva e, por consequência, sob quais discursos repousam a positividade diferencial necessária para existência de tais formações discursivas; c) considerar as relações desiguais de poder na produção e reprodução discursiva e; d) construir o cenário de luta ideológica nos sistemas agroalimentares.

Para isto, será feito, primeiramente, uma contextualização do surgimento das diferentes formações discursivas nos sistemas agroalimentares, seguido por uma caracterização da relação desigual de poder entre as formações discursivas do Agronegócio e da Agroecologia. Posteriormente será realizado a Análise do Discurso propriamente dita, de dois documentos recentemente publicados por duas organizações articulatórias de ambas as perspectivas. Em seguida, serão discutidos os elementos presentes na luta ideológica analisada.

## 4.2 LUTAS IDEOLÓGICAS EM SISTEMAS AGROALIMENTARES

No capítulo 1 delineou-se a contribuição da Ecologia Política latino-americana para a análise de sistemas agroalimentares, onde foi apresentado o Sistema de Interação Societal (SIS) como ferramenta analítica para compreender as dinâmicas envolvidas na produção e circulação de alimentos. Então foi proposto que sistemas agroalimentares podem ser caracterizados em três subsistemas que se interrelacionam e se retroalimentam, o Sistema Dominante, o Sistema Híbrido e o Sistema de Borda.

Neste contexto, foi argumentado que atores, individuais e coletivos, famílias ou empreendimentos, agem e se estruturam de maneira mais ou menos próxima à um ou mais subsistemas. Isto se dá, em linhas gerais, por meio da posição que os atores ocupam frente as condições estruturais da produção e circulação de alimentos, subsidiados pelas diversas características de cada dimensão utilizada para definir os subsistemas. É sobre a “posição” dos atores sociais que se quer dar maior ênfase.

A posição ocupada por atores em relações sociais, em especial nas relações sociais de produção e circulação de alimentos, não pode ser, por um lado, resultado exclusivo de escolhas individuais, tampouco pode ser, por outro lado, um processo de determinação de uma posição exteriormente (ou estruturalmente) dada. Assim, no Capítulo 3, foi proposto que a díade entre prática e significado é capaz de oferecer uma saída analítica.

Quando debatido sobre a díade entre prática e significado, foi argumentado que o caráter de coerência e contradição entre as práticas dos atores e o significado que estas têm é fruto de uma negociação com os inúmeros sistemas de práticas e signos os quais um ator social interage, um processo de hibridação por onde se constrói sua *diferença cultural*, isto é, o processo de resignificação de suas práticas a luz do repertório de práticas e signos. Entretanto, não há uma correspondência exata entre posição nas relações sociais (ou subsistema do SIS) e suas práticas produtivas. O que foi proposto no Capítulo 3, e irá ser aprofundado de aqui em diante, é que a correspondência entre a posição dos atores e as práticas de seus sistemas produtivos é interpelada por *exteriores discursivos* e estes repousam em uma arena política de disputa, o que se compreende como *luta ideológica*.

Com base em Stuart Hall, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, propôs-se que lutas ideológicas são disputas específicas elaboradas também por atores específicos encarregados de construir narrativas (práticas discursivas) com o objetivo de disputar a construção de significado (sentido) de atores sociais. Há, neste caso, uma característica própria da construção social de sociedades periféricas, a relação desigual de poder de construir práticas discursivas. Neste sentido, de acordo com Laclau e Mouffe (2015), a luta ideológica é fruto de um antagonismo, isto é, quando a narrativa hegemônica é confrontada por uma formação discursiva questionadora de sua posição subalterna.

De acordo com os autores, esta formação discursiva questionadora do poder hegemônico produz uma positivação da diferença capaz subverter os significados da *condição subalterna* e construí-los como denúncia de *opressão*. E quem é responsável por produzir tal formação discursiva insubordinável? São atores capazes de construir articulações, pontos nodais, e formarem grupos a ponto de alterar a correlação de forças a seu favor. Tais atores podem ser exemplificados por movimentos sociais contestatórios da ordem social vigente.

No sentido que está sendo proposto aqui, os movimentos sociais contestatórios agem como atores com objetivos específicos de construir formações discursivas responsáveis pela positivação da diferença e, enfim, disputando as *estruturas em dominância* por meio de práticas discursivas. Dado a capacidade de articulação destas formações discursivas e sua positivação da diferença qualquer ator imerso no ambiente contestado é posto a negociar suas práticas significantes e, de maneira relacional e dinâmica, se posicionar frente a diferença.

Nos sistemas agroalimentares brasileiros diversos atores são responsáveis pela elaboração de formações discursivas com objetivos específicos de fazer disputas simbólicas. De maneira sintética, pode-se exemplificar o conjunto de atores em distintos segmentos:

- os atores que operam nos mercados de vendas de insumos, crédito e assistência técnica, os quais produzem (ou compram) peças de marketing veiculados por meios de comunicação midiática, o que significa que estes atores elaboram sistemas de signos (discursos) construtores de tipos ideais de sistemas agroalimentares com objetivo de mercantilizar seus produtos;

- os veículos de mídia propriamente ditos, os quais destinam horários próprios em sua programação para programas de temática rural apresentando reportagens de casos de sucesso, disputando também discursivamente tipos ideais de sistemas agroalimentares. Nos intervalos dos programas veiculam as peças de marketing dos atores citados acima. Ainda que seja popularmente mais disseminados os veículos televisivos, os veículos de rádio e jornal ainda são influentes no meio rural
- Outros atores relevantes são as organizações de classe e movimentos sociais. No Brasil, os sindicatos se dividem entre sindicatos patronais e sindicatos de trabalhadores e nesta divisão ainda existem diferentes filiações à distintas centrais sindicais, frentes parlamentares e partidos políticos. Já os movimentos sociais são articulações das mais variadas, tanto de escala espacial (da local à nacional) quanto de identidades de representação, além de construírem alianças das mais variadas. Em suas amplas diferenças, estes atores são produtores de documentos síntese de congressos e assembleias, assim como, podem possuir veículos próprios de comunicação (como revistas, páginas em redes sociais, podcast etc.), e procuram, desta maneira, articular discursos de representação de atores filiados, que em certa medida, também constroem tipos ideais de sistemas agroalimentares.
- Mais recentemente, outra gama de atores adentrou as cadeias de construção simbólica, viabilizados pelas plataformas de redes sociais e aplicativos. Estes atores podem estar vinculados a organizações de classe, partidos e movimentos sociais ou não. Neste sentido, a grande novidade é o aumento significativo da capacidade de alcance comunicativo que atores individuais ganharam com as plataformas de redes sociais e aplicativos e as novas formas de interação social, como podcast e vídeos de curta duração (*reels*, *tiktok*, etc.). Tais adventos impactam também os sistemas agroalimentares e sua forma de construção simbólica. O uso de tais plataformas, além da

amplitude de alcance, está aliado ao uso de algoritmos das redes sociais e aplicativos<sup>7</sup> orientados por gosto e preferência.

O exercício de caracterizar em linhas gerais a diversidade de atores envolvidos na construção de formações discursivas de sistemas agroalimentares serve para enfatizar os atores interlocutores desta pesquisa. Ao retomar o objetivo geral deste capítulo - desvelar o antagonismo entre diferentes formações discursivas as quais se pretendem como sistemas de representação (ideologias) - será feito por uma análise de atores caracterizados por sua organização de classe e/ou movimento social. O antagonismo, como será possível evidenciar, se manifesta em, por um lado, uma formação discursiva hegemônica e por outro, a posituação de sua diferença, a formação discursiva contra-hegemônica (ou insubordinável). A seguir, será descrito quais características compõem as formações discursivas hegemônicas e contra-hegemônicas.

#### 4.2.1 Formações discursivas hegemônicas. O Agronegócio como ideologia

Aqui é válido iniciar com o que neste trabalho se entende pela construção histórica de atores e sistemas dominantes e, portanto, a formação do bloco histórico hegemônico.

A formação do capitalismo global está intrinsecamente vinculada à gênese da modernidade no pensamento renascentista e iluminista, onde ali se encontraria o que Cástro-Gómez identifica como o “ponto zero”. Neste mesmo sentido, o desenvolvimento das forças produtivas e a divisão social do trabalho oriundos da Revolução Industrial explicam menos a formação do sistema-mundo quando se ilumina os processos de divisão internacional do trabalho provocada pelas empreitas coloniais, sendo estas as que possibilitaram a organização da estrutura de dominação centro-periferia, segundo Wallerstein, não mais sendo possível desvincular a colonização da modernidade e do capitalismo (GROSFOGUEL, 2006).

---

<sup>7</sup> A ampla disseminação e adesão das redes sociais e aplicativos, somado ao poder dos algoritmos de preferência (como no escândalo da Cambridge Analytica, relatado pelo documentário Privacidade Hackeada dos diretores Karim Amer e Jehane Noujaim produzido e exibido pela Netflix), são um dos assuntos mais atuais e importantes da disputa entre formações discursivas, mas que infelizmente este trabalho não traz como objetivo de pesquisa.

Uma vez descoberto a segunda contradição do capital, isto é, os limites ambientais para perpetuação do sistema econômico (O'CONNOR, 2012) pôde-se melhor interpretar o papel das geografias periféricas na reprodução dos atores hegemônicos nacionais e internacionais. A nova divisão internacional do trabalho pós anos 1990, deslocou as indústrias das nações centrais às nações periféricas (sobretudo asiáticas) com intuito de amenizar a contradição capital-trabalho, também orientou a reprimarização das economias periféricas latino-americanas (SVAMPA, 2019). Com efeito, a reprimarização das economias reforçou o colonialismo interno (PORTO-GONÇALVEZ, 2015) reascendendo as oligarquias agrárias que, aliadas a setores da burguesia comercial e rentista, permitiram a volta do neoliberalismo em sua versão neofascista com grande apoio das massas.

O cenário de reprimarização da economia no Brasil favoreceu o surgimento de uma nova identidade entre os atores hegemônicos do campo. Importado diretamente da Escola de Negócios de Harvard, o termo *agribusiness* traduzido literalmente para o português seria utilizado pela primeira vez na fundação da entidade de classe que reunia as principais organizações patronais, em maio de 1993, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) (SAUER, 2008, POMPEIA, 2021).

O Agronegócio, longe de significar uma unidade no setor patronal da agricultura, é constituído de disputas internas e distintas agendas políticas, entretanto pode-se generalizar que seus atores seguem à risca as determinações do mercado financeiro e das multinacionais de insumos agrícolas assim como possuem larga influência nos poderes legislativos e executivos (POMPEIA, 2021). No sentido sociopolítico, o Agronegócio nasce com objetivo de reconstruir a representação dos setores patronais desgastados frente a imagem latifúndio atrasado representado pela antiga União Democrática Ruralista (UDR) (SAUER, 2008).

A construção política da palavra agronegócio pode ser sintetizada em cinco esquemas de retóricas: i) O Agronegócio como sinônimo de união, de sucesso e de geração de riqueza; ii) O Agronegócio como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende os interesses e as necessidades de todos; iii) A crença na ausência de alternativas históricas outras além do Agronegócio e, iv) O princípio da valorização de si e desqualificação do outro. v) O imperativo de uma maior institucionalidade e da construção de novos espaços de representação, mediação de interesses (BRUNO, 2010).

No contexto da modernização e mercantilização da agricultura Cabral, Pandey e Xu (2022) destacam que os atores dominantes na agricultura reproduzem narrativas de sucesso da ciência e tecnologia<sup>8</sup> e do rendimento da produção coadunados aos interesses das corporações multinacionais do setor agropecuário em um quadro de poder desigual de produção de narrativas frente a outros atores.

Não obstante, ao longo da consolidação social, econômica e política da agricultura familiar, agora detentores de políticas específicas de crédito, tornaram-se um “nicho de mercado” aos conglomerados multinacionais e os complexos agroindustriais que disputam e tencionam materialmente (com tecnologias inovadoras e alta produtividade) mas também simbolicamente (como fetiche à modernização da agricultura mas também cultural), produzindo uma nova subcategorização comumente utilizada, o “agronegócio” (CAZELLA et al, 2016, PICOLOTTO, 2014, GAZOLA; SCHNEIDER, 2005).

Assim, pode-se destacar que as distintas organizações<sup>9</sup> representantes de sistemas agroalimentares dominantes possuem permeabilidade e influência na disputa da construção de práticas e significados de outros sistemas agroalimentares. Disto, revelam-se dois elementos. O primeiro é que sistemas agroalimentares dominantes não possuem sistemas simbólicos consolidados *a priori*, ou simplesmente porque são dominantes. Isto é, atores dominantes são postos, permanentemente, a reconstruir articulações para consolidar sua posição dominante *perante a outros atores* do sistema agroalimentar, sejam estes aliados ou opositores.

Este processo é ilustrado pelo próprio surgimento do termo Agronegócio como narrativa de sucesso e vanguarda de que mencionam Sauer (2008) e Cabral *et al* (2022). Também é possível ilustrar este movimento por meio das articulações feitas por organizações do Agronegócio com atores da indústria de alimentos

---

<sup>8</sup> Um importante exemplo de narrativas de sucesso é a campanha publicitária "O Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é Tudo" da Rede Globo, com comerciais de um minuto veiculados desde 2016, abordando temas diversificados nos intervalos da programação com temática do mundo rural. Neste mesmo período, os grupos lobbistas do Agronegócio trabalham junto ao congresso nacional no sentido de flexibilizar a liberação de novos agrotóxicos e outros insumos agrícolas (BORTONCELLO;BRASIL, 2020)

<sup>9</sup> Além da ABAG, são atores influentes no campo político a FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecida popularmente como a “bancada ruralista” no poder legislativo), a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, que é a forma nacional de organização do sindicato patronal da agricultura), o Conselho Agro (Conselho das Entidades do Setor Agropecuário), o IPA (Instituto Pensar Agropecuária, reunindo *think tanks* da área) OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), entre outras. (POMPEIA; SCHNEIDER, 2021, BRUNO, 2017)

processados, debatidos por Pompeia e Schneider (2021), assim como pelas articulações de organizações do Agronegócio com políticos conservadores e de extrema direita, debatidos por Bruno (2017).

Também revela que esta dinâmica de consolidação ocorre como consequência das formações discursivas antagônicas.

#### 4.2.2 O movimento agroecológico como formação discursiva contra-hegemônica

A origem da Agroecologia pode ser rastreada a movimentos e iniciativas que emergiram nas décadas de 1960 e 1970, em resposta aos impactos negativos da agricultura convencional intensiva. Esses movimentos foram impulsionados por preocupações com a degradação ambiental, perda de biodiversidade, contaminação por agrotóxicos e a deterioração das condições de trabalho dos agricultores (BRANDENBURG, 2002).

No Brasil, primeiramente, o debate centrou-se nas tecnologias alternativas, oriundas dos estudos sobre distintas correntes já consolidadas como a agricultura natural de Mokiti Okada, a agricultura orgânica representada por Albert Howard, a agricultura biodinâmica derivada da antroposofia de Rudolf Steinner, a permacultura de Bill Murrison, entre outros. Nos anos 1980, o movimento estudantil promoveu grandes eventos chamados de EBAA's (Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa) consolidando assim, no país, a noção de agricultura alternativa (LUZZI, 2007).

Neste período, a agricultura alternativa já articulava distintos atores com distintas áreas de atuação nos sistemas agroalimentares. A consolidação do debate sobre agriculturas alternativas foi impulsionada, sobretudo, por ONG's (Organizações Não Governamentais), técnicos e pesquisadores de ciência agrária e movimentos sociais populares do campo<sup>10</sup> (sindicatos, movimentos de luta pela terra, entre outros). Foi, inclusive, relevante ONG na disseminação de tecnologias alternativas, a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas), que traduziu para o português pela primeira vez o livro de Miguel Altieri

---

<sup>10</sup> É interessante destacar que, nos anos 1970 e 1980, entre os movimentos populares do campo e as tecnologias alternativas coincidem como mediador a Igreja Católica e Protestante (a luterana em específico), fundamentais na organização dos povos do campo vulnerabilizados pela ditadura militar (LUZZI, 2007).

(1989) *Agroecologia, bases científicas para uma agricultura sustentável*. A partir dos anos 1990 as correntes de agricultura alternativa passariam a ser reunidas em torno do termo Agroecologia (LUZZI, 2007).

Sem abordar aqui a consolidação da Agroecologia como ciência, a Agroecologia foi descrita por diversos autores também como práticas agrícolas (assunto do próximo capítulo) e também como movimento social (BRANDENBURG, 2002, ALMEIDA, 2003, WEZEL *et al*, 2009). Norder *et al* (2016) destacam ainda a polissemia da Agroecologia, sobretudo ao adicionar o Estado como promotor de políticas públicas e do ensino de Agroecologia e por consequência tensionando sentidos.

Disto decorre dois fenômenos. Primeiro, é destacar que uma série de organizações governamentais e não governamentais, atores coletivos e individuais, reivindicam o significado da Agroecologia em práticas que se opõem, para mais ou para menos, às formações discursivas hegemônicas. Em segundo, é interessante notar, que ao reivindicarem a Agroecologia como projeto, existe um processo de significação articulatória que convida os atores a estabelecer um significado representativo para a Agroecologia para si e para além de si. Processo este que conta com alguns atores de vanguarda.

Em sua pesquisa Luzzi (2007) detalha os principais atores construtores do “movimento agroecológico”, sendo estes as ONGs, os movimentos sociais populares do campo e as instituições de pesquisa e extensão rural. A autora relata que em meio as crises do debate sobre a Agroecologia do fim dos anos 1990, foi projetado um encontro nacional resultado da articulação de uma ampla gama de atores articulados a fim de ampliar os espaços de debates e encontros de experiências em agroecologia. Assim, em 2002 foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), no Rio de Janeiro. A plenária final do ENA I aprovou uma carta política que instaurava a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) (LUZZI, 2007).

Neste sentido, a ANA é uma iniciativa que reúne organizações da sociedade civil, movimentos sociais, pesquisadores e agricultores em um esforço conjunto para promover mudanças na agricultura brasileira. A ANA atua na esfera política, influenciando políticas públicas e promovendo mudanças nos sistemas de produção e consumo de alimentos. Através de mobilizações, campanhas e pressões junto aos órgãos governamentais, a articulação busca ampliar o reconhecimento e o apoio à

Agroecologia, bem como garantir direitos e melhores condições de vida para os agricultores familiares. A perspectiva política da ANA também está relacionada à defesa da participação democrática e da construção coletiva de conhecimentos. A articulação busca fortalecer a autonomia das comunidades, valorizando seus saberes tradicionais e estimulando a troca de experiências entre agricultores e pesquisadores (ANA XXXX).

Com isto, pode-se considerar que organizações como a ANA, mas não somente, atuam na tarefa de construir pontos nodais, articulações, que não somente antagonizam com o Agronegócio, mas também, e como consequência, disputam práticas e signos de sistemas agroalimentares.

Findo este processo de caracterizar as formações discursivas hegemônicas e contra-hegemônicas, isto é, apresentar quem são e qual a gênese dos atores sociais responsáveis pela construção dos discursos, agora é possível realizar a análise do discurso de tais atores, como será feito a seguir.

#### 4.3 ANÁLISE DO DISCURSO: METODOLOGIA

No capítulo 3, foi exposto a concepção de análise do discurso aqui almejada. Lá foi argumentado a favor de uma concepção não-dicotômica da relação entre o mundo material e o mundo das ideias, mas sim dual. A esta dualidade foi chamada de díade, a díade entre a prática e o significado. Neste caminho, foi versado sobre o papel das práticas na construção de significados e na recursividade e reflexividade que existe entre a construção do sujeito e os sistemas de práticas e signos que existem anterior e além do sujeito, mas também de como o sujeito é capaz de ativamente (re)construí-las a partir de certas condições. Foi destacado que, apesar de toda prática existir no discurso, existem também práticas específicas de produção de discursos. No tópico 4.2 destacou-se quais seriam, em linhas gerais, os atores centrais responsáveis pela produção de discursos capazes de disputar sistemas de práticas e signos de sistemas agroalimentares. Enfim, foram eleitos os atores que importam ao objetivo de pesquisa, os movimentos sociais.

Os movimentos sociais possuem a característica de proporem sistemas de representação (e, portanto, ideologias), e possuem, para mais ou para menos, capilaridade entre as bases sociais assim como, serem responsáveis por articular sujeitos por meio de formações discursivas. Tais formações discursivas tem o papel

de disputar a maneira como os atores constroem práticas e dão sentido a estas práticas, reforçando, por vezes, ideologias hegemônicas e, por outras, construindo ideologias contestatórias.

Então, ao longo do tópico 3.2 pôde-se elencar quais são, primeiramente, os atores que reivindicam a construção discursiva hegemônicas e, posteriormente, a materialização do antagonismo frente à hegemonia, os atores responsáveis pela construção discursiva de um movimento contestatório, ou contra-hegemônico. Como ficará evidente, o antagonismo a ser estudado possui uma importante dimensão prática (ou material) que são as lutas por apropriação e reapropriação social da natureza e o papel que os sistemas agroalimentares têm na relação sociedade e natureza frente a questão ambiental.

Neste ínterim, inspirado em Fairclough (2012), a Análise do Discurso que será realizada segue metodologicamente as tarefas de: a) identificar os pontos nodais onde se consolidam de maneira articulada formações discursivas antagônicas; b) identificar as contradições da qual o antagonismo deriva e, por consequência, sob quais discursos repousam a positividade diferencial (formação ideológica) necessária para existência de tais formações discursivas; c) considerar as relações desiguais de poder na produção e reprodução discursiva e; d) construir o cenário de luta ideológica nos sistemas agroalimentares.

Este processo será feito com base na análise de documentos publicados por duas organizações representativas do antagonismo em questão: a ABAG como representante do grupo hegemônico; e a ANA como representante do grupo contra-hegemônico. Os documentos escolhidos prezam pela atualidade, relevância no tema e capacidade de síntese das disputas de posições dos sujeitos. Por isso, os dois documentos escolhidos são resultado de congressos nacionais, tanto da ABAG quanto da ANA.

#### 4.3.1 Dos documentos

Como documento típico de formações discursivas hegemônicas foi escolhido os Anais do 20º Congresso Brasileiro do Agronegócio ocorrido no ano de 2021. Este documento não é o mais recente. Em 2022 e 2023 ocorreram o 21º e o 22º congressos, respectivamente. Entretanto, a escolha pelo “penúltimo” Anais publicado é por este evento abordar como temática central a questão ambiental e a sustentabilidade, representando assim o cerne temático deste trabalho que são as

lutas por apropriação e reapropriação social da natureza. Com o título Nosso Carbono é Verde, o 20º Anais da ABAG possui 70 páginas, das quais 16 páginas são destinadas a publicidade de marcas de multinacionais de insumos agrícolas, multinacionais montadoras e bancos. O evento é realizado pela ABAG em parceria com a B3. A B3 é uma bolsa de valores brasileira considerada em 2017 a quinta maior bolsa de mercado de capitais e financeiro do mundo (MOREIRA, 2017)<sup>11</sup>.

Dividido em 16 tópicos, o documento conta com a exposição de atores lideranças do agronegócio brasileiro, desde políticos a CEO's de empresas. Dentre os tópicos, conta com três painéis debatedores, sendo eles: Painel 1 – Energia Limpa e Sustentável; Painel 2 – Brasil Verde e Competitivo; Painel 3 – O Futuro do Agro no Comércio Mundial. Além de ser fruto da parceria entre a ABAG e a B3, o evento conta com o Patrocínio “Master” de oito empresas nacionais e multinacionais, sendo estas duas do setor da agroindústria de carnes, cinco empresas multinacionais do setor de insumos (agrotóxicos, fertilizantes e sementes) e um banco nacional de capital aberto. Além das oito empresas citadas, o documento registra somente com o termo Patrocínio, logo abaixo, mais dezoito (18) empresas, dentre estas, uma autarquia ligada ao Ministério das Relações Exteriores, uma corretora norte-americana de ações, três multinacionais montadoras de caminhões e máquinas agrícolas, uma do setor da agroindústria de carnes, três bancos de capital aberto, uma multinacional da indústria petroquímica, uma multinacional do ramo de processamento de embalagens, cinco empresas multinacionais do setor de insumos e uma cooperativa agropecuária brasileira e o sistema de cooperativas do Brasil.

Já o documento escolhido para analisar os discursos contra-hegemônicos foi a Carta política do IV ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) organizado pela ANA. Foi o último evento organizado pelo movimento, realizado em Belo Horizonte (MG), no ano de 2018. O documento é ilustrativo pois 2018 marca o início do governo Bolsonaro no Brasil, quem, desde a campanha eleitoral se colocou como inimigo dos movimentos sociais populares do campo. A Carta Política do IV ENA possui 23 páginas e é assinado coletivamente pelos participantes do evento. Organizado em 16 tópicos, o documento aborda uma série de questões envolvendo

---

<sup>11</sup> [Fusão entre BM&FBovespa e Cetip cria a B3, 5ª maior bolsa de valores do mundo | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](http://ebc.com.br)

os sistemas agroalimentares, tanto do ponto de vista de uma análise de conjuntura, quanto do ponto de vista de um programa de ações para os próximos anos.

O IV ENA contou com a presença de mais de 10 mil pessoas em 4 dias de evento, de todos os estados brasileiros e mais representantes de cooperação internacional e aliados da agroecologia vindos de 14 países da América Latina, Caribe e Europa. Com o tema Agroecologia e democracia unindo campo e cidade, o evento ocorreu no Parque Municipal de Belo Horizonte (MG) sinalizando o empenho se comunicar com o espaço urbano e com os povos da cidade. Assinam como comissão organizadora do evento 18 movimentos e redes nacionais, 8 movimentos e redes regionais somando-se aos coletivos, grupos de trabalho e núcleo executiva da ANA. O evento foi patrocinado pelos Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Governo do Estado de Minas Gerais, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Governo Federal e incentivado pelo programa Mais Cultura do Governo de Minas Gerais. O evento é apoiado por 24 entidades, entre fundos para proteção do meio ambiente, ONG's internacionais, organizações religiosas e entidades estatais. Ainda, o IV ENA contou com um financiamento coletivo com o objetivo de captar R\$ 100 mil, meta que foi concluída e ultrapassada em R\$ 7 mil.

#### 4.3.2 Nuvem de palavras (wordcloud) como ferramenta de análise do discurso

As nuvens de palavras, ou Word Clouds, são ferramentas visuais capazes de representar e explorar padrões, tendências e temas presentes em um texto. Essa técnica gráfica é particularmente útil quando se deseja identificar palavras-chave e visualizar sua frequência relativa, destacando as principais ideias, tópicos e termos mais frequentes no discurso. Palavras de maior relevância e ocorrência são exibidas em tamanho maior, enquanto palavras menos comuns aparecem em tamanho reduzido, permitindo uma rápida percepção dos temas predominantes (RIVADENEIRA *et al* 2007, VILELA *et al*, 2020).

A formação das nuvens de palavras é empregada como uma técnica complementar à análise lexical. A análise lexical consiste em estudar as palavras e seus elementos constituintes em um texto, com o objetivo de extrair informações relevantes, como a sintaxe e a semântica. Em outras palavras, a análise lexical é responsável por transformar uma sequência de caracteres em unidades léxicas,

como palavras, símbolos, operadores ou constantes (RIVADENEIRA *et al* 2007, VILELA *et al*, 2020).

Na análise do discurso, a ferramenta nuvens de palavras tem o intuito de revelar diferentes sentidos dos textos, destacando as palavras associadas a significados positivos ou negativos. Também será útil como critério de análise comparativa, permitindo identificar palavras exclusivas que ocorrem em um documento ou as que estão ausentes, auxiliando na compreensão das características distintas de cada conjunto.

Para a realização da nuvem de palavras foi utilizado o site gratuito [www.wordclouds.com](http://www.wordclouds.com). Os documentos foram inseridos no ícone “Extract words from PDF document”. No ícone “Edit” foram excluídas palavras como artigos e preposições, e foi editado palavras distintas, porém com mesmo sentido (por ocorrência de escrita diferente ou erro de escrita). Foram excluídas todas as palavras com menos de 6 ocorrências. No item “Shape” foi escolhido o mapa do Brasil para organização dos dados de ambos os documentos. Já no item “Colors” foram escolhidas paletas de cores diferentes na produção da imagem. Enfim, no item “Create Cloud” o site processa o texto e cria a nuvem de palavras com base nas preferências definidas. Após a criação da nuvem a imagem foi exportada no formato PNG.

#### 4.3.3 Tematização do antagonismo

A partir do auxílio da ferramenta nuvem de palavras ficará evidente em quais âmbitos os discursos se apresentam de maneira antagônica. Poderá ser evidenciado na disputa de sentidos de um mesmo termo ou na utilização de termos diferentes para disputar sentidos próximos ou até mesmo na presença/ausência de termos que irão sugerir formas de positivar ou negativar/ignorar certos debates.

Ao fim da análise da nuvem de palavras será possível estabelecer uma introdução ao antagonismo, mas ainda faltará um aprofundamento do embate das narrativas. Para cumprir com este processo será proposto uma categorização temática prévia, isto é, serão eleitos temas centrais presentes nos dois documentos os quais possibilitarão aprofundar os argumentos dos atores díspares.

Destarte, a caracterização proposta está orientada por quatro temas centrais: a) Questão ambiental e a relação com mercado(s); b) Narrativas de

representatividade e (in)visibilidade de sistemas agroalimentares; c) Segurança alimentar em disputa e d) Energia, natureza e conflito territorial entre sistemas agroalimentares.

#### 4.4 ANÁLISE DO DISCURSO: EXECUÇÃO

##### 4.4.1 Nuvem de palavras em debate

Como expresso em outros momentos, os documentos analisados são interpretados como discursos. Tais discursos possuem a especificidade de disputar a forma como atores significam seus sistemas agroalimentares. Isto ocorre, sobretudo, pela capacidade que os atores que constroem o discurso, organizações e movimentos sociais, têm de articular atores imersos em sistemas agroalimentares. O que faz com que esses discursos estruturalmente delimitados, isto é, formações discursivas, ajam (ou pretendam agir) como sistemas de representação.

Neste contexto, na FIGURA 3 consta a nuvem de palavras elaboradas a partir do CBA (2021). É possível, visualmente, identificar rapidamente algumas palavras que foram as mais frequentes no documento. Ao “passar os olhos” destacam-se palavras como *agronegócio*, *Brasil*, *carbono*, *mundo*, *brasileiro*, *mercado*. E quando se procura por mais palavras é possível ler *ESG*, *sustentabilidade*, *sustentável*, *empresas*, *agro*. Assim, a nuvem de palavras cumpre seu papel metodológico de correlacionar a frequência das palavras no texto e o tamanho em que ela está representada. É preciso destacar que a mudança de cor e/ou fonte da letra não é representativa da frequência, mas sim um recurso estético oferecido pelo próprio site.

Assim, ao considerar a frequência das palavras como as anteriormente elencadas, *agronegócio* (81), *Brasil* (108), *carbono* (62), *mundo* (49), *brasileiro* (59), *mercado* (31), *ESG* (23), *sustentabilidade* (35), *sustentável* (22), *empresas* (23), *agro* (24), é possível tecer algumas considerações.



CO<sub>2</sub> para atmosfera ao promover a degradação da matéria orgânica do solo, prática esta corriqueira da agricultura convencional resultado da aração e gradagem dos solos. Assim como o CO<sub>2</sub>, outros gases liberados na atmosfera são incrementadores do efeito estufa, um grande causador das mudanças climáticas.

O período de ocorrência do 20º CBA é o 16º mês de pandemia do vírus COVID-19 e o 3º ano de governo Bolsonaro. Este período está marcado por inúmeras atrocidades contra a natureza e povos e comunidades tradicionais. A título de exemplo, em agosto de 2019 se dá na região amazônica uma ação orquestrada para a queima coordenada de pontos de florestas, de pastagens e áreas invadidas (MACHADO, 2019). O que ficou conhecido com o “Dia do Fogo” revela uma das principais fronteiras agrícolas de interesse à Bolsonaro e seus aliados, a Floresta Amazônica, apresentando em 2019 um aumento de 82% nos focos de incêndios em relação ao ano anterior sequenciado por um fenômeno estarrecedor, a chegada de uma densa camada de fumaça que escureceu uma das maiores metrópoles do país, São Paulo, localizada aproximadamente à 2.500 quilômetros do foco dos incêndios (DANTAS, 2019). Dados constata que na Amazônia brasileira, entre janeiro de 2019 e janeiro de 2020, houve um aumento de 74% do desmatamento (FONSECA et al, 2020).

Neste contexto, os Anais do CBA 2021 projetam um afastamento da imagem negativa provocada pelos fatos acima relatados (entre tantos outros), ainda que, em diversos momentos, conste uma série de homenagens e elogios à ministra da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Teresa Cristina, indicada pelo governo Bolsonaro. No início do documento, Marcello Brito, Presidente do Conselho Diretor da ABAG é enfático:

A imagem negativa do país no exterior se consolida. (...). Não precisa ser um mestre em relações internacionais para entender a gravidade dessa situação e os possíveis impactos no longo prazo sobre os produtos com a marca *made in Brazil*. (CBA, 2021, p.8).

O presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), deputado Sérgio Sousa, é o interlocutor da seção Melhorar a imagem do Agro, demonstrando a consonância entre a FPA e ABAG em se apropriar do debate da questão ambiental. É neste sentido em que as palavras *sustentabilidade* e *sustentável* aparecem 35 e 22 vezes, respectivamente.

Associar a palavra Agronegócio à sustentabilidade vem sendo uma das principais agendas do discurso hegemônico. E o motivo está expresso na fala de Marcello Brito. Existe uma pressão externa para que as *commodities* agrícolas brasileiras estejam em conformidade, por exemplo, com a conservação da Amazônia, considerado como um patrimônio global. Não é à toa que a palavra *mercado* e *empresas* aparecem no texto 31 e 23 vezes, respectivamente. Isto é, o discurso hegemônico sinaliza uma projeção de que a vanguarda da conservação dos recursos naturais é da iniciativa privada, mas que para isto ocorra os sentidos de sustentável e sustentabilidade precisam ser disputados, como vem sendo desde a ECO-92 (PIERI, 2005) passando pela RIO+20 (FLORIANI, 2016).

Assim surge o termo ESG (*Environment Social Governance*), que aparece no texto 23 vezes. Para o presidente da B3, Gilson Finkelsztain, ESG significa um portfólio de “instrumentos financeiros para viabilizar a canalização dos recursos do mercado de capitais” (CBA, 2021, p.14). A então ministra Teresa Cristina, interlocutora da seção Líder da Agenda Sustentável explica:

ESG, essas três letrinhas direcionam cada dia mais os modelos de negócio e de solução. Aliar melhores práticas de governança, cuidar do meio ambiente e ter responsabilidade social já faz parte do presente. Temos de ampliar essa realidade (CBA, 2021, p.18).

De maneira concomitante, as palavras que mais se repetem no texto são Brasil e agronegócio, 108 e 81 vezes, respectivamente. Ainda, ao associar com a presença da palavra *brasileiro* e *mundo* que apareceram, 59 e 49 vezes, respectivamente, é possível interpretar a dupla agenda de produção de significados para o Agronegócio. O Agronegócio se coloca como representante do principal modelo de sistema agroalimentar do país, associando-se também a uma imagem de pátria, de setor patriótico. Ao mesmo tempo, o discurso se projeta para o “mundo”, isto é, a consolidação na narrativa de que o Agronegócio alimenta o planeta. Não obstante, as palavras *alimentos*, *alimentar*, *alimento*, aparecem no texto 17, 11 e 10 vezes, respectivamente. Alysson Paolinelli, ex-ministro da agricultura durante a década de 70 (período da ditadura militar e de grande expansão da modernização da agricultura), homenageado no evento e candidato ao Prêmio Nobel daquele período expõe suas expectativas: “Essa é uma responsabilidade que sentimos muito

grande, de não perdermos esse movimento de colocar o Brasil no primeiro mundo na produção de alimentos” (CBA, 2021, p.23).

Este sentido de representatividade nacional está implícito na ausência da palavra familiar, adjetivo de agricultura familiar. Quando o texto se refere à agricultura familiar, menciona como pequenos produtores, sendo que, utilizada neste sentido, a palavra pequeno (s) aparece 7 vezes. Este fator corrobora o argumento explorado nos capítulos 1 e 2 de que o Agronegócio não se projeta de maneira oposta à agricultura familiar, mas sim reivindica sua representação.

Em grande medida, o destaque dado às palavras de maior ocorrência justifica a escolha dos temas de caracterização do antagonismo entre as formações discursivas. Critério que é reforçado por uma análise da nuvem de palavras da carta política do IV ENA (2018), apresentada na FIGURA 2.

Além da palavra *agroecologia*, que aparece 69 vezes, no documento elaborado pela ANA seguida pelas palavras *povos* (48), *campo* (41), *comunidades* (36) e *tradicionais* (36) ocupam os cinco primeiros lugares de maior ocorrência. Estes dados são ilustrativos do processo dialógico em torno de disputa frente ao Agronegócio, isto é, de positivação de atores sociais marginalizados (povos do campo, comunidades tradicionais etc.), mas também um processo de reivindicação da representatividade de tais atores sociais. Como consequência, se dá a denúncia e a disputa na interpretação da realidade socioambiental de sistemas agroalimentares, uma vez que o discurso hegemônico se pretende universal, o discurso contra-hegemônico revela a exclusão e a marginalização de outros sistemas agroalimentares que existem no espaço rural brasileiro. O reconhecimento da heterogeneidade do espaço rural brasileiro também consta nas palavras *indígenas* (19), *quilombolas* (11) e *extrativistas* (6)

Em sequência, a palavra que mais ocorre no texto é *mulheres* (28), possível de identificar na FIGURA 4 no canto superior esquerdo. Novamente, o documento se posiciona ao lado de atores marginalizados, neste caso, fruto da invisibilização e opressão da estrutura hegemônica patriarcal. Tal invisibilização se ilustra pelo fato de o discurso hegemônico contido no Anais (CBA, 2021) não constar uma única vez a palavra *mulheres*. Neste sentido, o discurso de visibilização da carta política do IV ENA não se refere somente a dualidade de gênero (homem e mulher) e a valorização da mulher frente ao patriarcalismo, mas também se refere à divisão



É importante também destacar a ocorrência das palavras *luta*, *território* e *terra*, as quais aparecem no texto 27, 24 e 19 vezes, respectivamente. Tais palavras, associadas à *povos do campo* e *comunidades tradicionais*, remetem ao histórico debate da questão agrária no Brasil, à concentração fundiária e, sobretudo, à luta pela terra e os conflitos fundiários e de acesso aos recursos naturais. Demonstra assim, o debate sobre a Agroecologia proposto pela ANA não dissocia a disputa por sistemas agroalimentares mais sustentáveis (que aparentemente também é uma preocupação do Agronegócio) da luta pela terra, que em outras palavras, é a luta por acesso à recursos naturais.

Associado ao mesmo debate, a ocorrência das palavras *vida* (22) e *direitos* (18), se refere, naturalmente, a luta pela vida e por direitos, a começar, pelo direito de existir. É bem verdade que, além da invisibilização e marginalização, povos e comunidades tradicionais, mulheres e LGBTQIA+ sofrem constantemente violências, palavras esta que no seu singular aparece no texto 10 vezes. Por outro lado, a posituação dos sujeitos marginalizados, então, ocorre na esfera do direito à vida e, portanto, na coexistência não violenta entre os sistemas agroalimentares. Não à toa que a palavra *diversidade* aparece no texto 11 vezes.

O antagonismo que se evidencia pela palavra violência também se evidencia na recorrência da palavra *agrotóxico* (12) e *agronegócio* (7). Na carta política do IV ENA o Agronegócio consta como um adversário explícito, não somente porque representa (ou pretende representar) o sistema agroalimentar dominante, mas também porque reproduz um projeto de agricultura violento e excludente como vem sendo possível destacar. O debate proposto pela *Campanha Permanente contra o uso de agrotóxicos e em defesa da vida*, iniciativa dos movimentos sociais apoiada pela ANA, refere-se a um outro modo de fazer agricultura na qual repousa a Agroecologia, onde uma agricultura baseada no uso de agrotóxicos não consegue coexistir com a sustentabilidade.

Neste contexto é importante mencionar um antagonismo da conjuntura política brasileira. A celebração do IV ENA, em 2018, não podia prever quase dois anos de pandemia do COVID-19 que enfrentaríamos a partir de 2020, mas ali continham prospecções para o drama nacional. Isto porque, no ENA (2018) também consta a denúncia contra o *coup d'état* ocorrido em 2016 no Brasil. Assim, as palavras *democracia* e *golpe* aparecem no texto, 16 e 9 vezes, respectivamente, em

específico a palavra democracia consta no título do IV ENA, firmando o compromisso da Agroecologia em defesa da democracia e em denúncia ao golpe de Estado que provocou o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Roussef e abriu espaço para a eleição de um governo de extrema direita.

Como forma de posituação de sua retórica sobre a questão ambiental a carta política do IV ENA (2018) reforça a palavra *comuns* (9). Neste sentido, a riqueza natural de um país tropical como o Brasil não potencializa divisas no comércio internacional, mas sim é um bem comunal e pode ser ilustrado pelo título de um dos tópicos do texto *Biodiversidade: bens comuns, soberania alimentar e territorial dos povos do Brasil*. Aqui, o documento encontra uma mesma arena de disputa com o CBA (2021) que se refere ao projeto de país. De maneira oposta ao discurso hegemônico, o ENA (2018) expõe uma preocupação com a *saúde* (18) dos *povos* (48) do *campo* (41) e da *cidade* (25). A recorrência da palavra *cidade* reflete a disputa de consciência dos atores do espaço urbano, majoritariamente consumidores de bens alimentícios disseminando a ideia de que não é possível haver *segurança* (10) *alimentar* (16) frente a contaminação de alimentos por agrotóxicos.

A sociedade brasileira deve refletir acerca dos riscos que estão associados à continuidade do atual modelo de agricultura e de ocupação dos espaços rurais, que compromete os modos de vida das populações que trabalham e vivem no campo, como também a capacidade das populações urbanas de enfrentar os efeitos entrelaçados da crise econômica e ambiental. Reafirmamos a necessidade do reconhecimento da biodiversidade como um bem comum e como um componente fundamental na construção de alternativas sustentáveis de produção e consumo, que nos permite valorizar práticas em andamento e vislumbrar caminhos futuros (ENA, 2018, p. 21)

Enfim, é possível destacar que o conjunto de palavras *experiências*, *prática* e *saberes*, que se repetem no texto 22, 18 e 9 vezes respectivamente, sinalizam a postura política da concepção epistemológica da Agroecologia. Ou seja, ainda que a Agroecologia se reivindique como uma ciência, sua posição epistemológica pautada pela ANA está ancorada no diálogo do conhecimento científico e as experiências, práticas e saberes dos povos originários, comunidades tradicionais e agricultores familiares. Posição diametralmente oposta à ecotecnocracia<sup>12</sup> do discurso

---

<sup>12</sup> Termo cunhado pelos agroecologistas brasileiros Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber em *Agroecologia: alguns conceitos e princípios* (CAPORAL; COSTABEBER, 2004)

hegemônico, dado que *tecnologia* é uma palavra que aparece 16 vezes no documento CBA (2018).

#### 4.4.2 Antagonismo em temas: Questão ambiental e a relação com mercado(s)

Como mencionado, a questão ambiental é o tema central do Congresso Brasileiro do Agronegócio de 2021. A aliança da Abag e da B3 na produção do CBA (2021) é ilustrativa da margem de poder que sua formação discursiva emite. Ainda que o documento esteja distante da sustentabilidade praticada pelos atores dominantes, este significa uma vanguarda, uma tendência. A tendência expressa pelo CBA (2021) segue o discurso hegemônico global de precificação dos serviços ambientais e de adoção de tecnologias de menor impacto ambiental, ditas verdes.

Neste sentido, o mercado funciona como um regulador da degradação ambiental ao mesmo tempo que proporciona divisas a quem negocia seus ativos ambientais a possíveis poluidores. Assim, o CBA (2021) procura construir articulações com atores dominantes globais se alinhando com as mesmas políticas ambientais que tendem à financeirização da natureza para fugir da catástrofe ambiental.

Cabe aqui então perguntar, dentro da heterogeneidade de sistemas agroalimentares, quais são os atores capazes de operar no mercado financeiro? O discurso hegemônico que se pretende universal não revela tal resposta.

Por outro lado, é sabido que existem múltiplas práticas que constam no cerne da questão ambiental e são oriundas dos modos de vida de atores híbridos e de borda. Estas práticas são reconhecidas e reproduzidas pelo ENA (2018):

Geodésicas de bambu, reciclagem popular de resíduos em parceria com movimentos de catadores/as, alimentos ecológicos produzidos, preparados e servidos por trabalhadores/as sem terra, tenda da saúde com práticas terapêuticas populares, ciranda infantil, trocas de sementes, feira de saberes e sabores com produtos dos territórios conquistados e defendidos e partilha de conhecimentos, valorizando as culturas populares, são expressões da economia do cuidado, da reciprocidade e da solidariedade. Essas práticas vivenciadas em nosso Encontro demonstram como a agroecologia é central para a construção de outras economias e outras relações sociais que se opõem à privatização dos bens comuns e à mercantilização da vida próprias da lógica do capital (ENA, 2018, p.43)

O que não quer dizer que o discurso contra-hegemônico é avesso ao mercado. Pelo contrário, está presente na posição expressa pelo ENA (2018) a

compreensão da heterogeneidade de sistemas agroalimentares em uma revigorada análise sobre o papel das trocas na vida rural, agora, sob a noção de *construção social de mercados*. Aqui, mercados, no plural, repousa em uma sofisticada interpretação de que mercados são ativamente construídos por atores sociais, muito além de um mercado, no singular, abstrato e com uma mão invisível. Neste sentido, os mercados contribuem para a conexão campo-cidade subsidiados por outros valores, como a confiança e a qualidade, que dizem respeito à postura dos produtores frente à natureza, além de serem uma importante forma de distribuição de renda (ENA, 2018).

Outro ponto antagônico importante de se destacar neste tema é com relação ao papel que a natureza cumpre na estratégia política de cada movimento social. É histórico o papel que a natureza latino-americana cumpriu na acumulação de poder dos atores dominantes desde a colonização, haja visto, para citar poucos exemplos, o pau-brasil, o ouro e a prata, a cana-de-açúcar. Agora que a questão ambiental se torna central na agenda global, a natureza assume novos papéis para os atores dominantes. Se antes a natureza era um passivo, agora é um ativo financeiro. Isto ocorre de duas maneiras, e está explícito no Painel 2 do CBA 2021: *O Brasil Verde e Competitivo*. Tanto os atores dominantes têm interesse em cumprir metas de conservação ambiental para certificar seus produtos e melhorar a imagem do país frente aos consumidores internacionais, quanto os próprios recursos naturais tornaram-se objeto de rendimento financeiro através de ações na bolsa de valores. Esta mudança de direção traduz um processo de ressignificação da natureza para os atores dominantes, mas que não fere sua posição hegemônica.

De maneira oposta, é central na agenda do ENA (2018) a compreensão da natureza como um bem comum. Nesta perspectiva, os movimentos compreendem que o caráter sectário de apropriação da natureza pelos atores dominantes se perpetua a medida em que ressignificam e incorporam a questão ambiental. Ao destacar a questão da água, por exemplo, o ENA (2018) se opõe às estratégias de privatização dos sistemas de abastecimento e saneamento destacando que a gestão da água deve ser um “bem comum a serviço dos povos!” (p.17). O mesmo se aplica a biodiversidade. Segundo o discurso contra-hegemônico, a biodiversidade é um patrimônio cultural dos povos e somente como um bem comum é possível alcançar a soberania nacional (ENA, 2018).

#### 4.4.3 Antagonismo em temas: Segurança alimentar em disputa

Um tema bastante controverso de oposição entre os discursos hegemônicos e contra-hegemônicos é o da segurança alimentar. Existe uma forte confiança no discurso hegemônico que a produção e circulação de alimentos orientados para exportação, comercializados como *commodities*, são fundamentais para segurança alimentar, tanto do Brasil quanto do globo. O documento CBA (2021), ao homenagear Alysso Paolinelli, ilustra bem a construção desta narrativa:

Até os anos 70, o Brasil importava alimentos básicos. Então, Paolinelli assumiu o Ministério da Agricultura e, junto com seus amigos do próprio Ministério, da Embrapa e de institutos de pesquisa no Brasil inteiro, montou um programa de tecnologia tropical sustentável. Nesses 50 anos, o Brasil se transformou num dos maiores exportadores mundiais de alimento, energia e fibras. Exportamos para mais de 170 países e temos o maior saldo comercial da agropecuária do planeta (CBA, 2021, p.22)

É possível interpretar que o significado de segurança alimentar está ligado, mais uma vez, a capacidade do país ofertar *commodities* no mercado internacional. A preocupação por qualidade consta no texto, na voz de diversos interlocutores, a partir, sobretudo, da cobrança dos consumidores. Entretanto, o texto não explica como será viabilizado o aumento de qualidade da produção agrícola, tão somente, que é necessário otimizar os recursos naturais e adentrar na agenda ESG.

Apesar do Brasil ter expressado um número assustador de pessoas em insegurança alimentar no período de ocorrência do 20º CBA (explicitados no início do capítulo 1), a palavra *fome* aparece no texto uma única vez, no que parece ser um lapso de senso crítico da apresentadora Renata Maron: “Lamentavelmente, durante a maior safra 2020/21, também enfrentamos a maior fome.” (CBA, 2021, p.7).

Se por um lado os movimentos sociais que compõem a ANA não podiam prever a crise humanitária que a pandemia do COVID-19 geraria, por outro, propunham uma análise de conjuntura que se agravou com o passar dos anos. Após o golpe de Estado que culminou com o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, a economia que já tinha estagnado seu crescimento segundo os ditames da economia neoclássica, retoma o projeto neoliberal sob o governo ilegítimo de Michel Temer, consequentemente aprofundando históricas mazelas sociais de países periféricos, como a fome.

O número de assassinatos de companheiros/as, trabalhadores/as rurais sem-terra, indígenas, quilombolas, posseiros/as, pescadores/as, assentados/as, dentre outros, cresceu bruscamente a partir de 2015. Segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra, somente em 2017 ocorreram 71 assassinatos, mais que o dobro quando comparado a 2013 e o maior número desde 2003. Os números relacionados à violência contra as mulheres, LGBTIs e jovens negros/as das periferias urbanas também se multiplicam. Assistimos a manifestações explícitas de machismo, de racismo e de tantos outros preconceitos. *O flagelo da fome volta às manchetes*. O número de desempregados/as e de desalentados/as não para de subir. Ondas de conservadorismo se disseminam na sociedade, impulsionadas por um perfil de mídia que desinforma, despoltiza e estimula a intolerância (ENA, 2018, p.8, grifos nossos).

Frente a citação recém exposta do discurso hegemônico, um leitor desatento diria que os atores mencionam países diferentes. Antes fosse o caso. Narrativas distintas de interpretação sobre o espaço rural brasileiro estão em disputa e a segurança alimentar é uma grande arena. A segurança alimentar tratada pelo ENA (2018) integra, não somente a distribuição do alimento como medida emergencial contra a fome, mas também enfrenta contradições mais complexas como a distribuição de renda, o acesso aos recursos naturais para que os povos do campo possam reproduzir suas culturas e produzir alimentos para sua família e para as famílias da cidade. E vai além. O ENA (2018) trata de uma palavra ignorada pelo CBA (2021) que é a *soberania alimentar*, isto é, o direito de decidir como produz seu alimento e qual alimento produz de acordo com sua cultura. Segundo os movimentos:

Os sistemas alimentares que queremos são aqueles que produzem comida de verdade no campo e na cidade, que valorizam a agrobiodiversidade, os alimentos *in natura* e regionais, com o protagonismo das mulheres, o respeito à ancestralidade negra, indígena e às tradições de todos os povos e comunidades tradicionais, além do resgate das identidades, memórias e culturas alimentares próprias da população brasileira. Comida de verdade não mata nem por veneno, nem por conflito (ENA, 2018, p.11).

Uma vez que é possível analisar a concepção multidimensional e interseccional apresentada pelo discurso contra-hegemônico, por outro lado, é possível destacar que a disputa pelo conceito de segurança alimentar apresentada pelo discurso hegemônico se dá por um processo de ressignificação baseado no esvaziamento do conceito.

#### 4.4.4 Antagonismo em temas: Narrativas de representatividade e (in)visibilidade de sistemas agroalimentares

Ao longo da análise da nuvem de palavras do documento CBA (2021) foi abordado marginalmente a posição do discurso hegemônico frente a heterogeneidade do espaço rural brasileiro. Lá, foi mencionado que o documento não utiliza termos como, agricultura familiar, camponeses, povos originários e comunidades tradicionais. Quando precisa abordar as diferenças entre produtores o documento leva o debate para o tamanho, pequenos, médios e grandes produtores. Outra utilizada entre os palestrantes do evento para abordar a heterogeneidade de atores é a distinção sutil entre “macro” e “micro”. O ápice do argumento talvez se encontre em uma breve colocação do apresentador William Waack, o “dilema das falsas dicotomias” (CBA, 2021, p.46).

Entretanto, o texto não ignora a importância da agricultura familiar, onde muitos destes constroem suas práticas e significados em sistemas agroalimentares híbridos e de borda, isto é, estabelecendo diferenças culturais com sistemas dominantes. Carolina da Costa, sócia da Mauá Capital, uma corretora de ações na bolsa de valores, incorpora aspectos da heterogeneidade no seu discurso ao ponderar o papel do crédito na produção agrícola:

Na dimensão micro, não podemos acreditar que só se consegue incentivar a produtividade com subsídio de crédito. (...). Só o crédito não é suficiente, pois um quarto da produção e 77% da mão de obra estão nos pequenos produtores (CBA, 2021, p.45-46).

A centralidade da agricultura familiar reaparece na fala de Carlos Augusto Rodrigues de Melo, presidente da Cooxupé (Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé). O palestrante menciona o fato de serem “um corpo formado por 16 mil cooperados, dos quais 90% são pequenos produtores receptores de 90% do valor do produto exportado.” (CBA, 2021, p.55). Neste sentido, pode-se identificar no discurso hegemônico uma tímida valorização da agricultura familiar, mas sem que se estimule o fortalecimento da identidade baseada na diferença, ou seja, o documento CBA (2021) expõe um projeto de disputa da representatividade de atores híbridos (sobretudo) e de borda pela vanguarda dos atores dominantes.

Por outro lado, a diferença cultural, ou mais, a positivação da diferença cultural, é o tom majoritário da carta política do IV ENA (2018). Isto por ser ilustrado pelo fato de o texto tratar não somente de agricultura familiar, aquela capaz de forjar o sucesso de uma cooperativa de café (um ator híbrido típico), mas também o texto se refere à palavra *camponês*, que em suas variações (*camponeses*, *camponesas* etc.) aparecem no texto 12 vezes. A isto, soma-se a já comentada frequência que o texto traz as palavras *povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas*. É também importante destacar a recorrência no texto das palavras *mulher(es)* e *LGBTQIA+*, *negro (a,os,as)* e *trabalhadores sem terra* (ENA, 2018).

Neste sentido, pode-se interpretar que o projeto de representatividade da ANA reconhece a crítica da Ecologia Política latino-americana, isto é, a existência da zona do não-ser, da linha abissal, que sobredetermina as estruturas em dominância constitutivas do processo de construção da diferença, como o racismo, o machismo, a heteronormatividade e a luta de classes. É representativo, então, porque a Agroecologia reivindicada pela ANA se estabelece como um tipo ideal de sistema agroalimentar que, além de propor outra relação sociedade-natureza na produção e circulação de alimentos, visibiliza sistemas de práticas e significados negados, marginalizados, invisibilizados pela formação discursiva hegemônica (ENA, 2018).

A positivação da diferença e, portanto, a evidenciação da arena de luta ideológica resultado das práticas discursivas da ANA e os movimentos aliados, se dá justamente porque a formação discursiva contra-hegemônica não pretende representar os atores dominantes, pelo contrário, sua existência produz uma denúncia dos mecanismos de dominação ao longo da coexistência de diferentes sistemas agroalimentares. De maneira concomitante, o discurso da Agroecologia que advém da ANA e movimentos parceiros, produz tanto a disputa de representatividade de atores subalternos, quanto a disputa política frente a sociedade brasileira de que é possível a coexistência de sistemas agroalimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis.

#### 4.4.5 Antagonismo em temas: Energia, natureza e conflito territorial e ambiental entre sistemas agroalimentares

O painel 1, *Energia limpa e sustentável*, apresentado no 20° CBA (2021), convidada a tematizar este debate extrapolando suas consequências. Primeiro por

seus participantes, a começar pelo CEO da Raízen (empresa do ramo da produção de etanol), Ricardo Mussa, a presidente adjunta da Neoenergia (multinacional espanhola, produz, transmite e distribui energia elétrica), Solange Ribeiro, o Presidente e CEO da Volkswagen Caminhões e Ônibus, Antonio Roberto Cortes, e o CEO global da JBS (empresa do ramo de exportação de proteína animal), Gilberto Tomazoni.

O tom do debate pode ser ilustrado pelo recorte da fala de Antonio Roberto Cortes:

Na iniciativa privada, podemos falar do esforço para não sermos difamados. A cada ano, há melhoria na utilização de combustíveis fósseis, seja gasolina, diesel, gás natural, gás natural liquefeito. De longe, o Brasil usa mais biocombustível, seja o bioetanol, biodiesel, diesel renovável verde, o HVO, ou o biogás e o biometano. Nos elétricos, temos o primeiro caminhão elétrico e a célula de combustível, com utilização de hidrogênio direto ou etanol, fazendo hidrogênio (CBA, 2021, p.34)

Assim, este painel revela importantes conexões entre a pauta da energia e os sistemas agroalimentares dominantes. Primeiramente, porque a cana-de-açúcar é uma das primeiras atividades agrícolas do Brasil colônia e segue, agora, associada à relevante indústria sucroalcooleira nacional e internacional. Mas também porque ali se debate o modelo majoritário de logística e transporte das safras, que é o modelo viário. Já o ramo da produção e exportação de proteína animal, juntamente às montadoras internacionais, são conhecidos historicamente por terem altos índices de emissão de CO<sub>2</sub>, sendo que, a pecuária possui nuances específicas, como a conexão com o desmatamento, a poluição de cursos hídricos, entre outros. E de maneira menos evidente temos o setor de produção, transmissão e distribuição de energia, a qual necessita de amplas extensões de terra e a concessão de direitos de uso de recursos naturais para construção de barragens, parques eólicos e para as linhas de transmissão. Ainda, repousa no setor privado elétrico uma confiança de gestão dos recursos naturais, como fica evidente na fala de Solange Ribeiro: “A privatização da Eletrobras segue o modelo de como a *commodity* funciona, com o governo no papel da regulamentação” (CBA, 2021, p.34).

O que não está aparente no documento produzido pela ABAG é que o conjunto de atores debatedores sobre energia limpa são atores centrais na luta por apropriação dos recursos naturais e, portanto, estão no cerne dos conflitos

territoriais e ambientais no país. Isto ocorre, em grande medida pelos motivos expostos no tópico anterior, em função da invisibilidade e negação a qual os sistemas agroalimentares híbridos e de borda estão sujeitos. Tanto dentro de uma perspectiva juridicamente legal, como no caso da construção de barragens, ou ilegais, como no caso do desmatamento, os sistemas agroalimentares marginalizados estão sujeitos à pressão de monoculturas e parques energéticos, quando não estão sujeitos processos de desapropriação de seus territórios e recursos naturais.

É neste sentido em que o IV ENA conecta os conflitos territoriais e ambientais ao direito à vida. Ou seja, as disputas por reapropriação social da natureza, na perspectiva dos povos do campo, das águas e das florestas, são, na verdade, disputas pelo direito de existir. Isto quer dizer que os conflitos territoriais e ambientais não são meras batalhas econômico-jurídicas entre empreendimentos, mas sim, são violências materiais e simbólicas, são atentados às vidas concretas, culturais e espirituais de sujeitos marginalizados. Esta conjuntura, que é histórica, é vivida como um período de avanço durante a ocorrência do IV ENA, como explicita o recorte:

O número de assassinatos de companheiros/as, trabalhadores/as rurais sem-terra, indígenas, quilombolas, posseiros/as, pescadores/as, assentados/as, dentre outros, cresceu bruscamente a partir de 2015. Segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra, somente em 2017 ocorreram 71 assassinatos, mais que o dobro quando comparado a 2013 e o maior número desde 2003. Os números relacionados à violência contra as mulheres, LGBTIs e jovens negros/as das periferias urbanas também se multiplicam. (ENA, 2018, p.8)

Note leitor, que o relato acima não menciona ofensas, disputas ou desastres, e sim assassinatos, são vidas ceifadas de sujeitos envolvidos em conflitos no campo. Portanto, a Agroecologia pautada pela ANA segue um compromisso com os direitos à terra e ao território sob uma outra perspectiva à gestão privada, a perspectiva de que a sustentabilidade dos recursos naturais depende da gestão comunitária, isto é, o direito de acesso ao território e aos recursos naturais, a reapropriação social da natureza por sujeitos marginalizados, é, ao mesmo tempo, o direito dos povos do campo existirem é vital aos povos da cidade (ENA, 2018).

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim do processo de análise do discurso é possível constatar o caráter simbólico e semiótico da disputa por apropriação e reapropriação social da natureza. Isto ocorre porque as formações discursivas analisadas têm o papel de, a partir de sua retórica, construir articulações entre atores a fim de se constituir como um bloco histórico coeso e assim, num movimento simultâneo, representar atores e ganhar poder na arena política.

No caso analisado a arena política é aquela que resulta da questão ambiental. Está claro para as formações discursivas analisadas uma compreensão positiva da questão ambiental, ou seja, os atores responsáveis por construir a retórica não negam a questão ambiental, mas sim a incorporam nos seus projetos ideais de sistemas agroalimentares. E o fazem de maneira distinta.

Ao longo da análise pela nuvem de palavras e pelos temas centrais foi possível destacar que a ABAG e parceiros, autores da formação discursiva hegemônica analisada, seguem tendências do debate geopolítico global sobre a questão ambiental, ecoando palavras consolidadas nos países centrais do capitalismo, como ESG, as quais procuram equacionar o mesmo padrão de acumulação e circulação privada de capitais com técnicas, tecnologias e retóricas de vanguarda no campo da sustentabilidade.

Tal formação discursiva se compreende como ideologia porque se pretende como um sistema de representação. Entretanto é uma ideologia típica, porque reivindica a representação homogênea dos sistemas agroalimentares. Isto é, o discurso dos atores hegemônicos se apresenta como o tipo ideal de sistema agroalimentar a ser seguido por todos os atores, sejam eles “grandes, médios ou pequenos”. Ademais, o discurso hegemônico se revela alinhado às estruturas em dominância, sobretudo, quando se nota a ausência das diferenças culturais em sua retórica. Neste sentido, o discurso hegemônico se mostra cúmplice silencioso dos aparatos de dominação de classe, gênero, do racismo e colonialidade, mas também da objetificação da natureza, ainda que incorporando a questão ambiental, mas subordinada à sua racionalidade tecnoprodutiva.

É verdade que no discurso da ABAG e parceiros não há apologia à violação de direitos nem estímulo à violência. No entanto, frente à escalada de conflitos no campo, não há também qualquer menção de repúdio ou pedido de paz. Por outro

lado, desde o *impeachment* da presidenta Dilma, em 2016, se consolidou uma aliança entre o que se tornou conhecido como Bancada do Boi, da Bíblia e da Bala, isto é, a articulação entre congressistas do Agronegócio, congressistas ligados à Igrejas Evangélicas e congressistas ligados à indústria bélica (PEREIRA *et al*, 2022).

Somam-se ainda, os discursos contra o desmatamento ilegal e a proteção da Amazônia, o que ficou constatado no texto, *ipsis literis*, que se trata de uma reparação da imagem dos atores dominantes frente à comunidade internacional. Este fator reforça o papel da geopolítica dos países do capitalismo central nos interesses de conservação dos recursos naturais de países periféricos. Não é de espantar, portanto, que a aceção positiva da questão ambiental não é um consenso na formação política do Agronegócio (POMPEIA, 2021).

Neste sentido, reforça-se a posição deste trabalho sobre a determinação das ideias dominantes frente a construção subjetiva de atores dominantes e subalternos. A ABAG e parceiros, cumprem um papel de vanguarda dos atores dominantes frente a questão ambiental, o que não quer dizer, deterministicamente, que todo ator dominante (ou mesmo os subalternos), se apropria de uma aceção positiva da questão ambiental. Então, o que se quer dizer com “vanguarda” é que o discurso hegemônico analisado opera como disputa na construção de significado nos sistemas agroalimentares de que é possível manter altos índices produtivos, a acumulação e circulação privada de capitais, a exportação de *commodities* de modo sustentável. O que ressignifica consideravelmente o processo de apropriação da natureza por atores dominantes.

Ressignifica, portanto, conservando as estruturas em dominância, isto é, sem problematizar as contradições implícitas e explícitas do racismo, do machismo, da subalternização de classe, dos conflitos territoriais e ambientais, sobre a fome e a insegurança alimentar nem mesmo sobre as vidas ceifadas e toda repercussão da violência em traumas e cicatrizes conscientes e inconscientes. Daí o papel do discurso contra-hegemônico.

Relembrando as considerações de Laclau e Mouffe (2015), a subordinação e a subalternização são processos de dominação latentes que precisam de um exterior discursivo para se externalizarem como opressão. A Agroecologia, na voz da ANA e de movimentos sociais parceiros, deixa de ser uma agricultura alternativa e possibilita a construção de uma formação discursiva capaz de articular povos das florestas, do campo e das águas num conjunto de denúncia e de *positivação da*

*diferença*. Está ciente da heterogeneidade estrutural dos sistemas agroalimentares e, revitalizada pelas práticas culturais ancestrais hibridizadas, as toma como substrato para um tipo ideal de sistema agroalimentar onde é possível conviver com e na diferença, a partir da ideia radical de que os atores subalternizados têm o direito de existir e de decidir soberana e coletivamente como vão produzir e circular alimentos.

Então se a Agroecologia manifestada pela ANA se pretende como um sistema de representação, é porque está no devir de seu discurso desvelar a retórica homogeneizante dos atores dominantes que além de excludente, envenena o campo e mal nutre a cidade. Não é à toa que o diálogo com os povos da cidade, consumidores majoritários de alimentos, se torna uma estratégia central. O diálogo com os povos da cidade visa comunicar que a Agroecologia opera num processo de reapropriação social da natureza, uma reapropriação de benefício mútuo e dialógico. Isto porque, ao valorizar a experiência, a cultura e as práticas dos povos originários, comunidades tradicionais, mulheres e trabalhadores a Agroecologia pratica um outro modo de relação com a natureza não-humana, reunindo técnicas e tecnologias de manejo da natureza que beneficiam tanto os ciclos naturais quanto os ciclos sociais, ainda que parem imensos desafios (sobretudo aqueles que advêm da dominação) para uma oferta massiva de alimentos, possui como meta máxima a produção de alimentos nutritivos que favoreçam a vida sã dos povos do campo e da cidade por meio de um comércio justo.

Portanto, a Agroecologia opera, ou se exterioriza, como ideologia e, neste sentido, revela duas importantes consequências. A primeira se consolida frente aos sujeitos a quem a Agroecologia se pretende representar. Isto se dá com base em um pilar do argumento aqui trabalhado, de que não existe correspondência obrigatória entre a posição do sujeito nos sistemas agroalimentares e sua dimensão valorativa, cultural e simbólica, embora encontre ressonância de formas diversas no Sistema Híbrido e no Sistema de Borda.

Com esta consideração pondera-se um importante atributo equivocadamente associado de maneira determinística aos povos originários, comunidades tradicionais, mulheres e trabalhadores da agricultura. O atributo de que tais sujeitos são inerentemente sustentáveis, cooperativos, comunitários e/ou que coordenam a sua díade entre prática e significado à luz da Agroecologia. Esta abordagem determinística ignora a proposta dos Sistemas de Interação Societal, onde os atores

subalternos interagem de maneira recursiva e reflexiva com atores dominantes em uma condição sobredeterminada por estruturas em dominância, sendo estas características centrais de negociação da dimensão valores, culturas e significações para construção da *diferença cultural*. Assim sendo, sistemas agroalimentares híbridos e de borda convivem com uma série de contradições das quais a objetificação da natureza não-humana, o machismo, o racismo, entre tantas outras, estarão presentes, em alguma medida, na forma como constroem sua díade entre prática e significado.

Pois então, os autores do discurso contra-hegemônico, onde repousa a Agroecologia, têm o mérito de fazerem a disputa simbólica em oposição as estruturas em dominância com a vantagem de articularem a heterogeneidade de sistemas agroalimentares subalternos, respeitando e promovendo a diferença e proporcionando ganho de poder nas arenas políticas onde se disputam projetos de produção e circulação de alimentos neste país.

Uma segunda importante consequência da Agroecologia como ideologia é consolidar a disputa no processo de reapropriação social da natureza. Pois, se por um lado, os sistemas agroalimentares subalternos não são inerentemente sustentáveis, por outro, são inerentemente dependentes da natureza não-humana para produção e reprodução dos seus modos de vida. Neste sentido, a ANA e movimentos sociais parceiros revelam em sua formação discursiva uma dupla função na reapropriação social da natureza. Ela disputa a díade entre prática e significado de atores subalternos com a vantagem de promover técnicas de maior eficiência produtiva, com base no manejo ecológico de agroecossistemas e nos saberes, experiências e práticas já adquiridos histórico e culturalmente pelos agentes. A Agroecologia também trava a batalha por terra, território e acesso à recursos naturais enfrentando o padrão concentração fundiária e acumulação e circulação privada de capitais que tende, historicamente, a despojar atores subalternos.

É possível então considerar que a questão ambiental é uma importante arena política de disputa entre sistemas agroalimentares e, sobretudo, entre as organizações que visam representar atores protagonistas de sistemas agroalimentares. Foi possível destacar a relevância da dimensão discursiva e semiótica da disputa referida. Esta disputa se estabelece com base no antagonismo resultante do discurso hegemônico e pela conformação de um exterior discursivo

capaz de positivar a diferença. O que está em jogo, enfim, é a disputa de poder entre distintos modos de relação sociedade e natureza e, portanto, de quais grupos têm o direito de se apropriar da natureza não-humana e de decidir a forma com que grupos humanos vão estabelecer esta relação.

**PARTE II**

## **5 AGRICULTURA ANCESTRAL, AGRICULTURA DO AMANHÃ: MODOS DE REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA**

### **5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS À PARTE II**

A PARTE I deste trabalho de pesquisa centrou-se em explorar a heterogeneidade dos sistemas agroalimentares. Foi considerado então, no capítulo 2, pertinente a utilização do SIS para visibilizar práticas reveladoras da heterogeneidade de sistemas agroalimentares no Brasil, isto porque, a abordagem do SIS compreende que as relações socioambientais podem ser distinguidas em três subsistemas adjacentes, o Sistema Dominante, o Sistema Híbrido e o Sistema de Borda. Neste percurso, foi destacado que os subsistemas possuem zonas de retroalimentação, convergência e conflito, sendo que sua coerência tipológica entre subsistemas e atores possui fins heurísticos e não necessariamente refletem uma posição subjetiva.

Esta postura foi aprofundada nos capítulos 3 e 4, quando foi debatido, analisado e discutido que não há correspondência obrigatória entre a formação subjetiva do ator protagonista de sistemas agroalimentares e sua posição nas relações sociais de produção e circulação de alimentos. Nem o contrário é viável ser dito, de que não correspondência alguma entre a formação subjetiva e a posição nas relações sociais de produção de sistemas agroalimentares. O que foi defendido é que existe uma díade entre a prática e o significado que fazem com que atores negociem sua construção subjetiva frente a sobredeterminação de estruturas em dominância. São centrais neste processo certas formações discursivas específicas, aquelas que possuem a tarefa principal de articularem grupos, de formarem sistemas de representação, ou como foi chamado, ideologias, as quais operam em arenas de disputa de construção de significado com a expectativa de, assim, construírem também práticas dentro das relações sociais de produção e circulação de alimentos.

Foi discutido, especialmente no capítulo 4, que a arena de disputa de relevância entre as formações discursivas estudadas trata do processo de apropriação e reapropriação social da natureza. Isto se dá pelos interesses conflitantes do papel que a natureza não-humana cumpre na produção e reprodução social de sistemas agroalimentares. Nos capítulos 3 e 4 foi dado ênfase às formas

de construção de significados, às formações discursivas e às ideologias. Agora é o momento de analisar, discutir e aprender sobre os modos concretos de reapropriação social da natureza que são o substrato para pensar e construir sistemas agroalimentares juntos e sustentáveis.

O destaque será dado aos Sistemas de Borda. Esta escolha deve-se às características constitutivas de tais atores. Ao serem interpelados pelas estruturas em dominância, povos indígenas, comunidades tradicionais e famílias camponesas não são impactados somente na dimensão simbólica, na construção de sua identidade, na sua cultura, mas também se coloca em risco a capacidade material de produção e reprodução destes grupos sociais. O fato destes atores perpetuarem seus modos de vida, em distintas formas de lutas por sua existência, pode ensinar que outros mundos são possíveis. Ou seja, paradoxalmente, são os atores considerados atrasados, os atores remanescentes da ancestralidade, podem, através da sua forma de agricultura ensinar a pensar e praticar a agricultura do amanhã.

Desta maneira, a PARTE II desta pesquisa objetiva investigar questões centrais levantadas no Capítulo 1, a saber: a) quais são os elementos constitutivos da agricultura e relação com a natureza dos povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses capazes de alterar a correlação de forças nas arenas de disputa por apropriação e reapropriação social da natureza em direção a sistemas agroalimentares sustentáveis? b) como as disputas de reapropriação da natureza realizadas por atores de borda podem ensinar a construir sistemas agroalimentares livres de dominação, subalternização e opressão? Com base nestas perguntas o trabalho se orienta conforme segue.

## 5.2 DISPUTA NARRATIVA SOBRE O PAPEL DA AGRICULTURA NA HISTÓRIA HUMANA: TEMPORALIDADES, COEVOLUÇÃO E COEXISTÊNCIA

Recentemente, um importante livro ganhou notoriedade pública ao se tornar *best seller*, trata-se do livro *Sapiens* (2020), do professor Yuval Noah Harari. Harari é PhD em História e leciona na Universidade de Oxford e na Universidade Hebraica de Jerusalém. Em seu livro *Sapiens*, o professor Harari tece importantes notas sobre o papel da agricultura na história humana. Sua capacidade de síntese, no que se refere escala temporal, parte do período em que a espécie *Homo sapiens* avança no

globo terrestre, passando pelo surgimento da agricultura e seus desdobramentos, permite professor Harari (2020) tecer duras críticas ao papel do ser humano no planeta, o que fará da obra uma interlocutora desta introdução.

Uma das principais posições destacadas por Harari (2020) é a de que a grande chave para compreensão da espécie *Homo sapiens* situa-se nos escassos dados do intervalo entre 70.000 e 12.000 anos antes do presente (AP), quando predominaram sociedades de caçadores-coletores. De acordo com o autor, muitas das características psicológicas, sociais, sexuais, alimentares dos *sapiens* foram moldadas a partir do modo de vida de caça e coleta. E mais, segundo o autor, este amplo período, que se inicia na Revolução Cognitiva, com a invenção dos primeiros artefatos, passa pela coesão social através dos mitos e se encerra com a agricultura, significou o auge das sociedades humanas no que se refere à qualidade de vida e à dieta alimentar, em relação aos modos de vida posteriores à agricultura. E, enfim, para o autor, a Revolução Agrícola significou o fim desta “era dourada” e o começo da crise humanitária no planeta Terra.

Partindo do ponto de vista de que povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses, majoritariamente agricultores, reúnem modos de vida e relação com a natureza alternativos aos grandes projetos de extrativismo e neoextrativismo mercantilista das grandes corporações nacionais e multinacionais, sendo que estas, por consequência, marginalizam, quando não oprimem ou assassinam os modos de vida alternativos (ecocídio), torna-se possível ponderar alguns excertos elaborados em *Sapiens*.

Um dos pontos fortes da posição de Harari (2020) sobre a vantagem dos caçadores-coletores encontra-se ao enfatizar o acúmulo de conhecimento necessário sobre os fenômenos da natureza, os ciclos naturais, a sazonalidade, o espaço circundante e os perigos, até mesmo o domínio do próprio corpo e a destreza no fabrico de ferramentas. Outro ponto forte de seu argumento é baseado na composição da dieta de caçadores-coletores possuir ampla variedade e por isso ser também mais nutritiva. Está claro também para o autor que sociedades caçadoras-coletoras fizeram parte da construção de ecossistemas como a Tundra na Sibéria, o deserto central da Austrália ou a Floresta Amazônica.

Ao abordar a Revolução Agrícola como “a maior fraude de história”, Harari (2020) centra sua posição com base no aumento da produção de amido por unidade de território, nestes casos o autor menciona o arroz na China, a batata na América,

mas seu argumento central repousa no trigo no Oriente Médio. O fato de ter aumentado a produção de amido por área, a partir da domesticação das plantas, teria mudado os costumes humanos de maneira sem precedente, e, ao contrário dos que julgam a agricultura como a primeira grande revolução tecnológica do *Homo sapiens*, Harari (2020) a descreve como sua ruína.

Então, por volta de 10.000 AP, a domesticação de plantas e animais, segundo o autor, teria levado com que grupos sociais se tornassem mais tipicamente sedentários possibilitando ao mesmo tempo o processo de explosão demográfica, agora mais malnutrida e com mais doenças. De aí em diante, Harari (2020) passa a descrever um tipo de “camponês” em contrapartida às sociedades caçadoras-coletoras, onde o camponês não vive mais em comunidade, mas sim em “ilhas humanas”, artificializando a paisagem, trabalhando o dia inteiro para plantar cada vez mais áreas, com uma ligação muito mais doméstica, em comparação com os caçadores-coletores que viviam em bandos, nômades e dominavam extensos territórios (HARARI, 2020, p.113). A tal ponto que permite o autor dizer que não foram os humanos que domesticaram o trigo, mas sim o trigo que domesticou a humanidade.

Justamente quando parece o autor compreender a noção de coevolução, é onde repousa contradições importantes para esta pesquisa. A primeira pista encontra-se ainda enquanto Harari pondera o papel ecossistêmico das sociedades caçadoras-coletoras. No tópico *Declarados culpados* o autor enfatiza a responsabilidade da espécie *Homo sapiens* nas ondas de extinção, como ocorreu com a chegada de humanos na Austrália e na América, entre 45.000 e 16.000 AP. Mas o autor entra em contradição ao enfatizar que: “Durante 2,5 milhões de anos, os humanos<sup>13</sup> se alimentaram coletando plantas e caçando animais que viviam e se reproduziam *sem que eles interviessem*” (HARARI, 2020, p.91, grifos nosso).

Então, a primeira contradição a ser elencada diz respeito a uma narrativa da história da humanidade, que, em verdade, substitui a coevolução entre a natureza humana e não-humana pela culpa. Sua alcunha epistêmica se encontra na afirmação de que a Revolução Cognitiva “(...) marca o ponto em que a história declarou sua independência da biologia.” (HARARI, 2020, p. 49). Neste sentido, o

---

<sup>13</sup> É importante destacar que por humanos Harari (2020) compreende todas as espécies do gênero *Homo*.

autor parte de um pressuposto que lhe deixa cego à característica termodinâmica da vida a qual não prevê tais separações (Prigogine), e que toda a existência humana é um emaranhado de ordem e desordem entre a natureza humana e a natureza não-humana (Toledo e Molina, Morin, Capra...). A teoria de James Lovelock foi novamente confirmada em artigo publicado na prestigiada revista *Nature*, comprovando uma vez mais que os níveis de oxigênio da atmosfera foram drasticamente alterados desde o surgimento da vida (LYONS et al, 2014). Seriam as cianobactérias *culpadas* de inundar a atmosfera de oxigênio e, por consequência, permitir que seres aquáticos coevoluíssem em direção ao ambiente terrestre? Então a culpa da qual se refere Harari, está mais a um tipo de pecado capital, como quando Eva come a maçã, do que sobre a forma como os grupos humanos se relacionam com a natureza.

A ausência da coevolução tem maior consequência ao abordar a Revolução Agrícola. A coevolução aparece de maneira instrumental quando o autor aborda o caso do trigo, mas não explica, por exemplo, porque a domesticação de cereais ricos em amido, como o trigo e o arroz, produziu sociedades tão distintas, como as que emergem às margens do rio Nilo no Egito e às margens do rio Yangtze na China. Isto porque, a chave para compreensão da coevolução de ecossistemas agrícolas, segundo Toledo e Barrera-Bassols, é a diversidade.

Toledo e Barrera-Bassols (2015) compreendem a coevolução como um processo de diversificação. A diversidade biológica da Terra é fruto de processos de coevolução impactados por distúrbios (ondas de extinção em massa, ciclos de resfriamento e aquecimento, meteoros etc.) sendo a diversidade uma evidência do sucesso da vida no planeta. Segundo os autores, a expansão humana na terra resultou em um processo de diversidade cultural, que, associado à diversidade biológica, sintetiza um sem-número de modos de relação entre a natureza humana e não-humana. A domesticação de plantas e animais é, neste sentido, um processo na construção de diversidade biocultural, o que pode ser chamado de agrobiodiversidade.

Na esteira da (ou na ausência da) abordagem coevolutiva é importante questionar, desde o ponto de vista latino-americano, a separação típica entre caçadores-coletores e camponeses apresentada por Harari (2020). Shock e Moraes (2019) ponderam a tendência da arqueologia *mainstream*, influente em Harari (2020), de analisar a ocupação humana da América a partir de caçadores de

megafauna. Segundo a abordagem *mainstream* a mobilidade dos ocupantes se explica pela escassez de recursos. De outro modo, Shock e Moraes (2019) apresentam um conjunto de evidências arqueológicas e arqueobotânicas que sugerem que os ocupantes da América na transição do Pleistoceno final e Holoceno inicial (aproximadamente 12.500 AP) teriam uma mobilidade estabelecida por *lugares persistentes*, e que nestes sítios as evidências demonstram a ocorrência do manejo de plantas. Então, segundo as autoras

Empregar a classificação de caçador-coletor reduz não só o conhecimento ambiental e tecnológico das pessoas que habitavam a Amazônia, mas também projeta uma visão de elevada mobilidade sem conhecimento dos próximos lugares a serem utilizados. (SHOCK; MORAES, 2019, p.281)

Neste sentido, é difícil compreender que haja na história da ocupação humana da América pré-colombiana uma divisão típica e homogênea entre caçadores-coletores e camponeses. Harari (2020) menciona que a característica do camponês pós-Revolução Agrícola é o domínio de pequenas áreas, uma vez que a própria palavra domesticação deriva do latim *domus*, que significa casa. Já Shock e Moraes (2019) afirmam que a floresta é o *domus*, demonstrando, de maneira coevolutiva, como a convivência com a floresta (pela caça, pela coleta, mas também pela seleção, colheita e plantio de sementes) significa intervir no fluxo gênico da floresta, onde, após a territorialização humana, nem os humanos nem a floresta são mais os mesmos.

Outra evidência é a ocupação humana do sul do Brasil, relatada por Pereira Cruz, et al (2020). De acordo com os autores, os grupos linguísticos/indígenas da etnia Jê, oriundos do Brasil central, fizeram uma migração ao sul do país por volta de 3.000 AP e se estabeleceram nos planaltos. Passaram a depender do pinhão (semente de *Araucária angustifolia*), da caça, da pesca e do plantio de milho, mandioca e inhame (plantas anuais já domesticadas). Já os indígenas de grupos linguístico Guaraní migraram do nordeste brasileiro entre os anos 1.800 AP. Ambas as etnias coexistiram com padrões de assentamentos diferentes, os Jê migrando de territórios antigos para os novos, geralmente em direção ao litoral, e os Guaraní migravam expandindo seu território já dominado. A partir de modelos de análise arqueológicas, Pereira Cruz, et al (2020) associam a expansão da floresta de *Araucária*, ao que antes era uma formação de campos, associada a ocupação Jê e

Guarani no sul do Brasil. Ou seja, a ocupação de território por etnias que já dominavam o cultivo de plantas e obtinham aumento de produção de amido por unidade de área, ainda assim, de maneira coevolutiva, colaborou para a formação de um bioma típico, como a floresta de Araucárias, conhecida na taxonomia biogeográfica como Floresta Ombrófila Mista.

Assim é possível apontar uma segunda contradição na narrativa histórica contida em *Sapiens*, a linearidade e homogeneização da história de grupos sociais heterogêneos. Com esta ponderação quer-se argumentar que a história do território latino-americano deriva da heterogeneidade de formas de convivência, uso e manejo da natureza não-humana determinada pela diversidade biocultural presente neste território. Talvez o anseio historiográfico do professor Harari o fez se importar mais em quem foram os caçadores e coletores (70.000 a 10.000 AP) do que como suas características ainda se perpetuam, se hibridizam e guiam condutas e formas de relação com a natureza. Longe de ser anacrônico, a diversidade biocultural explica como grupos sociais distintos mantêm práticas, conhecimentos e símbolos constatados em diferentes períodos da história humana, e essa coexistência de distintos tempos reivindica uma abordagem multilinear da existência humana na Terra.

Trazer a obra *Sapiens* como interlocutora desta introdução teve como objetivo delinear aspectos analíticos fundamentais para compreensão de sistemas agroalimentares contemporâneos no Brasil. Em específico, estabelecer como centrais para o debate que segue, que a partir do papel da coevolução entre humanos e natureza, as noções mais adequadas à esta pesquisa, na análise de sistemas sociais periféricos, é a de coexistência de grupos sociais com distintas temporalidades, isto é com distintas produções do espaço, fazendo da história um processo multilinear e multitemporal.

O que se pode concluir é que, do ponto de vista latino-americano, os povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses são redutos da memória biocultural, da ancestralidade, e, portanto, são formas de resistência de modos de vida subalternizados pela (também) linear e homogênea perspectiva neoextrativista e mercantilizadora acepção de natureza que impera na sociedade capitalista, moderna e colonial de hoje em dia.

### 5.3 UMA MINGA PARA AS FORMAS DE AGRICULTURA ANCESTRAL LATINO-AMERICANA: DA ECOLOGIA POLÍTICA À ETNOECOLOGIA

No capítulo 2 foram expostos os embates teóricos nas análises da questão agrária. Os mais importantes dilemas teóricos enfrentados pelos intelectuais repousavam no papel do campesinato no capitalismo, em especial, durante a industrialização e modernização da agricultura. Neste processo dois autores tiveram proeminência, Karl Marx e Alexander Chayanov. Este último obteve destaque nas análises de Economia Política Agrária, influenciando diversas correntes da sociologia rural no fim do século XX, como comentado anteriormente.

Segundo Sevilla Guzmán (2011), Chayanov é um representante do neopopulismo russo (*narodnik/neonarodnik*), que foi uma corrente do pensamento social que vigorou na Rússia entre o fim do século XIX e início do século XX, e que, apesar de influenciados pelas obras de Karl Marx, se diferenciavam dos bolcheviques no que se refere ao papel do campesinato russo na Revolução de Outubro. Como ficou posteriormente conhecido, Marx, no fim de sua vida, foi bastante influenciado pela construção teórica dos populistas russos e a publicação de suas cartas trocadas com a populista Vera Zasulich influenciou, por sua vez, uma série de teóricos do desenvolvimento, em especial aqueles preocupados com o desenvolvimento periférico e desigual. Daí se estabeleceu o *neopopulismo marxista*. A contribuição central do neopopulismo marxista à questão agrária, e que importa à esta pesquisa, é que a subsunção de um modo de produção a outro não leva ao domínio total das formas de produção e reprodução da vida, mas sim à coexistência multilinear de distintas formas de produção e reprodução da vida, sendo o campesinato um exemplo por excelência (GONZÁLEZ DE MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 1993).

Na esteira do neopopulismo marxista é central aqui abordar também o *neopopulismo ecológico*. O neopopulismo ecológico é uma corrente do pensamento social orientada a analisar o papel ecológico de sociedades camponesas. Tendo como um dos seus maiores expoentes Joan Martínez Alier, em *Da economia ecológica ao ecologismo popular* (1998), o autor menciona que os estudos camponeses de Chayanov não continham caráter ecológico, entretanto, ao longo da valorização dos modos de vida camponeses pelos estudos rurais permitiu aos intelectuais influenciados pela questão ambiental constatar a eficiência ecológica

das formas de produção e reprodução camponesas em comparação às formas modernas de agricultura.

Neste sentido, o estudo das formas ancestrais de fazer agricultura, como aqueles que partem do neopopulismo, tem grande valia para explicar as características da luta por reapropriação da natureza e posicionar a sociedade na busca por sistemas agroalimentares mais sustentáveis. Segundo González de Molina e Sevilla Guzmán (1993), as formas camponesas de produção e reprodução da vida explicam a coexistência multilinear em sociedades de capitalismo periférico, sobretudo porque:

Los procesos de inserción del campesinado en su matriz social poseen un contexto ecológico específico que vincula su aprendizaje como ser social al conocimiento de los procesos biológicos en que se inserta la producción de su conocimiento. (GONZÁLEZ DE MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 1993, p. 109)

El campesinado se mueve bajo la coexistencia de ambos tipos de lógica: la primera forma parte de su forma de adaptación simbiótica a los agroecosistemas, mientras que la segunda constituye una nueva forma de coerción a sus estrategias de reproducción, desviando éstas de la articulación estable que históricamente desarrollara a través de una coevolución biótica y social como parte de los ecosistemas de los que formaba parte. La respuesta campesina a la penetración de la lógica de la renta se desarrolla a través de una múltiple diversidad, probablemente relacionada con la diversidad biótica existente en su ecosistema (GONZÁLEZ DE MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 1993, p. 111)

Todavía, a noção de camponês/campesinato sofre grande influência de intelectuais oriundos de regiões que passaram pelo modo de produção feudal. Tanto na Inglaterra, na Espanha ou na Rússia, o campesinato formou uma classe social de grande relevância para sociedades feudais pois eram os principais produtores de alimentos. Como conceito analítico a noção de camponês/campesinato penetrou na América Latina e é muito útil para investigar formas de agricultura não capitalistas, porém, sua gênese, sobretudo quando eurocentrada, não permite enxergar características do passado colonial latino-americano e, ainda, pode conter os germens de uma abordagem colonizadora.

Por isso, foi também apresentado no capítulo 2 a crítica da Ecologia Política latino-americana. Lá foi explicado que em condições de capitalismo periférico, pós-colonial, as lutas socioambientais não podem ser explicadas sem se levar em consideração o racismo, o patriarcado e a perpetuação dos fenômenos de

colonialidade do poder, do ser e do saber. Tais fenômenos subjazem a miríades de práticas e significados que constrói a heterogeneidade de sujeitos, de formas de ser e existir no espaço rural, em relação direta com a natureza e na construção de sistemas agroalimentares.

Neste sentido, o camponês/campesinato, ainda que muito heterogêneo entre si, reúne uma das formas possíveis de produção e reprodução social por meio da agricultura, também conhecida mais recentemente no Brasil como agricultura familiar. Entretanto, são responsáveis também pela formação de sistemas agroalimentares os povos indígenas e comunidades tradicionais. Diferentemente da agricultura familiar, os povos indígenas e comunidades tradicionais perpetuam modos de vida e de relação com a natureza transmitidos por gerações em um movimento entre mudança e conservação ancorados na noção de ancestralidade.

Portanto, por agricultura ancestral quer-se dizer que são formas de ocupação do território e formas de relação com a natureza historicamente e culturalmente construídas, em um longo processo de coevolução entre a comunidade e o ambiente, que se materializam nos povos indígenas, comunidades tradicionais e também em certas comunidades rurais camponesas.

Como expresso no capítulo 2, suas características são um forte vínculo com a natureza, terra e o território. Gestão do trabalho majoritariamente familiar e comunitário, sendo o fruto do trabalho consumido majoritariamente pela família/comunidade. Possuem baixa integração mercantil e baixo acesso à ciência e tecnologia, onde predominam os saberes e técnicas ancestrais. São sujeitos marginalizados pela modernidade, possuem relativo domínio da racionalidade econômica e da burocracia estatal, mas sim são detentores de racionalidades alternativas. Produzem e reproduzem cultura, valores e símbolos próprios, ancestrais, hibridizados para mais ou para menos com as culturas dominantes (ex.: catolicismo popular).

Em síntese, a agricultura ancestral reúne uma miríade de práticas que escapam a conceituação da economia e da ecologia política oriundas do *neopopulismo*. No seio da gestão comum dos territórios, povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses hibridizam a relação com as florestas, as roças, as hortas, as águas, as montanhas, os minérios, o vento, a chuva e o sol, mas também com o dinheiro, com o mercado, com a política o Estado e a modernidade, cada cultura a sua maneira.

Uma possível saída metodológica/analítica repousa na etnoecologia. A etnoecologia é uma disciplina que estuda os conhecimentos e as relações que diferentes grupos humanos têm com seus ambientes naturais. Ela busca compreender as percepções, classificações, usos e manejo dos recursos naturais por parte de culturas específicas. Em outras palavras, a etnoecologia explora como diferentes sociedades entendem e interagem com o mundo natural ao seu redor (TOLEDO, 1992).

A origem da etnoecologia remonta a várias fontes, incluindo antropologia, etnobiologia e ecologia. Ela se desenvolveu a partir da necessidade de entender como as culturas indígenas e tradicionais se relacionam com seus ecossistemas, como utilizam os recursos naturais de maneira sustentável e como seu conhecimento pode contribuir para a conservação e a gestão ambiental (TOLEDO, 1992).

Neste sentido, a etnoecologia é capaz de fornecer as bases teórico-metodológicas para abordagem de práticas indissociadas à sua construção de significado, mas também com o ambiente natural, a natureza não-humana, sobretudo no que se refere às práticas agrícolas.

Segundo Toledo e Barrera-Bassols (2009; 2015) os povos indígenas e comunidades tradicionais e camponeses (atores que este trabalho situa em Sistemas de Borda) executam três atos claramente definidos, porém interligados e harmonizados, em relação ao seu ambiente. Usando seu repertório de crenças, eles constroem uma significação do ambiente de trabalho, que é denominada de *supranatureza*. De maneira paralela, eles criam uma interpretação desse mesmo ambiente através da análise de objetos, eventos, padrões e processos, ou seja, com base no conhecimento acumulado ao longo do tempo. Por último, os atores selecionam e elaboram uma prática com base nessa dupla significação/interpretação; em outras palavras, eles aplicam uma série de ações relacionadas ao ambiente por meio de decisões tomadas a partir de um repertório de práticas produtivas. Essa *tríade* de atos, em essência, simboliza o processo apropriação (tanto intelectual quanto material) da natureza, ainda que retrate apenas a dimensão atemporal do sistema complexo em consideração.

Então para os autores a tríade de atos acionados para apropriação da natureza ocorrem em um sistema dinâmico no tempo (dia/noite, ano solar, ciclo de gerações etc.) na qual os atores estão no centro transformando e sendo

transformados pelo ambiente. À tríade, Toledo e Barrera-Bassols (2009; 2015) chamam de *complexo k-c-p*. A letra k é inicial de *kosmos*, isto é, os sistemas de crenças, ou o que se vem tratando aqui como valores, culturas e significações, mas sabidamente acrescidos suas concepções sobre espiritualidade e deidades, a *supranatureza*. A letra c é a inicial para *corpus*, para os autores o *corpus* são os conhecimentos adquiridos a partir da abstração analítica dos fenômenos naturais. E então o p significa a *práxis*, ou seja, as práticas acionadas com fins de produção agrícola.

Então, ao basear-se na tríade sugerida pela etnoecologia de Toledo e Barrera-Bassols, está se propondo uma releitura da díade entre prática e significado, aceitando a novidade que os autores propõem de distinguir o conhecimento como uma dimensão ímpar, sobretudo para atores de borda, os quais constroem conhecimento de maneira complexa e indissociável da prática e do significado.

Esta abordagem é possível de ser complementada a partir das teorias de Maturana e Varela. Para o neurobiólogo Humberto Maturana (2002), conhecer é um ato intrínseco à vida, portanto para o autor, *viver é conhecer, conhecer é viver*. É importante destacar então, que neste trabalho de pesquisa, assim como sugerem Maturana (2002) e Maturana e Varela (2001), a noção de representação como uma forma de abstração do ambiente é uma explicação limitada. Ao contrário, foi utilizado recorrentemente a palavra significação para determinar o processo, sobretudo, o ato de construir sentidos para si e para os outros.

Aqui então encontra-se fértil conexão com a tríade k-c-p proposta por Toledo e Barrera-Bassols (2015). Isto porque para Maturana (2001) o fenômeno do conhecer além de um processo ativo de construção do ambiente somente pode ocorrer na linguagem, ou seja, o conhecimento está atrelado à utilização de símbolos que possibilitam, por um lado, a consolidação de sentidos, e por outro, a explicação do fenômeno abstraído.

A maior vantagem desta abordagem é conseguir valorizar as dimensões constituintes das formas de apropriação social da natureza por sistemas agroalimentares de borda, colaborando com sua visibilidade e valorização.

#### 5.4 INTERPRETANDO OS ATORES DE BORDA E ADAPTANDO O SISTEMA K-C-P PARA COM ELES APRENDER

Quem são os atores que compõem os sistemas agroalimentares de borda? São os remanescentes dos povos indígenas, por exemplo. São também as comunidades tradicionais, os quilombolas, pescadores artesanais, faxinalenses, fundos de pasto, cipozeiros, ilhéus, benzedeiros, e muitas outras identidades. Mas também são colonos e pequenos agricultores, moradores comunidades rurais, distritos ou comarcas. São trabalhadores agrícolas, volantes, sazonais. São também sujeitos sem terra, acampados e/ou assentados da reforma agrária, detentores das mais variadas culturas camponesas que se espriam por este país, marginalizados pela ausência do Estado, mercados, estrutura viária, escolas, saúde e segurança etc.

Um das características principais dos atores citados é a conexão, simbólica, cultural, com o espaço, isto é, a pertença ao território. Tal vínculo é originado no acúmulo geracional de práticas, significados e conhecimentos que os atores produzem e reproduzem ao garantir o sustento das comunidades e da família. Mesmo quando migrantes, desterritorializados, recém acampados/assentados, carregam consigo a ancestralidade e as reinterpretam no novo local, reaprendendo a viver em novo ambiente, coevoluindo sua cultura com a natureza.

A vida ancestral, ou tradicional, encontra uma série de obstáculos para sua produção e reprodução e o acesso e domínio do território é um dos maiores e mais cruciais. Isto porque, majoritariamente, povos indígenas e comunidades tradicionais fazem o uso comunitário do território, isto é, diferentemente da noção de propriedade privada (ainda que as famílias morem em unidades domésticas), a gestão e uso do território, para rituais, criação de animais e agricultura, é coletivo. Mas não é o único obstáculo. Desde o processo de racialização, o povo negro quilombola, os indígenas em suas diversas etnias, entre outros povos miscigenados, são interpelados pelo racismo, e neste caso, não se trata somente do julgamento pela cor da pele, mas também por sua cultura, suas práticas e seu modo de vida.

Segundo Porto-Gonçalves (2015), o *território*, nestes casos, é uma unidade imbricada entre natureza e cultura interpelados por uma estrutura de poder de classificação social. Desde uma visão tipicamente linear, povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses são considerados pelo discurso hegemônico atrasados, selvagens, ignorantes, como se seu lugar estivesse no passado.

Novamente a questão das temporalidades aparece como central. Seus modos de vida ocorrem nos interstícios da ordem dominante do sistema capitalista moderno colonial e patriarcal e com isto põe em questão a organização do tempo ocidental cronometrado por um mundo do trabalho produtivista orientados pela racionalidade instrumental, tecnológica e econômica. De outra maneira, os sistemas de práticas de povos do campo, das águas e das florestas se orientam por distintas cosmologias, reúnem noções incomensuráveis de tempo derivados de diferentes processos envolvidos na construção dos territórios (LEFF, 2015, p.37).

Tal abordagem colabora na reivindicação de que para interpretar os atores de borda e para com eles aprender é necessário que se abandone o linearismo evolucionista produtor de dicotomias temporais como tradição/modernidade, pré-capitalismo/capitalismo, selvagem/civilizado, subdesenvolvidos/desenvolvidos. Neste sentido, entram em relevância os sistemas de práticas não totalmente integrados ao modo de vida hegemônicos, criando, assim, espaços de coexistência temporal e dinâmica de distintos sistemas sociais, da qual o método geral desta pesquisa, o SIS, procura desvelar.

Em outro momento Porto-Gonçalves (2008) coloca que o *tempo atual é onde todos os tempos atuam*. Por exemplo, os Kaigangs ou Guaranis, que a séculos são desterritorializados e reterritorializados em busca de demarcação para seus territórios ancestralmente ocupados, ou os quilombolas que tem sua ancestralidade ligada ao continente africano, trazem a marca da diáspora negra, foram escravizados e posteriormente aquilombados também lutam pelo direito de uso de suas terras ocupadas após a Lei Áurea. Ou ainda, os faxinalenses, migrantes ucranianos e poloneses, fugidos da fome das revoluções e das guerras, que coevoluiram com a natureza a partir de seu modo de vida comunitário e ainda estão em luta por garantias de seu território. Todos os viventes, reduto de sua ancestralidade, tensionam sua existência plural frente aos estilos e modos de vida hegemônicos.

Desta forma, pode-se dizer que a existência de distintas temporalidades resulta da negociação que cada sujeito, cada comunidade, cada cultura, faz ao ser interpelado pela cultura, pelos significados e símbolos dos Sistemas Dominantes, tal qual ocorre no encontro com outras comunidades e culturas híbridas ou de borda. Este processo de significação já abordado no capítulo 3, que ocorre em díade com a

dimensão das práticas, agora procura-se compreender melhor como este processo atua na reapropriação social da natureza.

Também no capítulo 3, quando foi abordado os processos de significação dos sujeitos e atores sociais, foi mencionado que a hibridação é um conceito central para compreensão das relações sociais entre sistemas agroalimentares, mas que, ao abordar as lutas ideológicas, ao se constatar a existência de um exterior discursivo desvelador da opressão, tais fenômenos podem ser mais bem compreendidos a partir da noção de *antagonismo*. Agora, com vistas de aprender com os atores de borda as possibilidades de reapropriação social da natureza, será aqui recuperado a noção de híbrido. Esta escolha se dá, especialmente, por este conceito permitir qualificar a questão das temporalidades.

Para compreender as *agri-culturas* ancestrais é preciso ter a noção de que ao efeito globalizante e colonizador do capitalismo moderno, ninguém lhes é imune. Desta forma, os atores de borda compõem a modernidade, uma modernidade encravada no capitalismo colonialista e patriarcal, uma modernidade periférica (DUSSEL, 2015, FLORIANI, 2016). E assim é justamente porque os traços distintivos da ancestralidade não foram apagados. Ocorre então que, se afastando de interpretações essencialistas de culturas autóctones, a identidade dos povos indígenas, comunidades tradicionais e camponesas é construída em um processo multitemporal de hibridação entre a ancestralidade e elementos culturais modernizantes. Assim, a ancestralidade pode ser compreendida como um *repertório de significados* acionados no processo de negociação e construção de identidade (HALL, 2003a).

Ao aprofundar a questão em Homi Bhabha (1998) será visto que a construção híbrida da identidade social (portanto da agricultura ancestral) é, em verdade, uma *metaforicidade*, pois justamente as distintas temporalidades que coexistem a partir do repertório de significados escapam a análise estática, mas sim se concretiza a cada enunciação. Ao dialogar com as mobilizações negras estadunidenses da década de 1980 frente a ideia de nação, o autor destaca:

É a partir dessa instabilidade de significação cultural que a cultura nacional vem a ser articulada como uma dialética de temporalidades diversas – moderna, colonial, pós-colonial, “nativa” – que não pode ser um conhecimento que se estabiliza em sua enunciação: “ela é sempre contemporânea ao ato de recitação. É o ato presente que, a cada vez que ocorre, toma posição na temporalidade efêmera que habita o espaço entre o “eu ouvi” e o “você ouvirá”. (BHABHA, 1998, p.215)

Neste ínterim, as agriculturas ancestrais não podem ser compreendidas por um conjunto de práticas, significados e conhecimentos transmitidos por gerações, mas sim um processo permanente de recriação e de negociação entre a própria ancestralidade (o Eu) e as estruturas em dominância que interpelam os demais sujeitos e culturas (o Outro). A diferença fundamental que constitui os atores de borda é que, uma vez que sua condição na modernidade é a do não-ser ou a do não-lugar (Capítulo 2), se faz necessário um processo de positivação da ancestralidade na construção identitária, o que alguns autores tratam como *re-existência* (WALSH, 2009, PORTO-GONÇALVES, 2015, LEFF, 2015, ESCOBAR, 2015).

A título de síntese pode-se então constatar que a existência contemporânea da agricultura ancestral se dá com base no processo de hibridação de práticas, símbolos e conhecimentos onde, ao acionar seu repertório de significados, os sujeitos atuantes em sistemas agroalimentares reafirmam sua ancestralidade negociando-a com os traços constitutivos de outras práticas, símbolos e conhecimentos, sobretudo aqueles oriundos das estruturas em dominância.

Ainda, há um elemento crucial na multitemporalidade da agricultura ancestral, a coevolução com a natureza. E aqui a dimensão do *corpus*, isto é, do conhecimento, reforça a tríade k-c-p como método analítico. Isto ocorre porque, na conformação híbrida das formas ancestrais de fazer agricultura, os sujeitos são confrontados pelos tempos da natureza, pelos ciclos biogeoquímicos, pelas interações ecológicas, específicas de cada território. Ou seja, como observador (*Homo sapiens*), o sujeito dotado de sua ancestralidade (repertório de signos), reúne um conjunto de explicações sobre os fenômenos naturais observados (conhecimento), a fim de interagir (práxis) com tais fenômenos para construir sua subsistência, material e simbólica.

Então, segundo Maturana (2001) em diálogo com Toledo e Barrera-Bassols (2015), a singularidade do conhecimento produzido pelos povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses repousa no processo retroalimentar com o conjunto de significados e práticas, da qual a agricultura ancestral é fruto. No processo de reafirmação de sua existência, ou de re-existência, a natureza cumpre um papel fundamental. De tal modo que a perpetuação da natureza externa a si é tão crucial quanto perpetuação de sua própria existência.

Isto explica por que a lógica de transformação da natureza através da agricultura não é contraditória com a conservação e perpetuação da natureza, tampouco a ruína do *Homo sapiens*, como coloca Harari. Pelo contrário, a re-existência da agricultura ancestral é a fonte de sabedoria para pensar a produção alimentos em agroecossistemas sustentáveis.

Entretanto, diferentemente do conhecimento científico, o conhecimento que subjaz as agriculturas ancestrais se estabelece em unidade com as dimensões dos sentidos (kosmos) e das práticas (práxis), fazendo com que o sistema k-c-p tenha, em verdade, um valor heurístico, isto é, não é mais que uma ferramenta analítica do próprio conhecimento científico para chegar o mais perto possível de aprender e apreender as formas ancestrais de fazer agricultura.

Tal elemento se torna evidente em um recente artigo publicado por Toledo (2022) em que o autor reflete sobre as conexões entre espiritualidade e Agroecologia. É relevante este tema pois o autor aborda como as conexões entre a existência humana e o universo ou a natureza é, para grande maioria das culturas ancestrais, guiada por uma força *supranatural*. Neste sentido, para o autor, no que se refere o trabalho de aprender com as formas ancestrais de fazer agricultura, abordar o repertório de significados, sentidos, símbolos, o *kosmos* ou as cosmovisões, é também abordar a questão da espiritualidade. E é central tal abordagem pois, desde os significados de *Nhandecy* na cosmovisão Guarani ou de *Pachamama* na cosmovisão andina, a Terra é considerada como mãe, mãe de todas as formas de vida humanas e não-humanas.

Sem dúvida na ancestralidade dos povos iorubás e bantos, que para estes sem folha não tem Orixá, até mesmo no cristianismo popular das benzedeadas e benzedeiros, faxinalenses e ilhéus, a dádiva da vida é usufruída com respeito, ou até mesmo com humildade, como diria Toledo (2022). Repousa nestes conhecimentos ancestrais (kosmos e corpus) um manejo da natureza (práxis) como relação com o *sagrado*. Neste sentido, Toledo (2022) cita o indígena indiano Gam Shimray:

'Indigenous Peoples' food systems rooted in our ancestral knowledge and territorial management practices are united by our profound spiritual connection with nature. Our spiritual awareness is where we find harmony with nature and develop solutions to the problems of climate change and biodiversity loss. (SHIMRAY 2021 *apud* TOLEDO, 2022, p.12)

É possível, então, reafirmar que a tríade k-c-p é oportuna para interpretar agriculturas ancestrais, porém, certamente tais dimensões não ocorrem de maneira separada, mas sim em uma unidade não totalizante. Isto é, a instabilidade da hibridação e da construção não linear, multitemporal, da ancestralidade “resiste à totalização (...), são sempre ‘incompletas’ ou abertas à tradução cultural (...). serve(m) para perturbar o cálculo de poder e saber, produzindo outros espaços de significação subalterna” (BHABHA, 1998, p.228).

Esta fugacidade da construção existencial de atores de borda é excruciante para o *logocentrismo* inerente às formas de conhecimentos dominantes, inclusive para grande parte do conhecimento científico. Não à toa que mesmo nas ciências sociais as cosmovisões ancestrais são tratadas como *mito*. Nestes casos o mito é o contrário da verdade, uma vez que a primeira é imaginada e a segunda é factível. O que incomoda a intelectualidade *mainstream* não é a constatação de que suas próprias bases epistemológicas repousam sob mitos<sup>14</sup>, mas sim o fato de que as cosmovisões escapam ao conhecimento. Sendo estas bases epistemológicas eurocentradas, resta aos mesmos a subalternização, o racismo, o epistemicídio e por consequência o ontocídio do Outro, pois é característica constitutiva do *logocentrismo* e do *eurocentrismo* a incapacidade de conviver com o a diferença.

A agricultura ancestral, subalternizada e marginalizada, quando positivada em um movimento de re-existência é um exercício de poder que fere as características constitutivas da sociedade capitalista, moderna, patriarcal e colonial. Uma vez que sua positivação é codependente da natureza não-humana, do território, sua re-existência é, por certo, um processo de reapropriação social da natureza.

Neste sentido, reavivar práticas, conhecimentos e sentidos das diversas agriculturas ancestrais, oriundas das distintas formas de coevolução entre os grupos sociais e a natureza não implica em atos de sustentabilidades *a priori*, o contrário advém de uma posição essencializadora. Defender a re-existência das agriculturas ancestrais, o direito ao território, á dignidade e à vida (PORTO-GONÇALVEZ, 2015), é disputar que muitos mundos são possíveis (ESCOBAR, 2015) e se tais existências escapam ao conhecimento científico, o máximo que pode ser feito por esta pesquisa é aprender, aprender a resistir, a re-existir e a lutar para construir outras formas de relação sociedade e natureza.

---

<sup>14</sup> Como o fizeram Horkheimer e Adorno, Celso Furtado ou Arturo Escobar

## 5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um possível aprendizado já é possível enfatizar. Uma vez que a re-existência das formas ancestrais de fazer agricultura politiza a ecologia, desde o ponto de vista latino-americano (LEFF, 2015, 2017, FLORIANI, 2013, ESCOBAR, 2006), se faz também necessário disputar a noção de política. Ocorre que, ao se permitir afetar pelas distintas cosmovisões oriundas dos povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses, percebe-se que seja em sua práxis, seja nos manifestos políticos, tais grupos sociais não reivindicam uma forma única de gestão social-global. A provocação que alguns autores fazem é a de reivindicação de uma *política relacional* (ESCOBAR, 2015, FLORIANI, 2019) ancorada na alteridade, uma *política da diferença* (LEFF, 2015, ESCOBAR, 2015) ou também *cosmopolítica* (STENGERS, 2018).

Estes conceitos servem, cada um à sua maneira, para enfatizar a coexistência. Se a coexistência, como foi argumentado ao longo deste capítulo, é um fenômeno histórico e que não somente explica, mas também subjaz a análise multitemporal da história humana, também pode ser dito que a coexistência está presente no capitalismo moderno colonial e patriarcal. Porém a duras custas. A coexistência não se refere a ausência de conflito, entretanto o caráter colonial da modernidade capitalista não suporta a diferença. Esta é uma chave analítica mais profunda que a análise da subsunção dos modos de produção não-capitalistas ao capitalismo, como advoga a tradição da crítica da economia política. O genocídio está no espírito do capitalismo. As resistências, as margens, as periferias, ainda que úteis, são seu ponto cego.

Se, da mesma maneira instrumental objetificante as estruturas em dominância subjagam os atores de borda, também subjagam a natureza. Fazendo com que as bases fundamentais para ecologia política e para a sustentabilidade, repouse na reapropriação social da natureza a partir da re-existência de povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses. Esta posição possui uma radicalidade intrínseca, pois, uma política centrada na alteridade e na diferença, na gestão comunitária e coevolutiva com a natureza, prescinde de dominação, entre classes, entre culturas e entre espécies.

Este ambicioso projeto reclama saltos de consciência intersubjetivo e interculturais. Aprender com a agricultura ancestral é abrir as janelas da criatividade, pois se os *condenados da terra* podem re-existir, então outros mundos são possíveis, basta que criem-se as condições para inventá-lo.

## **6 REINVENTANDO MUNDOS DESDE AS AGRICULTURAS ANCESTRAIS: RE-EXISTÊNCIA DOS ATORES DE BORDA COMO REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA**

### **6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

No capítulo anterior mencionou-se o caráter multitemporal e coevolutivo das distintas formas de agricultura ancestral praticadas por povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses. Suas características advêm da indissociabilidade entre a tríade prática, significado e conhecimento a qual as comunidades acumulam ao produzir e se reproduzir por meio da agricultura.

É multitemporal porque ali muitos tempos habitam. É assim porque cada comunidade, cada cultura, cada sujeito, hibridiza à sua maneira seus traços de ancestralidade ao serem interpelados pelas estruturas em dominância. Entretanto, uma vez que as estruturas em dominância, tal qual os atores que assim se identificam, são alheios à diferença, a persistência da ancestralidade é uma luta coletiva a qual os atores de borda se obrigam a travar para existir. Isto é, re-existir.

É também coevolutiva, pois as ancestralidades são redutos da relação multidimensional entre humanos e a natureza. Ali são conjugados práticas, conhecimentos e significados, também hibridizados ao longo de gerações, sobre a natureza não-humana de maneira complexa e conectada com a natureza humana, e, portanto, muito distintas da forma como as estruturas e atores dominantes se relacionam com a natureza. Uma vez que as práticas, conhecimentos e significados sobre a natureza são alicerces da ancestralidade de povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses, é possível constatar que sua luta por re-existência é também a luta por reapropriação social da natureza, e mais, pode ensinar outros modos de relações com a natureza a despeito daquelas depredadoras do atual sistema hegemônico.

Agora, com o objetivo de visibilizar experiências concretas realizadas por povos e comunidades tradicionais, este capítulo destina-se a uma aproximação com as práticas, conhecimentos e significados de povos faxinalenses e quilombolas territorializados na região dos Campos Gerais, Centro-Sul do estado do Paraná.

Para a execução de tais objetivos, será feita uma abordagem analítico-descritiva de documentos publicados, síntese de quase dez anos de existência do

Grupo de Pesquisa e Extensão Interconexões: saberes, práticas e Políticas de Natureza, vinculado à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Neste período, o Grupo de Pesquisa executou os projetos de pesquisa “Das Territorialidades Tradicionais às Territorializações da Agroecologia: Saberes, Práticas e Políticas de Natureza em Comunidades Rurais Tradicionais do Paraná” (CNPq, Universal 431468/2016-8), e o projeto de extensão “Núcleo de estudos e Capacitação Sociotécnica de Populações Tradicionais em Agroecologia nos Territórios Faxinalenses” (CNPq 403031/2017-6). Ambos os projetos estão materializados em quinze capítulos distribuídos em dois livros: Pereira et al (2021) e Floriani e Floriani (2022).

## 6.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ATORES E TERRITÓRIOS

A região Centro-Sul paranaense é produto do processo de formação socioespacial de territórios agrossilvipastoris camponeses relegados à periferia do espaço pecuário e extrativista das oligarquias agrárias dos Campos Gerais; é um espaço de atuação de vários atores sociais que buscam territorializar suas ações e racionalidades a partir de projetos de desenvolvimento rural em estabelecimentos familiares. Essa periferia destaca-se pela presença de comunidades tradicionais e formas de vida camponesas (TOMASI; PEREIRA, 2021).

Neste território, movimentos de articulação político-identitária quilombola ganharam destaque a partir de 1995, com a criação da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). No Paraná, em 2010, lideranças das associações quilombolas constituíram a Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná (FECOQUI), como resposta à invisibilidade histórica. Paralelamente, nos últimos anos, os "faxinais" também emergiram como fenômeno regional, com lideranças locais instituindo a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) em 2005 (TOMASI; PEREIRA, 2021).

De acordo com Tomasi e Pereira (2021), a ascensão dessas identidades coletivas tradicionais está diretamente ligada à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estendeu os direitos às "terras tradicionalmente ocupadas" para além dos povos indígenas. Essa mudança permitiu que sujeitos tradicionais reivindicassem não apenas territórios, mas também suas identidades

étnicas, culturais, econômicas e sociais. No território centro-sul paranaense, essa reivindicação tornou-se evidente com a presença de comunidades remanescentes quilombolas, e dos faxinais,

Em especial no caso dos faxinais, a visibilidade da identidade coletiva no Paraná também está relacionada às políticas ambientais que propiciaram a permanência das populações em áreas remanescentes. Ainda que a delimitação de reservas legais imponha limites à autonomia comunitária condicionando-as aos critérios fixos dessa abordagem, Tomasi e Pereira (2021) concordam que a criação da Área Especial de Uso Regulamentado (ARESUR), considera tanto a conservação ambiental quanto a produção camponesa tradicional.

Ainda, o modo de viver tradicional e comunitário na região centro-sul paranaense está muito ligada aos *agrupamentos familiares*. Esses agrupamentos, coexistem com áreas de criadouros comunitários e as terras de plantar, sendo estas duas últimas geridas de maneira comunitária. Tais modos de viver delineiam não apenas relações sociais, mas também a própria extensão território comunitário. A disposição das moradias, cercas e porteiras reflete, então, não apenas uma herança cultural, mas um conjunto dinâmico de identidades disponíveis para a ação social, moldado pelo contexto em constante evolução (TOMASI; PEREIRA, 2021).

Tipicamente como atores de borda, as comunidades tradicionais do Centro-Sul do Paraná enfrentam uma série de conflitos para perpetuar seus modos de produção e reprodução. De acordo com os fascículos publicados pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, a história dos quilombolas do Sul é permeada por conflitos. Desde que ocuparam o território, após a abolição da escravatura, as comunidades passam por diversos tipos de perseguições, ameaças e violências. À medida que a modernização da agricultura aumentava a demanda por terras, passou-se a aumentar as perdas concretas de território para fazendeiros, posseiros e também para a prefeitura. Os fascículos detalham também perseguições às festividades religiosas e ataques, como atear fogo às casas e às lavouras, sempre que havia alguma tentativa de mobilização (PNCS-PCTB, 2009).

Já os faxinais têm seu modo de vida tradicional ameaçado sobretudo na fragilização do criadouro comum. Nestes casos, a venda de algum pedaço de terra, por descendentes, herdeiros ou até mesmo pela prefeitura, leva ao cercamento do território que antes era comunitário com efeito direto na diminuição do território. Tais conflitos repousam no cerne da reprodução social do modo de vida tradicional, pois,

uma vez cerceados de criar os animais comunitariamente não é somente segurança alimentar das famílias que está em vulnerabilidade, mas também sua cultura. Os faxinalenses ainda relatam a convivência com ameaças e mortes de animais que porventura venham a transpassar as cercas dos novos proprietários. Ainda, como vizinhos de cerca, os faxinalenses são postos a conviver com alterações na paisagem e no ecossistema, uma vez que se passam a plantar monoculturas e a utilização de máquinas e agrotóxicos (PNCS-PCTB, 2008).

Neste contexto, pode-se afirmar que as comunidades tradicionais enfrentam desafios significativos relacionados à autonomia e dependência, conforme destacado no cenário de tensões apresentado. Um dos principais critérios de autonomia refere-se à gestão e controle dos territórios tradicionais, onde comunidades faxinalenses, quilombolas e indígenas buscam preservar suas práticas socioterritoriais ancestrais. No entanto, a autonomia dessas comunidades é constantemente ameaçada por atores externos, como neorurais, proprietários de chácaras, empresas transnacionais e igrejas neopentecostais, que introduzem novos padrões comportamentais e modos de uso dos recursos naturais. Esses elementos externos, associados ao processo histórico de disputa territorial, provocam cisões nas comunidades, levando à perda da segurança alimentar, autonomia tecnológica e viabilidade econômica. Nesse contexto, os conflitos entre diferentes visões de ruralidade e estilos de desenvolvimento revelam um profundo processo de transformação do modo de vida rural, desafiando a coexistência de racionalidades diversas (FLORIANI; FLORIANI, 2020).

O reconhecimento e a reivindicação dos direitos socioterritoriais representam outra dimensão crucial nesse cenário. As comunidades tradicionais emergem como novos sujeitos de direitos, demandando do Estado o reconhecimento e a proteção de suas territorialidades. A instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em 2006 marca um ponto de inflexão nesse processo, conferindo legitimidade às reivindicações dessas comunidades. Contudo, o desafio persiste, pois a tímida regularização fundiária e as disputas em torno do uso e apropriação do território continuam a ser pontos críticos. O movimento amplo de reivindicação, envolvendo diferentes atores sociais como movimentos sociais, organizações não governamentais, academia e poder público, destaca a necessidade de uma abordagem holística para garantir a autonomia e a sustentabilidade das comunidades tradicionais, redefinindo suas territorialidades em

meio às transformações históricas e às complexidades socioterritoriais (FLORIANI; FLORIANI, 2020).

É importante destacar também que na região Centro-sul, o debate em torno da Agroecologia experimentou um notável crescimento, impulsionado por um conjunto de políticas públicas implementadas pelo governo do estado do Paraná. Destaca-se o Programa Paraná Agroecológico, revogado em março de 2020, que visava promover ações integradas entre municípios, organizações da sociedade civil e instituições públicas ou privadas. Esse programa tinha como objetivo a consolidação e ampliação de sistemas de produção e consumo baseados nos princípios da Agroecologia (FLORIANI et al, 2022)

A territorialização das políticas públicas, embora inicialmente promissora, enfrenta desafios significativos. A instrumentalização tecnoburocrática, a hierarquização de normas e leis, e a excessiva burocratização na certificação de produtos orgânicos são obstáculos que limitam a autonomia das práticas agroecológicas. A resistência local surge como um contramovimento, onde os atores locais buscam preservar e redefinir suas identidades históricas diante das transformações e apropriações externas. Em suma, o processo de crescimento do debate sobre Agroecologia na região Centro-sul está intrinsecamente ligado a um cenário de tensionamento entre práticas locais, interesses econômicos, burocratização e a busca por uma agricultura mais sustentável e inclusiva (FLORIANI et al, 2022).

Entretanto, os autores observam uma (re)apropriação de sistemas sociotécnicos por parte das comunidades tradicionais historicamente subalternizadas, caracterizada pela resistência cultural, territorial e ambiental. Essa resistência emerge com potencial para a construção de sujeitos agroecológicos, mobilizando dimensões territoriais, ecológicas e sociais. Ações como a transferência de decisões para os atores de borda, a conservação do patrimônio biocultural e o associativismo local, têm o potencial de catalisar autonomias socioambientais, proporcionando uma alternativa onde a Agroecologia dialoga com povos e comunidades tradicionais (FLORIANI et al, 2022).

Este encontro é muito fortuito. Em capítulos anteriores foi analisado em como o movimento agroecológico materializado no discurso da ANA procura visibilizar e dialogar com povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses. Neste encontro repousa um potencial reflexivo, pois, se em outro momento foi

verificado os mecanismos discursivos de atores dominantes, e, considerado que, por influência de sua hegemonia estruturante, tais discursos (racismo, machismo, narrativas de sucesso, etc) interpelam os demais atores fazendo com que negociem sua construção subjetiva a partir de processos de hibridação, então pode-se perguntar quais são os pontos nodais em que a Agroecologia colabora nos processos de re-existências das agriculturas ancestrais praticadas pelas comunidades tradicionais quilombolas e faxinalenses do Centro sul do Paraná? Quais são as características dos sistemas agroalimentares construídos no encontro entre as agriculturas ancestrais e a Agroecologia? A procura por estas respostas guiará os próximos passos.

### 6.3 CARACTERIZANDO A AGRICULTURA ANCESTRAL A PARTIR DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO CENTRO-SUL PARANAENSE

Ao longo dos últimos cinco anos, o Grupo de Pesquisa Interconexões trabalhou por meio de pesquisa e extensão em distintas comunidades, das quais estão sintetizadas nos livros Pereira et al (2021) e Floriani e Floriani (2022) as comunidades Faxinal Sete Saltos, em Ponta Grossa; Faxinal Marmeleiro, em Rebouças; Faxinal Taquari dos Ribeiros, em Rio Azul; Faxinal dos Seixas, em São João do Triunfo; Faxinal Charqueada dos Betim, no município de Imbaú, Faxinal de Lageado de Baixo em Mallet; Comunidade Faxinal de Lageado dos Mello, situada em Rio Azul; Faxinal de Sete Saltos de Baixo e de Cima, ambas em Ponta Grossa; e na Comunidade Quilombola de Palmital dos Pretos, em Campo Largo.

As pesquisas tratam de diferentes aspectos de relação das comunidades com a natureza e com a gestão do território e vão ser refletidas aqui distinguidas por temas convergentes.

#### 6.3.1 Conhecimento ancestral na relação com a natureza e na gestão do território

No capítulo anterior foi destacado a dimensão do *corpus*, isto é, do conhecimento adquirido na vivência com o ambiente de maneira correlacional com os significados (*kosmos*) e com a prática (*práxis*). Assim, da mesma maneira que vem sendo empregado a noção de agricultura ancestral, pode-se dizer sobre o conhecimento. Isto por que o conhecimento também é construído no jogo de

negociações e traduções entre o que já acumulado pelas prévias gerações e que consolidaram o modo de viver tradicional e outros conhecimentos, como tem sido o encontro com a ciência agrária moderna e a Agroecologia.

Nos capítulos publicados em Pereira et al (2021) e Floriani e Floriani (2022) constam relevantes produtos de pesquisa que tratam do assunto. Por exemplo, os povos e comunidades tradicionais elaboram um rico repertório de classificação de diferentes solos encontrados no território comunitário. Tal repertório é constituído por associações entre caracterização dos diferentes solos com base em suas peculiaridades visíveis mas também associados a paisagem, ao relevo e ecossistema, este novo repertório é ressignificado por critérios bioculturais e manejados a partir deste conjuntos de princípios por mediadas por práticas agrícolas já consolidadas para cada solo.

Partindo de uma abordagem etnopedológica, Marinheski e Floriani(2021), encontraram três grandes classificações de solos, após o trabalho de campo em faxinais entre os municípios de Mallet e Rio Azul, na região Centro-Sul do Paraná. De acordo com os autores, os faxinalenses descrevem criteriosamente os diferentes tipos de solo destacando suas características distintivas também no nome dado ao solo. A Terra Branca é notável pela sua cor "esbranquiçada" e pela presença de "piçarras" azuladas, sendo identificada como excelente para o plantio de fumo. Por outro lado, a Terra Preta é reconhecida pela sua elevada fertilidade e cor "preta acinzentada", sendo associada a uma maior concentração de matéria orgânica. Em contrapartida, a Terra Seca é considerada de qualidade inferior para a maioria dos cultivos locais, caracterizando-se pela falta de matéria orgânica e uma textura solta e seca, sendo mais adequada para o plantio de mandioca, arroz, batata e reflorestamento com bracatinga (MARINHESKI; FLORIANI, 2021).

É de notório destaque a associação que as comunidades fazem entre os solos e as plantas espontâneas que ali naturalmente ocorrem, como plantas bioindicadoras predominantes em cada tipo de terra. Na Terra Branca, por exemplo, vegetam espécies como sassafrás (*Ocotea odorifera*), corticeira (*Erythrina falcata*) e jaguarandi (*Piper* sp.), enquanto na Terra Preta são encontradas tupixaba branca (*Baccharis dracunculifolia*), timbó (*Lonchocarpus subglaucescens*) e azedinho (*Oxalis* sp.). Já na Terra Seca, a vegetação é caracterizada por taquaras (*Merostachys multiramea*), tupixaba preta (*Eupatorium laevigatum*) e bracatinga (*Mimosa scabrella*). (MARINHESKI; FLORIANI, 2021).

As categorias de solos construídas corroboram a perspectiva indissociável entre as dimensões, prática, conhecimento e significado. Fica evidente quando se destaca a correlação entre o atributo contido no processo de significação, por exemplo o signo Terra “Preta” ou “Seca”, e a associação ao conhecimento ancestral etnopedológico como a quantidade de matéria orgânica ou ao tipo de argila, o que culmina em práticas agrícolas distintas. Tal conhecimento adquirido de maneira ancestral é central para povos faxinalenses pois é parte característica destas comunidades um processo de divisão entre as terras para o criadouro comunitário e as terras de plantar, para a agricultura, como explicam Marinheski e Floriani (2021).

É importante ponderar também que os pesquisadores notaram nos entrevistados um domínio de termos da ciência agrária moderna, como conservação de solos, matéria orgânica, acidez do solo, argila, permitindo com que Marinheski e Floriani (2021, p.73) destaquem o fenômeno do hibridismo. Neste caminho, considera-se que o trabalho etnopedológico realizado pelos pesquisadores dialoga em grande medida com a perspectiva etnoecológica na qual se baseia esta pesquisa, pois permite compreender a agricultura ancestral como um modo de vida dinâmico que negocia práticas, conhecimentos e significados com atores externos à comunidade, rejeitando-os e/ou incorporando-os.

Outro importante vínculo da agricultura ancestral praticada pelas comunidades e o ambiente territorializado é o desenvolvimento e multiplicação de raças, sementes, mudas e propágulos vegetativos que atravessam gerações. Tais espécies, vegetais ou animais, são conhecidas como *variedades crioulas*, onde as grandes protagonistas são as *sementes crioulas*.

As sementes crioulas são variedades de plantas cultivadas ancestralmente por agricultores e se tornam cada vez mais adaptadas às condições locais de solo, clima e práticas agrícolas. Elas são resultado de um processo de melhoramento massal, isto é, a escolha das melhores plantas por meio de caracteres empíricos, geralmente visuais, para salvar e replantar ano após ano. O mesmo ocorre com animais sejam estes, suínos, bovinos, equinos, caprinos, entre outros, os critérios zootécnicos são empiricamente avaliados e os progenitores selecionados especificamente para reprodução. Tais sementes (ou sêmen) têm um valor cultural e genético significativo, pois são fruto da coevolução entre as gerações de agricultores, as gerações das espécies e as mudanças ambientais e climáticas do

território. Respondem à autonomia dos agricultores, além de serem mais adaptadas e resilientes a condições adversas do que as variedades comerciais.

De acordo com Stadler e Floriani (2021), tanto nas comunidades faxinalenses quanto quilombolas, interlocutores da pesquisa, encontram-se os *guardiões das sementes*. Os guardiões de sementes são agricultores que desempenham um papel crucial na preservação da agrobiodiversidade e na manutenção das práticas agrícolas ancestrais. Eles são responsáveis por cultivar e multiplicar variedades de sementes crioulas ao longo do tempo, utilizando métodos que foram transmitidos através de gerações. Embora nem sempre assumam essa função por escolha própria, esses guardiões desempenham um papel fundamental na conservação da diversidade genética das culturas agrícolas, contribuindo para a segurança alimentar e a resiliência dos sistemas agrícolas locais.

Do ponto de vista cultural, a prática da estocagem de sementes desempenha um papel significativo na coesão comunitária e na preservação do conhecimento ancestral. Por meio de eventos, como feiras de sementes e celebrações religiosas, os guardiões de sementes têm a oportunidade de se reunir, trocar experiências e compartilhar suas técnicas de produção. Essas trocas não só fortalecem os laços sociais entre os agricultores, mas também ajudam a preservar uma parte importante da identidade cultural das comunidades (STADLER; FLORIANI, 2021).

Em relação às espécies crioulas, os guardiões de sementes mantêm uma variedade de cultivos tradicionais, com destaque para o feijão, o milho, a mandioca, as abóboras, os legumes e os temperos. Essas variedades são essenciais para a subsistência das famílias agricultoras, não apenas fornecendo alimentos nutritivos, mas também preservando uma parte fundamental da herança agrícola local. Além disso, os guardiões também cultivam uma variedade de plantas medicinais e frutíferas, contribuindo para a diversidade de recursos disponíveis nas comunidades tradicionais do Centro Sul paranaense (STADLER; FLORIANI, 2021).

O resgate e valorização das variedades crioulas é um importante exemplo positivo do encontro entre as comunidades tradicionais e a Agroecologia. Neste sentido, práticas que já ocorriam nas comunidades são potencializadas a partir de atores externos orientados por conceitos de Agroecologia, fomentam uma importante luta de reapropriação social da natureza contra a apropriação privada da agrobiodiversidade construída por mãos camponesas. Stadler e Floriani (2021)

relatam tal processo a partir do apoio do Grupo de Pesquisa na formação de um banco de sementes, que em verdade atua como um reduto do patrimônio genético das comunidades fruto da coevolução.

Em outro momento foi comentado como o território faxinalense se organiza entre terras de plantar e as terras do criadouro comum. Como é nas terras do criadouro comum onde as famílias constroem também suas casas, seus paióis e pequenas hortas, é por ali também onde alimentam seus animais. O criadouro comunitário é, em verdade, uma grande porção de mata nativa, em que os animais pastejam e “faxinam” os pequenos arbustos. Por isto o território faxinalense pode ser considerado um sistema agroflorestal e/ou agrosilvipastoril. onde a interação entre os elementos naturais e as práticas humanas é fundamental para a subsistência das famílias.

Dentro desse contexto, as abelhas desempenham um papel central, não apenas como polinizadoras, mas como agentes que conectam as diferentes camadas desse ecossistema, contribuindo para a diversidade e o equilíbrio dos recursos naturais. Como atividade que se beneficia desta condição, a criação de abelhas é uma importante fonte de renda para as famílias, tanto a apicultura, mas mais recentemente vem se estabelecendo a meliponicultura. E é neste contexto em que se encontra a pesquisa de Bahr et al (2022).

De acordo com os autores, a meliponicultura é a prática ancestral de criação racional das abelhas sem ferrão, uma expressão concreta da relação dos faxinalenses e as abelhas nativas. Diferenciando-se da apicultura tradicional, a meliponicultura trabalha com espécies nativas de abelhas, conhecidas também como abelhas indígenas. O mel produzido por essas abelhas não apenas possui um alto valor de mercado, devido à sua qualidade e variedade de sabores, mas também está intrinsecamente ligado a práticas medicinais e culturais, conferindo-lhe um caráter simbólico e multidimensional.

A hibridação dos conhecimentos zootécnicos da criação de abelhas com o conhecimento popular das comunidades faxinalenses é evidente na prática da meliponicultura. Enquanto técnicas modernas são incorporadas, como a elaboração de iscas e o controle de invasores nas colônias, também se valorizam os métodos tradicionais de manejo e preservação das abelhas e de seus habitats. Essa integração entre o saber científico e o saber local resulta em práticas mais resilientes e sustentáveis, que fortalecem não apenas a autonomia socioambiental das

comunidades, mas também sua identidade cultural e sua relação com o território (BAHR, et al, 2022).

Os autores destacam também a potencialidade de abertura de mercados alternativos associados à meliponicultura revelando não apenas uma oportunidade econômica, mas também um caminho para a valorização dos produtos da agrofloresta e o fortalecimento dos laços comunitários. A diversificação dos produtos, como o mel, o própolis, o pólen e as colônias, abre novas perspectivas para a geração de renda ao mesmo tempo em que se resgatam e inovam práticas ancestrais ligadas à floresta como um tipo de agricultura ancestral.

### 6.3.2 Celebração da cultura, inovação e geração de renda

Foi comentado no capítulo anterior o papel que a construção da identidade cumpre no processo de resistência das comunidades, o que pode ser dito como, *re-existência*. Para tal, é necessário práticas de revitalização dos modos de vida tradicional como forma de celebração da cultura, dos símbolos e significados (soma-se aqui a dimensão espiritual) que se pretende conservar ao longo das gerações e que caracterizam um modo de vida, e por isso constroem e reafirmam identidades.

Uma importante correlação repousa entre a alimentação e a agricultura. De acordo com a pesquisa de Paes e Floriani (2022) as práticas alimentares tradicionais estão intrinsecamente ligadas aos sistemas agroalimentares locais, transcendendo a mera produção agrícola. Estas práticas emergem das relações familiares, de compadrio e convivência, moldando escolhas alimentares e métodos de preparo. Tais tradições revelam uma riqueza sociobiodiversa, enraizada em técnicas de conservação e preparação transmitidas oralmente entre gerações, além de carregarem significados que permeiam desde o cotidiano até as celebrações festivas.

Ao longo do trabalho etnográfico os autores puderam evidenciar uma riqueza de produtos oriundos da agrofloresta faxinalense. Na Floresta manejada os autores destacam como principais produtos as frutas nativas (jabuticaba, guabiroba, amora, pitanga); as frutas cultivadas (limão, laranja, tangerina, pêsego) e o herbário de erva-mate. Já nos quintais produtivos destacam-se as hortaliças e legumes em geral (cebola, pepino, jiló, pimentão, repolho, chuchu, abóbora, brócolis, beterraba, cenoura, cará, rabanete, couve etc.); as plantas medicinais (poejo, erva-doce, capim

santo, melissa, hortelã, arruda, alecrim, erva cidreira, camomila, mil folhas, babosa, etc.). E nas terras de planta geralmente encontram-se frutas nativas; erva-mate; e as culturas anuais (milho, feijão, abóbora, mandioca, batata doce, aveia, melancia, amendoim, cana-de-açúcar, pepino, alho, cebola etc.) (PAES; FLORIANI, 2022, p.180).

Partindo destas considerações, Paes e Floriani (2022) enfatizam a relação entre cultura alimentar e agrobiodiversidade local incorporada nas técnicas culinárias e na produção artesanal. Enquanto algumas receitas são preparadas para o consumo diário, outras estão reservadas para ocasiões especiais, como festas religiosas e eventos familiares. No caso das festas de santos alguns grupos de famílias são responsáveis pelo preparo das receitas para o evento festivo. Tradicionalmente há uma divisão sexual do trabalho, onde os homens são responsáveis pelo abate dos animais enquanto as mulheres são responsáveis pelo preparo.

Tão importante quanto as receitas tradicionais do cotidiano estão os produtos artesanais, onde parte da produção é planejada para venda e geração de renda. Esta produção também é orientada a partir de conhecimentos ancestrais constantemente atualizados. Os produtos processados oriundos da agrofloresta faxinalense constatados por Paes e Floriani (2022) são: a erva-mate (secas no carijo ou no forno de barro), doce de leite pastoso, farinha de mandioca, pães caseiros (convencional, integral, sabores locais: ora-pronóbis, cará, abóbora etc.), bolachas caseiras (com e sem leite), geleias de frutas (jabuticaba, guabiroba, amora, morango, laranja, uva, pitanga), molhos de pimenta, conservas vegetais.

Pode-se compreender então, que os alimentos tradicionais estão intrinsecamente ligados às memórias e histórias das pessoas que os produzem e consomem, refletindo relações sociais e espaciais. O valor simbólico desses alimentos contribui para a construção de identidades coletivas e individuais, reforçando a ancestralidade das comunidades. Ademais, uma cultura alimentar viva repercute diretamente na cultura agrícola, uma vez que conjuga o cotidiano e a sazonalidade tanto das práticas alimentares quanto das práticas agrícolas.

No entanto, destacam Paes e Floriani (2022), a comercialização desses produtos enfrenta desafios frente às normas sanitárias, muitas vezes inadequadas para lidar com a diversidade e a complexidade dos sistemas alimentares tradicionais. Apesar de iniciativas regulatórias visarem preservar práticas artesanais

e conhecimentos ancestrais, a aplicabilidade das normas sanitárias ainda é limitada, levando muitos produtos a serem comercializados informalmente em circuitos curtos.

É importante se ater a esta questão, porque permite constatar momentos em que os atores de borda, protagonistas das agriculturas ancestrais, são marginalizados pelo conjunto de normas sanitárias para o processamento de alimentos. Tais fenômenos evidenciam o processo de dominação incutido nas estruturas em dominância, confirmando o argumento estabelecido no capítulo 2, de que as comunidades tradicionais se encontram em um não-lugar na modernidade, isto é, ainda que a modernidade periférica se realize coexistindo distintas formações sociais ou modos de vida, o faz subjugando quaisquer práticas que não partam dos mesmos princípios.

Entretanto, é nas margens da modernidade periférica onde surgem práticas de positivação das existências marginalizadas ocorrendo, por vezes, de maneira híbrida ou até mesmo contraditória, o encontro entre a inovação e a tradição a fim de reforçar as identidades ancestrais em um processo de re-existência. Neste contexto encontram-se a certificação dos produtos oriundos da agricultura ancestral viabilizado pelo projeto Selo Socioambiental “Produtos da Agrofloresta Faxinalense”: Capacitação Sociotécnica e Empoderamento Jurídico e Cultural para a Inclusão Socioeconômica de Comunidades Rurais Tradicionais do Paraná, relatados por Floriani e Gonçalves (2021) e Stroparo et al (2022).

Este projeto se encaixa no contexto de fortalecimento e integração social das comunidades faxinalenses, que enfrentam desafios de vulnerabilidade socioterritorial. Busca-se criar alternativas socioculturais diante do modelo de desenvolvimento rural paranaense, marcado por profundas desigualdades regionais que marginalizam as populações tradicionais. O selo, obtido através de uma certificação participativa, busca promover a aproximação entre produtores e consumidores, incentivando a obtenção de renda por meio de Circuitos Curtos de Comercialização (CCC), assim como a oferta de produtos nos programas institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Também foram estimuladas pelo projeto a venda de produtos certificados em feiras de agricultores familiares ligados à agroecologia e eventos acadêmicos. A certificação agroecológica surge como uma alternativa para agregar valor aos produtos, respeitando a biodiversidade local e promovendo práticas sustentáveis (FLORIANI; GONÇALVES, 2021).

O processo de certificação participativa é um dos métodos de certificação orgânica regimentado mais atualmente pela Portaria nº 52, de 15 de março de 2021, que estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção. Para haver a certificação participativa é necessário a criação de uma Organização de Controle Social (OCS), composta pelos próprios agricultores e vão seguir uma série de princípios dispostos no termo da lei para conferir a certificação. Para a realidade faxinalense, as OCS emergem como um modelo adaptado à organização social baseada em relações de compadrio e vizinhança, além de se apoiarem na lógica econômica familiar e valores éticos de preservação dos recursos naturais (STROPARO et al, 2022).

O controle social é destacado como um processo de credibilidade organizado pela participação direta dos atores, garantindo a qualidade dos produtos e processos. Stroparo et al (2022), mencionam o processo de certificação como uma iniciativa de inovação social, ligada àecoinovação, propondo uma nova racionalidade produtiva e de processos, fugindo de imposições burocráticas e adaptando-se às especificidades territoriais. Neste sentido, o desenvolvimento de ferramentas para certificação dentro dos princípios agroecológicos, com características de ecoinovação e inovação social, é sugerido como forma de atender à legislação sem impor uma lógica de produção limitante às comunidades.

As ações do projeto beneficiaram quatro comunidades tradicionais faxinalenses, promovendo a regularização jurídica das associações comunitárias e o debate sobre direitos e deveres, por meio de reuniões entre os pertencentes as comunidades faxinalenses e a equipe do projeto. As reuniões realizadas envolveram uma profunda discussão sobre os aspectos legais e normativos necessários para estabelecer e administrar uma OCS (FLORIANI; GONÇALVEZ, 2021, STROPARO et al, 2022).

Um dos principais desafios enfrentados diz respeito ao cumprimento dos protocolos estabelecidos pelos órgãos reguladores, especialmente para o credenciamento das OCS junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esses protocolos incluem a elaboração de um detalhado Plano de Manejo Orgânico (PMO), obrigatória para propriedades agroecológicas certificadas ou em processo de transição/conversão. Esse documento abrange informações que abordam desde a história da propriedade até os procedimentos de produção, cuidados ambientais, bem-estar animal, entre outros. No entanto, o nível

de detalhamento necessário se dá como um entrave para o processo de certificação, especialmente devido à abrangência dos requisitos relacionados à criação animal. Além disso, a produção de mel também enfrenta desafios similares em relação às normas e protocolos abrangentes que regem todas as fases da produção e comercialização (STROPARO et al, 2022).

O caso da certificação dos produtos da agrofloresta faxinalense, por excelência, colabora no debate sobre a hibridação relacionada com a *re-existência*. A hibridação em questão não procura inserir os atores em uma lógica mercantil de produção agrícola, como se procurasse tornar atores de borda em atores híbridos (à espelho do SIS), práticas já postuladas por perspectivas desenvolvimentistas e/ou liberais, que tendem a erodir a ancestralidade dos agricultores. Mas sim, se faz valer de mecanismos normativos (a certificação participativa) para consolidar o modo de vida ancestral ao mesmo tempo em que proporciona formas de obtenção de renda coerentes com a autonomia e a autodeterminação das comunidades.

Alguém ainda pode questionar se o aumento da venda de excedentes estimularia a racionalidade produtivista, mas é importante ponderar que o processo de certificação valoriza a agricultura ancestral em dois sentidos, por um lado estimula ao produtor e garante ao consumidor a perpetuação e inovação de técnicas sustentáveis de produção agrícola, e por outro, o processo de certificação opera como agregação de valor aos produtos da agrofloresta faxinalense, ou seja, os agricultores são melhor pagos por unidade de produto vendido, se tornando uma alternativa ao aumento da escala de produção, uma vez que aumentar a escala e se especializar em poucos produtos (perda de agrobiodiversidade) é uma decisão comum aos agricultores familiares que adentram a lógica empresarial.

#### 6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste trajeto foi possível fazer uma discussão sobre as atividades, pesquisas e materiais publicados pelo Grupo de Pesquisa Interconexões em sua atuação junto às comunidades tradicionais quilombolas e faxinalenses do Centro-Sul paranaense. Tal processo cumpriu importante fase da pesquisa ao aplicar uma abordagem etnoecológica na compreensão da luta por reapropriação social da natureza realizada por sistemas agroalimentares de borda.

Foi discutido anteriormente que a ancestralidade opera como fator crucial na construção de sistemas agroalimentares de borda, sobretudo para povos indígenas, comunidades tradicionais e formas camponesas de agricultura. Também foi visto o papel que a natureza não-humana, o território, cumprem na perpetuação da agricultura ancestral. Neste sentido, concluiu-se que o processo de reafirmação das agriculturas ancestrais, como forma de re-existência, está diretamente ligado com as formas de manejo e gestão percebidas e apropriadas de cada ecossistema em que as comunidades estão inseridas.

Esta conexão foi por vezes protagonista nas pesquisas explicitadas, partindo com foco central nas visibilização e valorização da cultura ancestral e também na geração de renda através da cultura agrícola. Desta experiência pode-se considerar alguns elementos. Se a hibridação é um fenômeno constitutivo das agriculturas ancestrais, compreende-se então que não somente o conhecimento, símbolos e práticas dominantes interpelam os atores de borda, mas também conhecimentos, símbolos e práticas contra-hegemônicos, como os que partem da Agroecologia.

Ao partilharem de princípios da Agroecologia, os capítulos aqui discutidos revelam importantes pontos de colaboração mútua entre as comunidades e atores externos. Assim, é possível considerar que o processo de re-existência das agriculturas ancestrais pode dialogar com conhecimentos, significados e práticas externas à comunidade. É possível notar, ainda, que este diálogo muitas vezes vem para reafirmar e/ou reestabelecer práticas já consolidadas na comunidade, que podem estar se erodindo ou estejam subestimadas na cultura agrícola. Aqui é central o exemplo das sementes crioulas. Pode ser também destacado o exemplo da meliponicultura com um fator adicional, como a criação racional de abelhas nativas além de perpetuar a agrofloresta faxinalense pode ser também destinada à comercialização, se assim for a estratégia das famílias.

Já o processo de certificação dos produtos da agrofloresta faxinalense, além de reforçarem o caráter comunitário (exigência da certificação participativa) mesmo que opere normatizando a cultura agrícola, vem a reafirmar a identidade ancestral em diálogo com o consumidor, o qual, por consequência, transfere renda aos sistemas agroalimentares de borda, e não aos dominantes, possibilita também uma maior autonomia das comunidades e ressignifica o sentido de agricultura ancestral como um processo de re-existência.

Destas considerações pode-se afirmar que a Agroecologia é algo diferente da agricultura ancestral. A Agroecologia não pode ser a agricultura ancestral pois esta escapa a apreensão objetiva, ainda que multi e interdisciplinar, do conhecimento científico que subjaz a Agroecologia. Entretanto, a Agroecologia, como já descrito em outros momentos deste trabalho, bebe na fonte dos (e aprende com os) conhecimentos, significados e práticas dos povos indígenas, comunidades tradicionais e camponesas, assim como, do conhecimento científico, interconectando a ciência agrária, a ecologia, as ciências humanas, entre outros campos. Sua postura política, ou seja, a dimensão já estabelecida no campo científico, a Agroecologia Política, atua ao lado dos sistemas sociais periféricos, procura a conexão campo e cidade, com objetivos de construir sistemas agroalimentares sustentáveis.

As agriculturas ancestrais podem, então, encontrar na Agroecologia aliados no processo de re-existência sempre quando esta estiver atenta a aprender com as distintas formas de construir outros mundos, dado que os povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses resistem à subordinação dos sistemas dominantes desde a colonização da América. O que faz necessário que a Agroecologia atue tanto desde a perspectiva da Ecologia Política latino-americana, quanto da perspectiva da etnoecologia, seja na pesquisa seja na educação (extensão?). A etnoecologia contribui a partir observação e escuta atenta à indissociabilidade entre conhecimento, significado e prática. Tal compreensão da constituição das agriculturas ancestrais está aberta para a multitemporalidade e coevolução das culturas alimentares e agrícolas que constituem a diferença constitutiva de cada comunidade.

Como foi possível verificar, as comunidades quilombolas e faxinalenses coexistem de maneira conflituosa com uma série de atores circundantes aos seus territórios, o que também coloca sua agricultura ancestral em risco. Quando a Agroecologia apoia os processos de resistência e re-existência das comunidades em seu território, seja na reafirmação de conhecimentos e práticas ancestrais, seja na certificação ecológica e na comercialização, consolida a (re)apropriação social da natureza como uma reação aos interesses dominantes em mercantilizar os territórios comunitários. Deste modo, é possível afirmar que as práticas e processos de re-existência das comunidades quilombolas e faxinalenses são ganhos de poder nas mais diferentes arenas de disputa, seja simbólica, discursiva, seja material, alimentar

ou agrícola, como forma de estabelecimento e reafirmação dos sistemas agroalimentares de borda.

Neste sentido, quando povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses reafirmam seu modo ancestral de vida ao se hibridizar com a questão ambiental, com a produção ecológica de alimentos, com a sustentabilidade, há um deslocamento de poder para as mãos de tais sujeitos nas arenas de lutas por apropriação e reapropriação social da natureza. Diz-se “re”apropriação pois tais atores, ao longo do processo de periferização e marginalização que passaram e ainda passam, são desterritorializados e reterritorializados a partir de suas próprias lutas por existir num mundo homogeneizador, logocêntrico, racista e machista. Para tais atores, onde a relação com o território e com a natureza compõe momentos centrais de sua identidade, re-existir é, ao mesmo tempo, reapropriar-se da natureza. Se são variadas e distintas as agriculturas ancestrais, frutos da multitemporalidade e da coevolução, a Agroecologia pode, como ciência, como prática mas também como projeto político de organização de sistemas agroalimentares, ensinar para os amplos setores da sociedade civil o que aprendeu com povos e comunidades tradicionais, que diversos modos de vida podem coexistir em uma relação não dicotômica com a natureza e alimentar o campo e a cidade com alimentos saudáveis a partir de agroecossistemas justos e saudáveis.

## 7 ONDE O FIM TAMBÉM É O COMEÇO

Ao fim desta jornada tantas coisas foram ficando cada vez mais claras e evidentes e outras tantas distantes e sombrias. Não poderia ser diferente. É da natureza do trabalho científico procurar incessantemente responder perguntas fundamentais sobre os mais diversos temas da existência na Terra, e, ao mesmo tempo, crescer-se de mais e mais perguntas. O que para alguns é a prova de grandiosidade da humanidade, para os mais humildes é o reconhecimento de que o conhecimento pouco pode frente a existência e que a ignorância é diretamente proporcional a quantidade de conhecimento acumulado.

O começo desta jornada é um bom exemplo. Esta trajetória de pesquisa se inicia um mês após os brasileiros receberem a notícia do confinamento em suas casas por incidência de uma pandemia global, a disseminação de um vírus nunca antes visto, com alto poder de transmissibilidade e letalidade, o a síndrome do novo coronavírus chamado de COVID-19 desafiou não somente os cientistas assim como a todos os grupos humanos do planeta a concluir algo de sua existência e sua missão na terra. Muitos não entenderam.

Pensar a existência humana na Terra é incômodo, não é anestésico. Pois pensar a si como integrante de um grande organismo no planeta, a humanidade, requer olhar para si e olhar para o outro. Como posto no início do Capítulo 2, a pandemia do novo coronavírus elevou os índices de humanos em situação de insegurança alimentar e fome. Como não se incomodar? Como não se incomodar com o aumento exponencial da destruição da natureza humana e não-humana justificado pela crescente demanda de alimentos, coordenada por inúmeros cientistas e incessantes inovações tecnológicas, tudo isso para massas humanas se depararem com a fome, mais uma vez.

Tal incômodo compartilhado por este trabalho de pesquisa fez com que não somente a agricultura, mas a forma complexa e sistêmica se organiza a produção e circulação de alimentos fosse o cenário de pesquisa. Daí a centralidade nos sistemas agroalimentares. Eleito o Brasil como escala de abordagem, foi argumentado que a organização dos sistemas agroalimentares se define pela heterogeneidade de formas de agricultura e modos de vida no meio rural, de relação direta com a natureza, que coexistem no cenário nacional interpelados pelas

estruturas em dominância e, portanto, tais sistemas se interrelacionam e se retroalimentam de maneira convergente, mas também conflitivas e excludentes.

Uma vez que as estruturas em dominância são confluentes ao modo de produção capitalista, moderno, patriarcal e racista, jaz nos aparatos de poder controlado por pequenos grupos de atores uma postura utilitarista e objetificante da natureza, procurando mercantilizá-la tão voraz seja possível, em nome do progresso, do desenvolvimento ou do crescimento econômico etc. Este *modus operandi* atua por excelência em sistemas agroalimentares dominantes, ignorando e subjugando qualquer vida que lhe faça oposição.

Neste sentido, não é velado o fato que a natureza não-humana, o ambiente, a terra, o território, estão em disputa. Deriva então a questão fundamental deste trabalho, as lutas por apropriação e reapropriação social da natureza. O que explica a origem desta pesquisa repousar nas fronteiras das Ciências Ambientais, gestada após a consolidação da Questão Ambiental, e se inscrever na linha de pesquisa em Epistemologia (Socio)Ambiental. Centrado neste campo do pensamento científico, foi elaborado uma série de questões, que resumidamente, são aqui recuperadas. Quais são os mecanismos de disputa de poder no que poderia ser chamado de *arenas de lutas* por apropriação e reapropriação social da natureza? Quem são os atores atuantes nestas arenas? Como os atores subalternizados reagem e/ou ganham poder nas arenas de luta? E o que o conhecimento científico e a humanidade podem aprender e atuar para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis e justos?

Ao começar a trilhar o caminho para responder tais questões foi feito ponderações sobre a Economia Política Agrária e a Sociologia Rural com fins de melhor compreender os fenômenos que tangenciam a formação de sistemas agroalimentares em terras brasileiras. Foi demonstrado como a crítica da Ecologia Política latino-americana subsidia interpretações centrais e, assim, propôs-se o Sistema de Interação Societal (SIS) como método analítico para compreensão das diferenças entre sistemas agroalimentares. Espera-se que, em especial com a PARTE II deste trabalho, a abordagem do SIS tenha demonstrado sua validade pois em países periféricos de passado colonial as diferenças constitutivas entre os atores subalternizados não podem ser confundidas, com os riscos de perpetuar a invisibilização de práticas, significados e conhecimentos aglutinados no que foi definido como agricultura ancestral.

É verdade também, por outro lado, que este trabalho de pesquisa não teve como objetivo tipologizar os sistemas agroalimentares. Isto se dá por dois motivos fundamentais, o primeiro é que para procurar as linhas tendenciais capazes de situar com alguma precisão atores nos sistemas agroalimentares propostos haveria de se realizar uma pesquisa empírica que correlacionasse elementos concretos das unidades de produção agropecuária e os critérios e caracteres diferenciais entre sistemas, o que esta pesquisa, por uma série de motivos, não se propôs. A segunda razão é a disposição desta pesquisa em se aprofundar nos fatores existentes na construção simbólica de atores, permitindo questionar abordagens deterministas que seguem caminhos de modo apressado ou imediatista para enquadrar atores em classes, grupos ou identidades.

Isto explica, em grande medida, o protagonismo dado na PARTE I à atores coletivos responsáveis pela produção de discursos capazes de disputar a conformação de sistemas agroalimentares. Enxerga-se que a validade desta escolha se respalda na abordagem teórico-analítica proposta, a díade entre prática e significado. A compreensão de que as práticas constituintes de uma unidade de produção agropecuária é um momento indissociável aos signos, símbolos e significados constitutivos de cada ator protagonistas. Ademais, as práticas e significados são interpelados por estruturas em dominância ecoados dos discursos hegemônicos de cada período histórico assim como, chocam-se aos discursos contra-hegemônicos, o que foi definido como lutas ideológicas.

Como espera-se ter ficado claro, as lutas ideológicas estabelecida na disputa por direção dos sistemas agroalimentares brasileiros, estão no cerne das lutas por apropriação e reapropriação social da natureza. Isto se deve à aceção positiva da Questão Ambiental levada a cabo tanto pela vanguarda da formação discursiva hegemônica, quanto pela formação discursiva contra-hegemônica. Entretanto, bem distintas entre si, foi possível debater os pontos centrais de antagonismo entre os discursos. Ressalva-se aqui a relevância do antagonismo como abordagem da luta ideológica. De acordo como foi interpretado, o antagonismo emerge da incapacidade da convivência com a diferença. Já a diferença é insuportável aos atores e discursos hegemônicos, isto se deve, como já posto, pela gênese renascentista/iluminista e colonizadora da modernidade capitalista, tipicamente eurocêntrica e logocêntrica.

Assim foi possível constatar no discurso analisado dos atores que reivindicam a representação do Agronegócio. Ainda quando se reconhecia as distintas formas de produção agropecuária, dividindo-as em pequenas e grandes empresas, o discurso hegemônico se colocava como representante da universalidade dos sistemas agroalimentares, e com isto, disputava o sentido da apropriação da natureza, agora, incorporando a Questão Ambiental alinhada aos ditames da financeirização da natureza, incorporando palavras como ESG, mercado de carbono e sustentabilidade.

Já o discurso contra-hegemônico seguiu a construção insubordinável de lutas sociais historicamente consolidadas na América Latina. Primeiro como denúncia, das práticas espúrias veladas no discurso hegemônico, das retóricas vazias e alienantes derivadas do universalismo que procura inserir as camadas médias subalternas da agricultura (os Sistemas Híbridos) nos mercados de insumos agrícolas e aprofundar a exclusão das periferias (os Sistemas de Borda). Mas também de maneira propositiva, os movimentos sociais, ao se articularem em torno da Agroecologia emitem a mensagem aos povos do campo e da cidade de que sistemas agroalimentares justos e saudáveis somente são possíveis de mãos dadas às comunidades, povos e famílias marginalizados em uma nova estrutura de organização de produção e circulação de alimentos que prescindam de venenos e outros insumos monopolizados por multinacionais.

Findo a PARTE I podem-se destacar algumas considerações. A primeira é enfatizar que apesar da heterogeneidade e contradições internas, os atores dominantes reunidos no signo do Agronegócio têm na sua vanguarda grupos com forte interesse em incorporar o debate ambiental da produção agropecuária. Possuem ao seu favor na correlação de forças atores dominantes globais, apoio do mercado financeiro, empresários, intelectuais e grandes veículos de comunicação. Pode-se afirmar também que, apesar de incorporar o debate ambiental, os atores do Agronegócio conservam o *modus operandi* de mercantilização da natureza com fins principais de obter maximização de lucros. Ou seja, o debate ambiental se estabelece subordinado aos fatores econômicos revelando seus limites e indisposição a mudanças estruturais nos sistemas agroalimentares.

Em segundo lugar é preciso destacar a importância da disputa que os movimentos fazem em prol da Agroecologia. Se como ficou confirmado, os atores dominantes investem bastante energia em construir e enunciar retóricas sobre si

mesmo, isto é, o lugar de dominância não lhes vem de graça, aos atores subalternos também ficou claro que somente uma forte articulação, como se enxerga na ANA, é capaz de mudar a correlação de forças nas arenas por apropriação e reapropriação social da natureza.

Grandes saltos de qualidade derivam do discurso contra-hegemônico. Ao desvelar a retórica dissimulante da violência material e simbólica dos atores dominantes, a Agroecologia valoriza as práticas, significados e conhecimentos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses e, com isto, reclama mudanças profundas e estruturais na organização dos sistemas agroalimentares. Consta na formação discursiva da Agroecologia a consciência de que a transição para sistemas de produção agropecuária ecológicas não pode vir sem uma mudança simbólica, cultural e política, do respeito às diferenças constitutivas dos atores subalternos a quem pretendem representar. Pode-se, assim, confirmar a validade da díade entre prática e significado e, por consequência, confirmar a validade política da Agroecologia no enfrentamento contundente às práticas e significados dominantes, ainda que não tenha ao seu lado o apoio de atores com margem de poder, recursos financeiros, nem os grandes veículos de mídia. Ou melhor, como diz o músico negro, grande intelectual das periferias, Emicida, *tudo que nós tem é nós*.

Outros tantos elementos não puderam se tornar evidentes com esta pesquisa e continuam estimulando perguntas das mais variadas. Por exemplo, poderiam as crises climáticas despertar desconfiança nas camadas médias do campo brasileiro no discurso e práticas do Agronegócio? Poderiam governos progressistas fortalecer a disseminação da Agroecologia como base da construção de outros sistemas agroalimentares? Conseguiria a Agroecologia perpetuar o despreendimento das amarras do logocentrismo e do eurocentrismo do conhecimento científico? Enfim, conseguiria a Agroecologia se penetrar nas camadas médias desvelando as retóricas do Agronegócio? Estas perguntas reivindicam novas pesquisas e a paciência do desenrolar do tempo.

Já os atores de borda não possuem este luxo. Há um sentido de urgência para todos que se afetam com a violência material e simbólica que as estruturas em dominância colocam certa camada de atores. É neste contexto que se escreve a PARTE II deste trabalho. As lutas por apropriação e reapropriação social da natureza, obviamente não ocorrem somente na dimensão simbólica, isto é, a capacidade de objetivamente interagir com a natureza para garantir seu próprio

sustento é urgente, quando para certos atores a interação com a natureza é o que os afasta da fome.

O protagonismo da PARTE II foi dado, então, aos atores de borda, quem sofre as exclusões fruto da linha abissal, aqueles que residem na zona do não-ser, aqueles que insubordinadamente teimam em existir. Por estes critérios menciona-se que os Sistemas de Borda somam os povos indígenas, as comunidades tradicionais e famílias camponesas. Dado seu lugar marginal na sociedade, tais atores acionam racionalidade alternativas, assim como, são o reduto de culturas locais passadas através das gerações, construindo, neste contexto, a centralidade da ancestralidade na sua cultura agrícola e alimentar, o que foi definido como agricultura ancestral.

Foi dito que, se a agricultura ancestral não é inerentemente sustentável, mas sim é inerentemente conectado com a natureza, dos ciclos ecológicos, das forças naturais, da sazonalidade e da generosidade da natureza, podendo nos ensinar sobre a sustentabilidade. Para melhor aprender e apreendê-los, à díade entre a prática e significado foi adicionado a dimensão do conhecimento. O conhecimento está no cerne do processo de interação com a natureza a fim de prover o melhor e mais eficiente sustento da comunidade. A então tríade k-c-p, de maneira indissociável, é construída de maneira coletiva e intergeracional, transmitida e mutante de geração por geração. Pôde-se recorrer, com base nestes critérios analíticos, à tríade k-c-p para apreender os fatores de constituição das agriculturas ancestrais.

Já para compreender o movimento da ancestralidade no tempo deu-se ênfase à noção de hibridismo. Levou-se em consideração o caráter escorregadio de sua definição, isto é, a construção contemporânea da ancestralidade passa pela permanente negociação entre as estruturas que a interpelam e a decisão da comunidade e seus indivíduos o que e quanto conservar ou mudar de sua cultura, estabilizada tão somente em cada enunciação de si mesmos.

Ainda, foi possível destacar que no processo de positivação de sua cultura em relação com a natureza, o ambiente, o território, cumprem um fator crucial, pois, da interação com a natureza os atores de borda não consolidam somente sua produção, sua alimentação, sua renda, mas também sua reprodução social, os processos de ressignificação de práticas, conhecimentos, símbolos e sentidos centrais para a constituição de sua cultura ancestral. Por isto, foi afirmado com

veemência que a natureza é parte constituinte da construção cultural e povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses.

Num cenário em que estes atores são periferizados, marginalizados e o acesso e domínio aos seus territórios são postos em risco, por consequência sua existência também é fragilizada. Então foi proposto que ao resistirem em seus territórios, perpetuem sua cultura agrícola e alimentar, os atores de borda operam processos de re-existência, isto é, a positivação, a reafirmação das agriculturas ancestrais como fenômeno constituinte dos direitos das comunidades existirem no mundo. Com isto, uma importante consideração pode ser dada por este trabalho de pesquisa, os processos de re-existência alteram a correlação de força nas arenas de disputa por apropriação e reapropriação social da natureza, pelo fato das agriculturas ancestrais tencionarem a coexistência de distintos sistemas agroalimentares.

Foi possível constatar este fenômeno concretamente a partir de dados empíricos resultante de pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Interconexões publicadas no formato de livros. As pesquisas realizadas na região Centro-Sul paranaense tiveram como interlocutores comunidades tradicionais e quilombolas. A luz das pesquisas, foi discutido elementos fundamentais da coexistência e coevolução das comunidades frente a conjuntura dos sistemas agroalimentares locais. As comunidades vivem distintos conflitos por acesso e domínio do território, e, portanto, têm sua produção e reprodução social ameaçada. Entretanto, as comunidades perpetuam técnicas agrícolas e práticas alimentares ancestrais, motivados tanto pela necessidade como por re-existência da agricultura ancestral.

A re-existências são também verificadas em práticas avançadas de revalorização da agricultura ancestral, como é a formação de bancos de sementes e raças crioulas. E conforme se analisa as práticas, o hibridismo vai se tornando fundamental para compreender o papel da agricultura ancestral para pensar agriculturas do amanhã. O hibridismo se dá de forma clara, por exemplo, na atividade da meliponicultura. A criação racional de abelhas nativas ressignifica a prática ancestral de coleta de mel de maneira espontânea, na agrofloresta. Já a criação racional sugere a troca de conhecimentos com atores externos à comunidade, o aumento da escala de produção e a geração de renda com a venda do excedente, ao mesmo tempo que ressignifica a cultura agrícola e alimentar do

uso do mel para variados fins. No mesmo contexto insere-se a certificação participativa.

Aqui se encontra o limite da Economia Política Agrária e as saídas propostas pela Ecologia Política latino-americana e a Etnoecologia. Para a Economia Política Agrária, sobretudo para o *narodismo* marxista, a mercantilização das unidades camponesas de produção significa a entrada no modo de produção capitalista, ainda que subalterna, a mercantilização explica por que os modos de vida camponeses não foram subsumidos pela voracidade da apropriação privada capitalista. Marxistas ortodoxos nem com isto concordam, aguardam até o hoje a subsunção dos modos de vida camponeses.

Já a Ecologia Política latino-americana e a Etnoecologia fornecem outras possibilidades de interpretações. Uma vez que o capitalismo não pode ser separado da modernidade nem da colonialidade, os modos de vida camponeses, interpretado por este trabalho como atores de borda, isto é, os povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses, participaram da constituição do modo de produção capitalista, como trabalhadores e como produtores de alimentos, destituídos da propriedade privada da terra ou da mercantilização (trocas como *valor de troca*). Entretanto, como fizeram seus antepassados, se organizaram em redes de solidariedades, em comunidades, trocavam produtos e artefatos que não sabiam produzir (trocas como *valor de uso*), e reproduziam seus valores, culturas e significados marginalizados, ocultos, silenciados, hibridizados.

Resistem ao capitalismo moderno e colonial mesmo após a série de genocídios, epistemicídios e ontocídios, motivados pela ideia radical de existir, ou, re-existir. Neste contexto, é por certo que a produção agropecuária orientada para venda de excedentes, isto é, a mercantilização, muda a cultura agrícola e alimentar das famílias e comunidades, como é possível compreender a partir da díade entre prática e significado. Mas a mudança é um fenômeno constante e inerente ao hibridismo das formações socioculturais de sociedades periféricas, e não um fenômeno exclusivo do choque entre o ancestral e o moderno/mercantil. A diferença entre a subsunção do modo de vida e a re-existência é a hibridação baseada em racionalidades alternativas, que reafirmam outros modos de vida a despeito daqueles alinhados às estruturas em dominância. Este é o salto de qualidade que oferece a Agroecologia.

A Agroecologia, em consonância com a Ecologia Política latino-americana e a Etnoecologia, atua nas multidimensões da tríade k-c-p também porque aprendeu com os atores de borda a fortalecer racionalidades alternativas e associá-los e hibridizá-los aos conhecimentos científicos, em específicos, àqueles conhecimentos que subsidiam tomadas de decisões agroalimentares ecologicamente complexas e que permitam um diálogo entre a inovação (ou ecoinovação) e a cultura ancestral. Desta perspectiva, movimentos sociais como a ANA, procuram materializar esta abordagem em uma retórica dialógica, onde a re-existência de cada indivíduo ou comunidade, excluído e marginalizado, resplendam junto às articulações das comunidades fortalecidas de sua existência, aliadas aos movimentos das cidades, aos profissionais autônomos, atores privados e a academia. De acordo com o que se tratou neste trabalho como lutas por apropriação e reapropriação social da natureza, pode-se afirmar que, ainda que não se encerre em possibilidades, seriam estes elementos fundamentais para construção de sistemas agroalimentares justos e sustentáveis ancorados em uma política da diferença.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, v. 24, n. 2, 2003.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular. 3ª ed. 400p. 2013.

ARÁOZ, H. M. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca. A Natureza americana e a ordem colonial. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 444-468.

BELIK, Walter. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, p. 9-30, 2015.

BEVERLEY, J. **Subalternidad y representación: Debates en teoría cultural**. Madrid: Iberoamericana. 2004.

BORTONCELLO, L. G. P.; BRASIL, D. R. O agro não é pop, não é tech, não é tudo: O PL nº 6.299/2002 do veneno e o retrocesso socioambiental. **Revista Catalana de Dret Ambiental**, v. 11, n. 1, 2020.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin: outros conceitos-chave**, São Paulo: Contexto. 2006. P.9-32.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 6, 2002.

BUTTEL, Frederick H. Reflexões sobre a Economia Política Agrária no final do Século XX. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 18, n. 2, p. 11-36, 2001.

CABRAL, L; PANDEY, P; XU, X. Epic narratives of the green revolution in Brazil, China, and India. **Agriculture and Human Values**, v. 39, n. 1, p. 249-267, 2022.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. Buenos Aires: Paidós. 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios** Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, 24 p.

CASTRO, J. **Geografia Da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares. 1984.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre

Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007.

CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; MEDEIROS, M.; TECCHIO, A.; SENCÉBÉ, Y. & BÚRIGO, F. L. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 49-79. 2016.

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO [CBA]. Online. **Anais [...]** Associação Brasileira do Agronegócio. 2021. 70 p.

DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 51-73, 2016.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA [ENA]. **Carta política [do] IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo e cidade**. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2018. 47 p.

ESCHER, F. Class dynamics of rural transformation in Brazil: a critical assessment of the current agrarian debate. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 9, n. 2, p. 144-170, 2020.

ESCOBAR, A. Ecología política de la globalidad y la diferencia. In: ALIMONDA, H. (comp.) **Los tormentos de la materia**. Aportes para una ecología política latinoamericana. Buenos Aires: Clacso, 2006.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". **Cuadernos de antropología social**, n. 41, p. 25-38, 2015.

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FANON, Frantz; **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2022. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022: Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable**. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cc0639en>

FLORIANI, D. **Conhecimento, meio ambiente & globalização**. Curitiba: Juruá, 2004.

FLORIANI, D. Ciências em trânsito, objetos complexos: práticas e discursos ambientais. **Ambiente e Sociedade**, vol. IX, n.1, p. 65-80. 2006.

FLORIANI, D. **Crítica da razão ambiental: pensamento e ação para a sustentabilidade**. São Paulo: Annablume, 2013.

FLORIANI, D. Las ciencias sociales en América Latina: lo permanente y transitorio, preguntas y desafíos de ayer y hoy. **POLIS. Revista Latinoamericana**, n. 41, 2015.

FLORIANI, D. As retóricas da sustentabilidade na América Latina: conflitos semânticos e políticos no contexto de “Modernidades Múltiplas”. In: D. FLORIANI Y A. ELIZALDE HEVIA (orgs.) **América Latina. Sociedade e Meio Ambiente: teorias, retóricas e conflitos em desenvolvimento**. Curitiba, Brasil: Editora da UFPR. 2016, pp.139-172.

FLORIANI, D. As metamorfoses do desenvolvimento. Breves considerações históricas das concepções dominantes e suas ressignificações político-culturais e críticas desde América Latina. In: de MELO, Ana Amelia M. C.; de la CUADRA, Fernando Marcelo (eds.). **Intelectuales y pensamiento social y ambiental en América Latina**. Santiago: Ril editores. 2020.

FLORIANI, D. **Territorialidades, crises socioambientais e incertezas do desenvolvimento e da democracia: uma cronologia recente das tensões entre diferentes projetos de sociedade no Brasil e na América Latina**. Projeto de pesquisa – CNPq – 2022-2024. 2022. Não publicado

FLORIANI, D.; FLORIANI, N. Ecologia das práticas e dos saberes para o desenvolvimento local: territórios de autonomia socioambiental em algumas comunidades tradicionais do centro-sul do Estado do Paraná, Brasil. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 56, 2020.

FLORIANI, D.; FLORIANI, N. Produção e constituição de sujeitos ecológicos plurais: experiências com algumas populações rurais tradicionais e indicadores de avaliação de autonomia socioambiental. In: José Ivo Follmann. (Org.). **Ecologia Integral: abordagens (im)pertinentes** [recurso eletrônico]. 1ed.São Leopoldo: Casa Leiria, 2021, v. 3, p. 37-60.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D. (orgs) **Territorialidades ecológicas, autonomia socioambiental e desenvolvimento local: experiências de um núcleo de estudos e capacitação sociotécnica em agroecologia**. Santo Augusto: Editora Panaro, 2022.

FRIEDMANN, H. Uma Economia Mundial de Alimentos Sustentável In: BELIK, W; MALUF, R S. **Abastecimento e Segurança Alimentar**. Campinas: Instituto de Economia, pp1-22, 2000.

FRIEDMANN, H. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. **Rural Sociology and Development**, v11. 2005. p. 227-264.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. As duas "caras" do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para o autoconsumo? **Anais...** XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto. 2005.

GUZMÁN CASADO, G. I.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa. 2000

GREGOLIN, M. R. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, p. 33-52, 2006.

HALL, S. A questão multicultural. In: HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003a. p. 51-100.

HALL, S. Significação, representação, Ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas. In: HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003b.

HALL, Stuart. O problema da ideologia, o marxismo sem garantias. In: HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003c.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M.P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v.12/13, 1989.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios. 2015.

LEFF, E. La geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza CECEÑA, A; SADER, E (comps.) **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO. 2002. p. 191-216.

LEFF, Enrique. Political ecology: a Latin American perspective. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 35, n. 35, p. 29-64, 2015.

LEFF, Enrique. Las relaciones de poder del conocimiento en el campo de la ecología política. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, p. 225-256, 2017.

LINHARES, M. Y. A pesquisa histórica no Rio de Janeiro: a história agrária como programa de trabalho: 1977-1994. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 30, p. 77-89, 1995.

LINHARES, M. Y. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). **Tempo** v. 1, n. 2 p. 135-150, 1996.

LIZARRAGA, P.; PEREIRA FILHO, J. **Atlas de los Sistemas Alimentarios del Cono Sur**. 1.ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2022.

LONG, N. E.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: **Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais**. UFRGS, 2011. p. 21-48.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-102, 2008.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LYONS, T. W.; REINHARD, C. T.; PLANAVSKY, N. J. The rise of oxygen in Earth's early ocean and atmosphere. **Nature**, v. 506, n. 7488, p. 307-315, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade **Sociedade e estado**, v. 31, p. 75-97, 2016.

MARTINEZ-ALIER, J. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. Furb, 1998.

MATURANA, H. **A Ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**. São Paulo: Palas Athena, v. 2, 2001.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **The journal of peasant studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp e UFRGS, 2016. 256p

MIGNOLO, W D. Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. **Cultural studies**, v. 21, n. 2-3, p. 449-514, 2007.

NIEDERLE, P. A.; ESCHER, F.; CONTERATOM. A. Estilos de agricultura: capturando a diversidade do rural contemporâneo. **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 205-225, 2014.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, W. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NORDER, L. A. et al.. Agroecology: polysemy, pluralism and controversies. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 01–20, jul. 2016.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, p. 42-48. 1989.

ORLANDI, E. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. **Seminário de Estudos em Análise de Discurso**, v. 1, p. 8-18, 2003.

PENNA, Camila; LOPES, Ana. **Branquitude e trabalho escravo na Serra Gaúcha**. Porto Alegre: Sopas, Ibirapitanga, 2023.

PEREIRA, J. A.; GUIMARÃES, A. F.; SCHIAVI, S. M. de A. Sistema agroindustrial da carne bovina no Brasil e no estado do Paraná: uma análise do ambiente institucional. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 20, n. 3, p. 1–26, 2023

PEREIRA, R.; TOMASI, T.; FLORIANI, N.; FLORIANI, D. **Etnoconhecimentos, saberes e práticas em comunidades tradicionais paranaenses**: abordagens teórico-metodológicas. Santo Augusto: Editora Panaro, 2021.

PEREIRA CRUZ, A.; GIEHL, E. L. H.; LEVIS, C.; MACHADO, J. S.; BUENO, L.; PERONI, N. (2020). Pre-colonial Amerindian legacies in forest composition of southern Brazil. **PLoS One**, v. 15, n. 7, p. e0235819, 2020.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v.52, p. 63-84. 2014.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares; lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. UFRGS Editora, 2008.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. Porto Alegre/São Paulo: Ed. UFRGS/UNESP, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A luta pela apropriação e reapropriação da água na América Latina. In: FERNANDES B. M. (Comp.), **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. San Pablo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 41, 2015.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. Editora Elefante, 2021.

POMPEIA, C.; SCHNEIDER, S. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 57, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: E. Lander. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Glacso, 2005. p. 107-130.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

RIVADENEIRA, A. W. et al. Getting our head in the clouds: toward evaluation studies of tagclouds. In: **Proceedings of the SIGCHI conference on Human factors in computing systems**. 2007. p. 995-998.

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 14, n. 2, p. 225-256, 1997.

SCHNEIDER, S; NIEDERLE, P. A. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. **The journal of peasant studies**, v. 37, n. 2, p. 379-405, 2010.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. La Paz: AGRUCO/Plural Editores/CDE/NCCR, 2011.

SHOCK, M. P.; MORAES, C. P. A floresta é o *domus*: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holoceno. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 2, p. 263-289, maio-ago. 2019.

SOUSA SANTOS, B. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Costa Rica: Editorial UCR, 2019.

TOLEDO, V. M. What is ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline. **Etnoecológica**, v. 1, n. 1, p. 5-21, 1992.

TOLEDO, V. M. La racionalidad ecológica de la producción campesina. In: SEVILLA GUZMAN, E.; GONZALEZ DE MOLINA, M. **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta. 1993.

TOLEDO, V. M., BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 20, 2009.

TOLEDO, V. M., BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular. 2015.

TOLEDO, V. M. Agroecology and spirituality: Reflections about an unrecognized link. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 46, n. 4, p. 626-641, 2022.

VILELA, R. B.; RIBEIRO, A.; BATISTA, N. A. Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo. **Millenium**, n. 11, p. 29-36, 2020.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas, 2009.

WEZEL, A., BELLON, S., DORÉ, T., FRANCIS, C., VALLOD, D., & DAVID, C.  
Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for  
sustainable development**, v. 29 n. 4, p. 503-515. 2009.